

## As realidades virtuais do Governo

Uma política como a que está a ser conduzida pelo Governo do PS em nada se diferencia das políticas liberais e de direita da última década.



■ Octávio Teixeira

Pág. 18

## Apelos à ordem no dia da liberdade

Ordem e Império reencontraram-se pela mão do PSD e do PP, e um certo sujeito, oriundo de St.ª Comba Dão, deve ter sorriso na tumba onde habita.

■ João Amaral

Pág. 19

## Crónicas da Rússia

### A voz do dono

Com as mudanças políticas registadas na Rússia chegou aquilo que muitos correram a chamar de «liberdade».

■ Daniel do Rosário

Pág. 20

## A Alemanha, um vulcão em efervescência

A marcha forçada para o euro e a Europa de Maastricht está a revelar-se uma autêntica catástrofe social para a população da Alemanha.

■ Rui Paz

Pág. 21

## Eleições em El Salvador (2)

### Da saga da FMLN aos Acordos de Paz

■ Miguel Urbano Rodrigues

Págs. 24 e 25

**As eleições na Grã-Bretanha**  
**Conservadores estrondosamente derrotados**

■ Manoel de Lencastre

Pág. 22 e 23

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 8 de Maio de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1223 • Director: Carlos Brito

## Carvalho da Silva no 1.º de Maio

# UNIR ESFORÇOS!

O Coordenador da CGTP/IN interveio no comício do 1.º de Maio, exigindo «uma mudança de rumo da vida nacional» e reclamando a redução efectiva dos horários de trabalho; mais e melhor emprego; salários e pensões dignas para todos. «Com a nossa acção e a nossa luta», disse, «com a unidade na acção, com a CGTP/IN, havemos de o conseguir.»

Págs. 5, 6 e Centrais



## Reuniu o Comité Central do PCP

À hora do fecho da nossa edição, encontrava-se ainda reunido o Comité Central do PCP. A situação política e social, a revisão constitucional, as eleições autárquicas e outras tarefas partidárias ocuparam ontem a ordem de trabalhos do CC.

Pág. 32







O 1º de Maio comemorado em Lisboa

## RESUMO

29

Terça-feira

Alunos do ensino superior de Lisboa cumprem uma greve contra as propinas e manifestam-se junto à Reitoria ■ No Reino Unido, o IRA lança uma nova série de alertas de bombas ■ A UE decide restringir as relações com o Iraão ■ O exército turco mata mais 27 separatistas curdos ■ O presidente zaireense garante que está disposto a falar na sexta-feira com o chefe dos rebeldes, que entretanto toma a cidade de Kikwit ■ A Nasa anuncia que observou uma fonte de antimatéria.

30

Quarta-feira

O PCP entrega um projecto de lei na AR para o financiamento de instituições particulares de tratamento de casos de toxicoddependência ■ Em Loures, Carlos Carvalhas participa num jantar de apoiantes da CDU ■ Um corpo de fuzileiros especiais e equipas de saúde do exército entram em alerta para repatriar 700 portugueses do Zaire possivelmente na segunda-feira ■ O Conselho de Ministros aprova a criação de um novo subsídio familiar ■ Continuam os conflitos na Guiné-Bissau entre estudantes e polícias ■ O presidente do Tadjiquistão é ferido num atentado.

1

Quinta-feira

Comemora-se o Dia do Trabalhador em todo o país ■ O Partido Trabalhista vence as eleições legislativas na Grã-Bretanha ■ O Supremo tribunal israelita decide reabrir o «Bibigate» ■ O ministro russo dos Negócios Estrangeiros e a secretária de Estado dos EUA, Madeleine Albright, admitem que persistem divergências em relação ao alargamento da Nato.

2

Sexta-feira

O PCP renova a coligação autárquica por Lisboa com o PS... ■ ... e afirma-se contra o «aparato propagandístico» do anúncio do novo abono de família ■ Portugal é eleito para a Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU ■ A Reuters divulga um relatório dos EUA que confirma que a Suíça recebeu dos nazis ouro judeu ■ Em Luanda, o líder dos rebeldes zaireenses diz ter necessidade de «garantias de segurança» para se encontrar com Mobutu.

3

Sábado

Álvaro Cunhal participa num almoço de apoiantes da CDU, em Santiago do Cacém ■ O Presidente da República conclui a sua visita de Estado a Moçambique e parte para o Cairo ■ O primeiro-ministro francês é alvejado com ovos e água por um grupo de jovens desempregados ■ A Córsega é palco de dois atentados bombistas ■ Depois de faltar ao encontro com Mobutu Sesse Seko, a Aliança Rebelde zaireense continua a rejeitar a ideia de um cessar-fogo ou qualquer governo de união nacional ■ É anunciado que a Agência Espacial Europeia descobriu moléculas de água na Via Láctea.

4

Domingo

Realiza-se em Lisboa uma marcha em solidariedade com as vítimas da Sida ■ O presidente zaireense e os rebeldes concordam em estudar as duas posições e reunir-se ■ Dois hotéis argelinos são alvo de ataques islamitas com carros armados, matando 38 pessoas ■ As milícias islamitas afegãs anunciam a tomada de duas províncias do país.

5

Segunda-feira

A GNR detém 11 pessoas de uma empresa de construção civil que pagava o trabalho de 30 toxicodpendentes com doses de droga ■ Os advogados de defesa dos 17 «skinheads» pedem a sua absolvição ■ No Cairo, Yasser Arafat pede a Jorge Sampaio um maior empenho da UE no processo de paz do Médio Oriente ■ Iniciam-se os exercícios da Nato em Portugal, o «Linked Seas 97» ■ Uma sondagem francesa sobre os resultados das eleições legislativas dá a vitória às forças de esquerda ■ Bill Clinton inicia uma visita à América Latina.

6

Terça-feira

Carlos Carvalhas visita a Auto-europa ■ O Presidente da República, Jorge Sampaio, termina no Cairo uma visita de dez dias que o levou a Moçambique e ao Egipto ■ Parte para o Congo um contingente militar de fuzileiros com o objectivo de participar numa eventual evacuação de portugueses ■ Uma explosão em Argel provoca quatro mortos e 21 feridos ■ O presidente israelita recebe Yasser Arafat.

## EDITORIAL

## Novo surto de lutas

O

s actos comemorativos do 1º de Maio anunciam um novo surto de lutas.

Esta ideia ficou vinculada não apenas pelas palavras de ordem mais insistentes e pelas iniciativas já programadas, mas sobretudo pela invulgar participação, o profundo descontentamento e a grande combatividade que revelaram.

O vasto caudal humano que durante duas horas fluiu entre o Campo Pequeno e a Alameda da Cidade Universitária, em Lisboa, bem como as comemorações no Porto e outros pontos do País, não deixam dúvidas de que os trabalhadores não se conformam com a situação existente e não hesitam em recorrer à luta para a modificar.

O Coordenador da CGTP, Manuel Carvalho da Silva, traduziu esta disposição combativa ao afirmar, no comício que culminou a manifestação de Lisboa: «Os trabalhadores sabem que sem luta e sem solidariedade nada se consegue.» E quando salientou mais à frente: «Neste 1º de Maio, exigimos uma mudança de rumo da vida nacional. Queremos que a água também corra para o nosso moinho e não apenas para o lado dos grandes senhores do capital.»

Por outro lado, a resolução apresentada pela CGTP e aprovada no quadro das comemorações põe em destaque as grandes exigências formuladas presentemente pelos trabalhadores e que são as seguintes: o reconhecimento da função social das empresas; o fim da política de despedimentos em série; a defesa dos serviços públicos e da função social do Estado; salários dignos e progressivamente mais próximos da média europeia; a redução dos horários de trabalho e o respeito pela lei da redução do horário normal de trabalho, sem quaisquer manobras nem vigarices; a reforma da segurança social que se traduza na salvaguarda do sistema e no reforço da protecção social dos cidadãos.

Tal a clara plataforma reivindicativa que ninguém pode acusar de injusta ou exagerada e que não é só benéfica para os interesses dos trabalhadores, é também altamente favorável para os interesses nacionais.

É

com esta plataforma reivindicativa que, tudo o indica, a luta vai continuar.

Está já marcado para 8 de Maio, junto à Assembleia da República, um grande Encontro Nacional de activistas das empresas que lutam pela redução de trabalho e pelo emprego, onde a vigarice das 40 horas estará novamente em xeque.

A 15 de Maio estará em discussão na Assembleia o projecto de lei do PCP que tem em vista clarificar os conceitos de duração de trabalho, que dará aos diferentes grupos parlamentares a ocasião para esclarecerem cabalmente as suas posições face às abusivas interpretações que o Governo e o grande patronato têm querido impor. Os trabalhadores estarão naturalmente atentos e mobilizados em relação a essas posições e aos resultados da iniciativa dos deputados comunistas.

Entretanto, estão a decorrer, desde 5 a 9 de Maio, vigílias diárias à porta do primeiro-ministro por parte dos trabalhadores da administração local para chamar a atenção para o incumprimento do acordo de 1996 e exigir medidas céleres para a sua conclusão.

No seguimento desta acção, está já fixada para 19 de Maio uma greve de toda a administração local.

*Pode dizer-se, com toda a segurança, que para significativas camadas da população a actualização do Governo PS transformou a esperança em decepção, esta em descontentamento e este em contestação crescente e num novo surto de lutas.*

Antes, a 16 de Maio está marcada a Manifestação Nacional de professores e educadores exigindo do Ministério da Educação propostas concretas sobre: vinculação dos professores contratados; duração da carreira; contagem integral do tempo de serviço; revalorização real da carreira.

Depois, no dia 21 de Maio, realiza-se a grande jornada de protesto dos estudantes contra o aumento das propinas, compreendendo uma Manifestação Nacional frente à Assembleia da República quando ali estiver a ser discutida a lei do aumento e antecedida de vigílias, distribuição de documentos e outras acções de esclarecimento, algumas efectuadas a 17 de Maio.

Nos campos, a contestação também começa a crescer como se viu na semana passada com o desfile e a concentração dos produtores de leite e de carne de Coimbra e Aveiro, animada com dísticos da CNA e onde foram formulados protestos contra a actuação do Governo, nomeadamente, a redução do preço do leite e da carne e pela garantia de escoamento desta última. Preparam-se outras acções ainda para o mês de Maio.

O surto de lutas que aqui se refere, onde apenas se registam as mais importantes em relação a cada sector, é muito significativo do clima político que se vive no País.

Pode dizer-se, com toda a segurança, que para significativas camadas da população a actuação do Governo PS transformou a esperança em decepção, esta em descontentamento e este em contestação crescente e num novo surto de lutas.

Ao apreciar, na reunião plenária que ontem efectuou, a situação política e social do País, o Comité Central do PCP alertou para que o prosseguimen-

to, por parte do Governo PS, da política de subordinação aos interesses do grande capital apenas perspectiva «o agravamento - de imediato ou a prazo - dos principais problemas estruturais do país e da sociedade portuguesa».

O Comité Central enunciou, ao mesmo tempo, com muita clareza os traços essenciais que caracterizam o evoluir da situação nacional, nestes termos: «o indiscutível alargamento na sociedade portuguesa da consciência de que o PS prossegue, e em muitos domínios agrava, as linhas essenciais da política de direita antes imposta pelo PSD»; «a ampliação do descontentamento popular com a política governamental e o significativo desenvolvimento de um vasto movimento de protesto e luta dos trabalhadores»; «a confirmação do PCP como a principal força de real oposição à política do Governo e como o mais destacado protagonista da luta por uma política democrática alternativa».

A luta dos trabalhadores e outras lutas populares de massas desempenham neste quadro um papel da maior importância para barrar caminho à política de direita seguida pelo Governo PS, para reduzir a sua base de apoio social e política e para obter efectivos resultados, forçando o Governo a recuar.

Além delas, o Comité Central conferiu a maior importância à luta contra a revisão da Constituição feita na base do acordo PS-PSD, à luta contra as privatizações, à luta pelo referendo sobre a moeda única e a UEM, ao reforço orgânico do PCP e às próximas eleições para as autarquias locais.

Quanto a estas, a sua preparação prossegue activamente em todas as organizações comunistas e nas estruturas da CDU, estando previsto, para o próximo dia 9 de Maio, o lançamento do Manifesto da CDU para as autárquicas, onde se sintetizam as principais posições da coligação em relação à batalha eleitoral que se avizinha.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socio Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7ª-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,  
— 1100 Lisboa.  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota — Linhó — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ª-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00
* IVA e portes incluídos	
Nome _____	
Morada _____	
Telef. _____	
Código Postal _____	
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.	



## ACTUAL

# Uma palavra de conforto

Nós que - não vale a pena escondê-lo - também conhecemos a amargura causada pela distância que por vezes se verifica entre o trabalho desenvolvido e os resultados obtidos, bem podemos prestar hoje uma palavra de conforto e compaixão a todos aqueles - governantes, políticos, economistas da Universidade Católica e não só, ideólogos e propagandistas - que, ao longo de perto de 21 anos, tão sacrificadamente se têm empenhado em convencer os portugueses dos malefícios e anacronismo da intervenção e papel do Estado e das redentoras excelências do «privado», do «mercado», do «risco» e do salve-se quem puder.

Com efeito, qual balde água gelada despejado sobre crânios a ferver, o «Público» de 5/5, citando os resultados de um inquérito à população activa realizado no âmbito de um estudo sociológico dos investigadores José Manuel Mendes e Elísio Estanque, noticiava que «as atitudes dos indivíduos abrangidos revelam-se claramente estatizantes». E acrescentava tratar-se «de uma opção inscrita nos mais diversos sec-

tores - desde os transportes ao ensino superior ou aos serviços de correios - que atravessa toda a estrutura social (...), o que vem confirmar a forte aspiração dos portugueses à presença da máquina do Estado na economia e na sociedade».

Mais: um quadro publicado por aquele matutino detalhava as percentagens de opiniões concordantes com a ali chamada (a nosso ver, erroneamente) «estatização» de diversos serviços. Esse apoio ou concordância ascende, por exemplo, a 78,4% quanto à recolha do lixo; a 72,7% quanto aos centros de saúde; a 69,7% quanto ao ensino superior; a 67% quanto aos hospitais (cuja gestão o Governo PS quer privatizar mais e mais); a 64,3% quanto aos correios (que o Governo PS pretende privatizar); a 62,1% quanto aos lares de terceira idade; a 60,2% quanto aos comboios (que o Governo PS idem...); a 60,1% quanto às creches e infantários; a 56,9% quanto aos transportes urbanos; a 54,5% quanto à electricidade (que o Governo PS idem...); a 51,3% quanto aos transportes aéreos (que o Governo PS idem...).

E como se tudo isto já não chegasse, 92,6% tem o atrevimento de achar que as grandes empresas tem hoje demasiado poder em Portugal e mais de 80% pensa que elas beneficiam os seus proprietários em prejuízo dos trabalhadores e dos consumidores. Além disso, mais de metade dos inquiridos (52,5%) manifesta a firme opinião de que as desigualdades sociais se acentuaram em Portugal nos últimos dez anos.

Em resumo: se estes dados forem fiáveis, tem de se concluir que pelo menos a população activa resiste heroicamente à «engenharia das almas» (esta sim é que é a sério) a que tem sido impiedosamente sujeita.

E assim sendo, os socialistas neoliberais (ou será os neoliberais socialistas?) que nos (des)governam que tenham santa paciência, mas como não é nada prático mudar de população activa, talvez mais económico e sobretudo mais justo mudar de política.

■ Vitor Dias

## Os reféns

O interessantíssimo artigo que o economista François Chesnais publicou no número de Abril do *Le Monde Diplomatique* sobre os fundos de pensões por capitalização constitui um material de referência indispensável para quantos acompanham com preocupada atenção os planos privatizadores da Segurança Social.

Sugestivamente intitulado «amanhã, os reformados à mercê dos mercados - os assalariados reféns do capital financeiro», esse trabalho aprofunda a análise do mecanismo através do qual actam os fundos de pensões por capitalização e os riscos que correm os trabalhadores que para eles descontam e os reformados que deles dependem.

“Quando há capitalização da poupança individual entregue pelos assalariados numa caixa de reforma de empresa ou de ramo de indústria (um fundo de pensões), o montante da reforma não depende das últimas folhas de salários; também não está indexado aos salários ou aos preços; ele é função, por um lado, do que o assalariado tenha podido acumular pessoalmente (...) e por outro lado do “sucesso” com que tenha sido feito “frutificar” a sua poupança”. (...) “Com os fundos de pensões por capitalização existe uma ligação directa, material, entre o nível dos seus reformados e os rendimentos das obrigações e das acções”. (...) “Nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, o capital financeiro conseguiu fazer de maneira a que os antigos assalariados dependam, para o nível das

suas reformas, da ferocidade com a qual sejam explorados os seus camaradas em actividade”.

Outro tópico de referência obrigatória diz respeito aos efeitos devastadores de uma queda brusca das cotações bolsistas. “Um crash mesmo pouco importante terá por efeito privar, em alguns dias, milhões - ver dezenas de milhões - de reformados do essencial, senão da totalidade dos seus rendimentos de velhice (segundo os exactos termos do sistema privado de pensões ao qual eles pertencem) e de os lançar na pobreza; as repercussões sobre o consumo privado e portanto sobre a produção e o emprego, serão imediatas; um tal crash terá efeitos não reversíveis durante a vida de um grande número de membros da classe média; a dez ou a quinze anos da sua cessação de actividade (a supor que eles conservem o seu emprego), os subscritores dos fundos não estarão mais em condições de reconstituir uma poupança suficiente para assegurar as suas reformas”.

Não é a altura de começar a confrontar os papagaios, que por aí pululam, das seguradoras e das empresas gestoras dos fundos de pensões, com o conhecimento rigoroso de problemas que têm implicações tão profundas em relação ao futuro de toda a sociedade?

■ Edgar Correia

# ZAIRE

## Tempo de esperança

Vivemos um tempo de uma enorme e cruel hipocrisia. Torna-se um acto rotineiro a perfídia de friamente manipular o modo de fazer e dar notícias, bem como o modo de as explicar. O Zaire foi durante 32 anos pilhado por Mobutu e o punhado de governantes que disputavam os restos do tirano.

Mobutu tomou o poder à força. E à força do terror mandou saquear, prender, torturar e assassinar. E pela força interferiu e ingeriu-se militarmente em Angola. Com as costas quentes dos EUA, França e Cia., Mobutu é um símbolo de tirania, corrupção e de intermediário dos interesses ocidentais contra a África progressista.

Contra este tirano o povo zairense muitas vezes se levantou. Agora que a Aliança das Forças Democráticas de Laurent Kabila está às portas de Kinshasa não deixa de ser um assinalável exercício de hipocrisia, o Ocidente vir pedir garantias democráticas a Kabila. Não dizemos isto fundados nalgum tipo de garantia que tenhamos da parte de Kabila, mas porque 32 anos de apoio e sordida convivência com um dos tiranos mais corruptos, deveria exigir mais prudência e até alguma contrição. As notícias chegam e espalham-se. Mobutu vai partir. Vem aí Kabila, mas os guardiões do templo “democrático” exigem-lhe já garantias... Os que outrora comeram à mesa de Mobutu, os que outrora impuseram por via de Mobutu ao Zaire o terror, a fome e a miséria, levantam-se agora, espécie de “impolutos” a pedir aquilo para que sempre se estiveram nas tintas no Zaire... Mobutu reclama agora eleições para o Zaire... Ele que durante 32 anos mandou prender, torturar e assassinar quem reclamasse eleições... converteu-se em democrata. Espantoso....

Em Moçambique, em Angola, na Zâmbia, no Zimbábue enquanto se não realizaram eleições os EUA alimentavam todo o tipo de campanhas, algumas bem violentas. Mas no país de Mobutu apesar das grandes movimentações populares e até de compromissos assumidos por Mobutu com a Conferência Nacional, as eleições foram sempre adiadas, à custa da repressão...

É natural que o povo zairense queira decidir, como os outros povos, livremente o seu futuro. Mas é inaceitável e é inqualificável que os amigos do carrasco venham agora dar lições a quem tanto sofreu por querer viver em democracia.

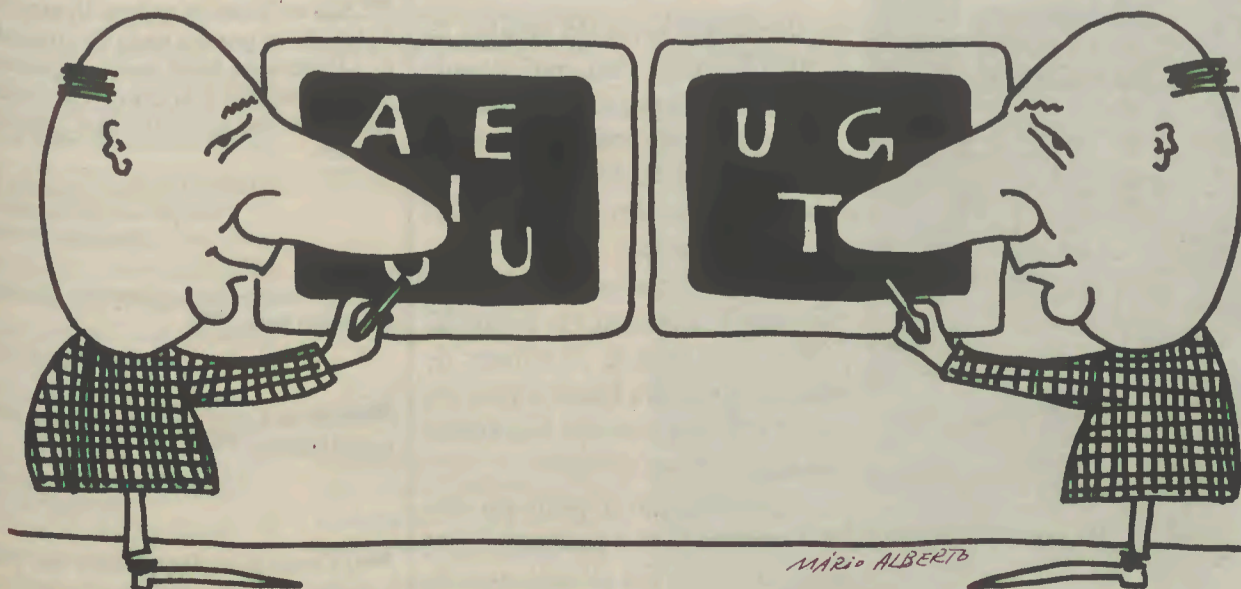
Estranha forma de encarar o mundo e a democracia por parte dos EUA. Enquanto uma espécie de fascismo islâmico toma o poder em Cabul à custa de crimes hediondos contra a civilização e a própria humanidade, os EUA e os seus aliados cúmplices de tais desmandos aguardam serenamente o desenrolar dos acontecimentos e não clamam por eleições. Quem sabe se não estão já, com toda a sua prática e a panóplia dos serviços de informação, a detectar qualquer movimento social de resistência aos “taliban” para no caso de sair vitorioso, lhes imporem a cartilha “democrática”.

É evidente que o Zaire não voltará a ser o que foi com Mobutu. A rebelião de Kabila abriu um processo de participação popular de características democráticas. Há boas razões para crer que o Zaire de Kabila não vai interferir nos assuntos de Angola por via da Unita de Jonas Savimbi. Angola a braços com uma crise profunda e a dar os primeiros passos de governação híbrida poderá respirar com um pouco mais de alívio. A saída de cena do homem que Spínola levou ao Sal (Cabo Verde) para discutir o futuro de Angola é um bem para o Zaire, Angola e África.

A mediação da África do Sul e da OUA foge aos cordealinhos dos EUA, embora o embaixador Richardson também esteja no terreno e dê o mote quanto às preocupações de Mobutu pela realização de eleições...

Mobutu não vai partir. Mobutu está a ser corrido pela Aliança de Kabila e pela luta do povo zairense. Aqui fica o registo. Kabila é vitorioso nas ruas pelo povo do Zaire. Ao contrário do poder instaurado em Cabul de quem o povo foge, nas cidades conquistadas as populações vitoriam os vencedores. Tempos de esperança no Zaire e em África, apesar das recentes notícias...

■ Domingos Lopes

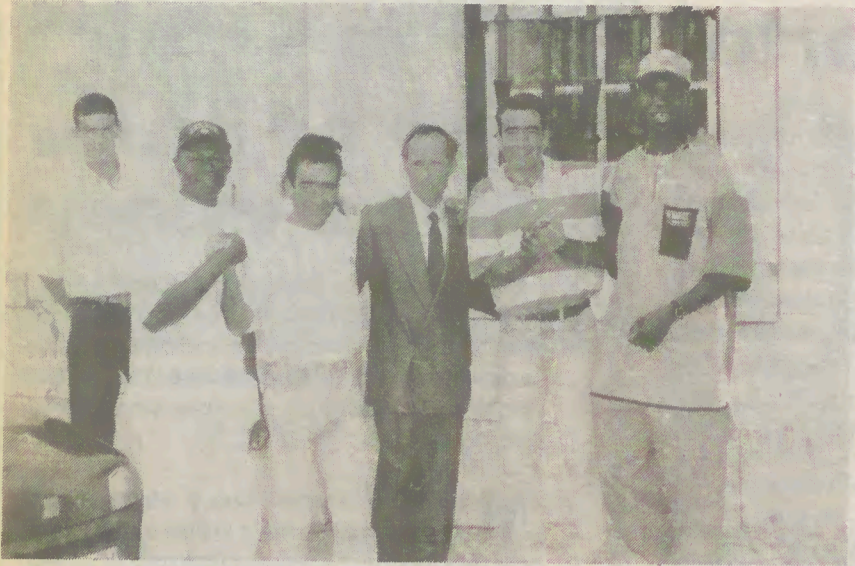


Mário ALBERTO

Desenho de Mário Alberto

Clonagem O b+a=ba do aval





## Correr com o racismo

A corrida da tolerância *Correr com o racismo* - "... uma corrida em que todas as medalhas irão para o respeito e gosto pelas diferenças, que afinal todos temos!" - realiza-se já no próximo dia 10 de Maio, em Lisboa, com partidas no Cais do Sodré (10.30 horas), Viaduto de Alcântara e FIL, sendo a meta instalada em Belém, junto ao mosteiro dos Jerónimos. A apresentação da iniciativa decorreu no passado dia 28, num Museu da Cidade de Lisboa.

Prova de atletismo não competitiva e manifestação anti-racista, esta iniciativa - como já foi noticiado no último "Avante!" - é promovida por

dezenas de associações, grupos desportivos e sindicatos e tem como principais apoios: Câmara Municipal de Lisboa - Desporto e Juventude; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses; Câmara Municipal de Loures; Instituto Português da Juventude; Câmara Municipal da Amadora; Câmara Municipal do Seixal; Jornal *A Bola*; Antena 3; Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio e INATEL.

*Correr com o racismo* conta ainda com o alto patrocínio do Presidente da República, Jorge Sampaio.

## Festa do Livro

A 4ª edição da Festa do Livro decorreu no passado fim-de-semana, no Mercado da Ribeira, em Lisboa, com cer-

ca de 100 mil livros a preços reduzido.

Os custos das obras variavam entre os 300 e os 2.000 escudos, com uma

percentagem de descontos mínima sobre o preço de capa de 40 por cento, e muitos livros a serem vendidos

com uma redução de 70 por cento.

Organizado pela Editorial Caminho, o certame conta com a participação de quase todas as editoras nacionais, tendo-se vendido, no ano passado, cerca de 60 mil obras. A mostra é dividida por temas, da ficção ao ensaio, passando pelo livro técnico, ficção científica, banda desenhada e literatura infanto-juvenil. Os livros expostos têm de ter sido editados pelo menos há 18 meses.

## Sampaio em Moçambique

Jorge Sampaio terminou a visita a Moçambique - a primeira visita de Estado a um país africano.

Ao longo destes dias o Presidente da República portuguesa reafirmou insistentemente a necessidade de virar para o futuro as relações entre os dois países, "preservando cada um a sua identidade".

Portugal é o principal investidor em Moçambique, destacando-se, como o maior empreendimento económico que liga os dois países, o complexo hidro-eléctrico de Cabora Bassa, que irá fornecer energia à África do Sul, Zimbabwé e a outros países

da África Austral. Lisboa participa em vários projectos de recuperação económica e social.

A visita de Sampaio saldou-se no reforço de diferentes formas de cooperação, desde o possível apoio à realização das primeiras eleições autárquicas, agendadas para Novembro, à celebração de um protocolo para formação de quadros moçambicanos. O presidente português participou em diferentes eventos culturais, nomeadamente a inauguração da primeira livraria portuguesa no pós-independência e do Centro Cultural Português.



## Morreu Paulo Freire

Paulo Freire, conhecido pedagogo brasileiro, cuja obra fundamental - *Pedagogia do oprimido* - foi traduzida em dezenas de países, morreu no passado dia 2, em São Paulo, com 75 anos.

O *método Paulo Freire* para alfabetização de adultos opõe-se a um ensino mecânico e abstracto, partindo da experiência do adulto, do vocabulário ligado à sua profissão e ao seu quotidiano, para a alfabetização, entendida não apenas como a aprendizagem do ler e escrever, mas como um processo mais amplo de libertação pessoal e social.

Quando da instauração da ditadura militar, em 1964, Paulo Freire foi obrigado a exilar-se - no Chile, Europa e Guiné-Bissau - regressando ao seu país em 1987.

Ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores e, à data da sua morte, pertencia ao quadro docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Em 1986 recebeu o Prémio UNESCO da Educação para a Paz.

Em Portugal, Paulo Freire será alvo de uma homenagem póstuma na Universidade do Algarve.



## Liberdade de imprensa

O Sindicato dos Jornalistas (SJ) assinalou dia 3 o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa com um debate público, na Guarda, sobre o segredo de Justiça. Um local que constitui uma escolha simbólica, por ter sido na Guarda que ocorreu a primeira detenção de um jornalista sob acusação de violação do segredo da justiça.

A Federação Internacional de Jornalistas (FIEJ) divulgou entretanto um documento em que sublinha que a censura só não existe num terço dos países, enquanto se assiste a um agravamento da perseguição aos jornalistas.

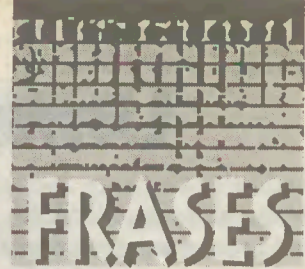
"1996 será lembrado como o ano em que os perigos do jornalismo de investigação se tornaram comuns para o público. Muitos jornalismo foram mortos pelo seu trabalho de investigação, demonstrando que não é apenas nas zonas de guerra que esta profissão é perigosa", assinala o documento, que refere o assassinato de pelo menos 500 jornalistas em todo o mundo desde 1986 e o crescimento do número de prisões ao longo da década de 90.

## 2,5 milhões de pobres

Portugal é o Estado membro da União Europeia com mais elevada proporção de agregados familiares a viver abaixo do limiar de pobreza. Esta era a situação, em 1993, de quase um terço dos agregados - 2,5 milhões de pobres.

Segundo um estudo da Comissão Europeia, baseado em dados de 1993, havia mais de 57 milhões de pessoas, em toda a União, a viver em agregados com níveis de vida abaixo do minimamente aceitável.

O perfil médio do pobre era uma pessoa vivendo só e com idade superior a 65 anos. Em elevado risco de pobreza estavam, em Portugal, as pessoas com mais de três crianças.



"António Hespanha, comissário-geral dos Descobrimientos Portugueses, foi a Moçambique defender a expansão da língua inglesa. Os intelectuais moçambicanos ficaram indignados."

(Head line do Independente, 2.5.97)

"A Laura Alves pediu-me para deitar abaixo o Monumental, tenho testemunhas. O Monumental funcionava com dez pessoas nos espectáculos e dois mil lugares."

(Cruz Abecasis, Semanário, 3.5.97)

"O dia-a-dia do PP parece tirado de um filme neorealista onde os pobres gritam por falta de pão e as famílias se desentendem, de mão na anca, à porta de uma barraca."

(Constança Cunha e Sá, idem)

"O líder da Frente de Direita Nacional (FDN), Jaime Coutinho, já é militante do Partido Popular. Aliás, Coutinho já era militante do PP quando anunciou que se ia filiar no partido."

(Primeira página do Expresso, 3.5.97)

"[Manuel Monteiro é] profundamente sectário, intolerante e antidemocrático."

(Jaime Coutinho, idem)

"Queremos ter já voz activa nesse encontro [próximo congresso extraordinário do PP], onde, prometo, teremos muito a dizer sobre o futuro deste partido."

(idem ibidem)

"Se me convidarem e não houver candidato, eu serei candidato à distrital do Porto [do PP]. Qualquer um faria melhor trabalho do que o que está a ser feito"

(Tomé Fernandes, idem)

"Isto só confirma o que tenho vindo a dizer desde o congresso [do PP] de Dezembro, onde a oposição mostrou o rosto pela voz do pau mandado que é Silvío Cervan."

(Ferreira Torrès, Diabo, 6.5.97)

"Amanhã há dois jantares: um, de apoio a Cervan. Outro, de contestação. Ontem Monteiro discutiu na comissão política as propostas que abriram conflito com a líder parlamentar. Maria José [Nogueira Pinto] não foi."

(head line no Diário de Notícias, 6.5.97)

"[o PP] está mais unido do que nunca."

(Girão Pereira, Diabo, 6.5.97)

"Não percebo o PP de Monteiro."

(Luís Filipe Menezes, Expresso)

"Não sei a que se refere. Dentro do hotel não se passou nada de anómalo (...) Dentro do hotel nada se passou, nem elementos estranhos à selecção entraram nos aposentos dos jogadores."

(António Oliveira, ex-treinador da selecção nacional de futebol, Semanário, 3.5.97)

"SIC contra-ataca e processa Futebol Clube do Porto."

(Título do Público, 6.5.97)

"Pinto da Costa ameaça SIC com histórias íntimas."

(Título de 1ª página do Diário de Notícias, 6.5.97)

"O Governo da República é que está carecido de umas brigadas de intervenção e não nós!"

(Alberto João Jardim, idem)



## TRABALHADORES



1º de Maio afirma valores do sindicalismo

# «Grande confiança nos sindicatos e na CGTP»

Carvalho da Silva sublinhou em Lisboa os resultados de uma acção persistente e que vai continuar.



**R**ecordando a «grande campanha de esclarecimento em torno dos problemas laborais», desenvolvida nas semanas anteriores ao Dia do Trabalhador e que «envolveu a participação de muitos milhares de trabalhadores», o coordenador da Intersindical Nacional salientou que ela permitiu verificar «a grande confiança que os trabalhadores continuam a depositar nos seus sindicatos e na acção sindical desenvolvida pela CGTP-IN».

O facto de que «o sindicalismo corporizado pela CGTP-IN ganha cada vez mais apoios entre os trabalhadores de todos os sectores de actividade» constitui motivo de satisfação e traz mais responsabilidades à central. «Vamos levar por diante os nossos objectivos do aumento da participação dos trabalhadores na vida sindical, na sindicalização, no rejuvenescimento do movimento sindical e no reforço da sua unidade», assegurou Carvalho da Silva, declarando ter presentes as dificuldades que o sindicalismo enfrenta e as razões dos ataques que são feitos aos sindicatos.

Depois de denunciar a campanha de calúnias e ataques ao conjunto do Movimento Sindical, desencadeada a pretexto do aval concedido pelo Governo à UGT, o coordenador da Inter renovou a reclamação ao Governo para que faça o levantamento de todos os

financiamentos concedidos, de todos os avales e subsídios entregues pelos mais variados pretextos às associações, instituições e empresas: «Reivindicamos que estes dados sejam tornados públicos e exigimos que prevaleça a transparência, o rigor e a responsabilização. Esperamos que o Governo não volte atrás com a promessa que fez de divulgar todos esses dados.»

## Actualidade do 1º de Maio

Carvalho da Silva referiu que as comemorações do 1º de Maio ocorrem este ano num quadro em que a luta pela redução do horário de trabalho e pelo emprego constitui referência central, apesar de terem decorrido mais de 100 anos sobre os históricos acontecimentos de Chicago e a

violenta repressão que se abateu sobre os operários que reivindicavam a jornada de trabalho de 8 horas. «Neste 1º de Maio, a nossa luta identifica-se com estes ideais históricos, que estão na origem do sindicalismo», disse o coordenador da CGTP, denunciando mais uma vez «a fraude e a vigarice que nos querem impor com a lei das 40 horas».

A AR «não pode continuar a assistir a esta situação sem se pronunciar clara e inequivocamente sobre o objectivo da lei que ela aprovou», reclamou, salientando que os deputados têm

para isso uma oportunidade no próximo dia 15, quando subir a plenário o projecto de lei do PCP que pretende clarificar os conceitos da duração do trabalho.

Para a CGTP, «a eliminação das pausas é um roubo descarado de um direito adquirido pelos trabalhadores e é tanto mais grave quanto se sabe que a evolução tecnológica está a impor cada vez mais a necessidade de pausas técnicas». Este roubo levou Carvalho da Silva a acusar os patrões e o Governo de quererem «reeditar, em cópia revista, os "Tempos Modernos" de Charlot».

## Resultados da resistência

A luta, «firme e vigorosa, pese embora os enormes sacrifícios que ela nos tem custado e as perseguições feitas aos sindicalistas e trabalhadores que lutam pelos seus direitos», contra «os abusos e prepotências de um patronato que se sente apoiado por um Ministério da Desqualificação e do Desemprego», já teve «resultados altamente positivos», que foram enumerados pelo coordenador da CGTP:

— «demonstrámos que a razão está do nosso lado»;

— «ganhámos apoios na sociedade e em órgãos de soberania»;

— «afirmou-se a importância dos sindicatos»;

— «aumentou a participação dos trabalhadores e a confiança na luta»;

— «criámos condições para aumentar a sindicalização»;

— «demos força à luta por outros objectivos reivindicativos»;

— «demonstrámos que a luta dos horários de trabalho é um problema concreto de todos os trabalhadores»;

— «e, o que é mais importante, conseguimos impor em muitas empresas a efectiva redução dos horários sem perda de quaisquer direitos».

Carvalho da Silva reafirmou a determinação de continuar a lutar para alcançar a redução dos horários para o máximo das 40 horas e a confiança em que este objectivo será alcançado, pois «mais e mais trabalhadores se levantarão contra a tentativa de alterar o conceito de tempo de trabalho que o patronato e o Governo nos querem impingir, mais e mais trabalhadores se solidarizarão com a luta pelas 40 horas».





## TRABALHADORES



1º de Maio

# Unidade, solidariedade e luta

«Os trabalhadores dos têxteis, vestuário e calçado, os trabalhadores das atarquias e da administração pública, dos transportes, do sector mineiro, da metalurgia, das pescas, da hotelaria, da construção e reparação naval, do material eléctrico, do ensino e tantos outros têm vindo a lutar com grande determinação pelos seus direitos e pelas suas justas reivindicações e vão prosseguir a sua luta, alguns já no mês de Maio.

«Temos de continuar esta luta, procurando conjugar as nossas acções e alargar o seu âmbito.

«A unidade e a solidariedade são a grande força dos trabalhadores e do movimento sindical. Por isso dizemos que a hora é de todos unirmos esforços e de actuarmos a uma só voz, afirmando as nossas reivindicações.

«Dia 8 de Maio, junto da Assembleia da República, vamos fazer um grande Encontro Nacional de Activistas das Empresas que lutam pela redução do horário de trabalho e pelo emprego. Juntamente com delegações de todos os sindicatos, vamos reafirmar aos deputados e ao Governo que não abdicamos da redução do período normal de trabalho para as 40 horas. Vamos dizer que é tempo do Governo sacudir a pressão dos lobbies empresariais que o manietam.

«Convocada pela Confederação Europeia de Sindicatos, com o voto favorável da CGTP-IN, vai realizar-se no dia 28 de Maio uma importante acção sindical, a Jornada Europeia pelo Emprego. Esta jornada é para nós de grande importância e actualidade e os seus objectivos articulam-se com os objectivos de luta nacionais. Nesta manifestação, vamos exigir aos governos europeus que passem das palavras aos actos e que na Conferência Intergovernamental adoptem medidas concretas de combate ao desemprego e para dar uma efectiva dimensão social à construção europeia.

«Com a CGTP-IN, vamos afirmar que os interesses do nosso país e dos trabalhadores não podem continuar e ser sacrificados ao dogma da convergência nominal.

«Neste 1º de Maio exigimos uma mudança de rumo da vida nacional. Queremos e temos o direito de exigir que a água também corra para o nosso moinho e não apenas para o lado dos grandes senhores do capital.»

## Redução dos horários é factor de progresso

«A evolução verificada ao longo do último século mostra que a redução da jornada de trabalho tem sido um importante factor de desenvolvimento económico e social e, em períodos de grande evolução tecnológica, como é a actual, tem contribuído para a criação de emprego.

Por um lado, porque permite aumentar a produtividade, obriga a racionalizar a organização do trabalho e estimula a introdução de novas tecnologias.

Por outro lado, a redução do horário de trabalho melhora as condições de trabalho, diminui os riscos dos acidentes e doenças profissionais e favorece socialmente o trabalhador, quer na sua vida familiar, quer na sua condição de cidadão.»



## Desemprego nominal e emprego real

«Não basta dizer-se que em Portugal temos uma das mais baixas taxas de desemprego da Europa, quando se sabe que os dados oficiais são fictícios, iludindo a realidade indesmentível de que não são criados suficientes postos de trabalho, que o

desemprego de longa duração, dos jovens e das mulheres continua a crescer, que mais de metade da população activa não tem um emprego permanente e uma relação salarial estável.

O que é preciso é uma política de pleno emprego, que assegure a elevação do nível de qualificação dos trabalhadores. É preciso dignificar o trabalho com o pleno uso de todos os direitos que legalmente estão reconhecidos aos trabalhadores.

Não aceitamos e continuaremos a combater a generalização dos vínculos precários de trabalho, o trabalho clandestino e ilegal, a tentativa de eliminação ou da fragilização dos direitos legais e contractuais dos trabalhadores.

Continuaremos a bater-nos pelo aumento dos salários reais e uma distribuição justa dos rendimentos, pela contratação colectiva e a melhoria dos seus clausulados, por uma política fiscal que não continue a penalizar os trabalhadores.»

## O marketing da má consciência

«No processo de privatizações que o Governo está a acelerar, há, decerto, um sentimento de culpa que é denunciado pela ridícula megacampaña publicitária, paga com os dinheiros dos contribuintes.

Esta fúria do Governo, que se estende aos pretensos méritos do Acordo de Concertação Estratégica e da lei das 40 horas, mais parece uma operação de marketing de produtos deteriorados.»

(Da intervenção de Manuel Carvalho da Silva no 1º de Maio, em Lisboa)



## Professores mantêm manifestação dia 16

O Governo comprometeu-se a criar novos índices remuneratórios nos 9º e 10º escalões, beneficiando 10 mil professores, mas estão ainda em aberto importantes questões relativas ao Estatuto da Carreira Docente. Por isso, para assinar este protocolo na segunda-feira, a Fenprof exigiu a declaração expressa de que o processo negocial vai continuar e mantém a convocatória para a manifestação nacional dia 16 de Maio, às 15 horas, a partir do Pavilhão Carlos Lopes.

Esta manifestação é entendida pelos sindicatos e a Federação Nacional dos Professores como «um sinal necessário» que é dado pelos docentes ao Ministério da Educação «sobre a sua disposição de luta em prol dos aspectos ainda não consagrados no ECD e da exigência de propostas concretas do ME» - como refere um comunicado do SPGL, apontando algumas das matérias em causa, como a vinculação dos professores contratados, a duração da carreira, a contagem integral do tempo de serviço, a revalorização material da carreira.

No dia 30 de Abril, o Secretariado Nacional da Fenprof acusou o ME de não honrar os seus compromissos na negociação do Estatuto da Carreira Docente. Em conferência de imprensa, noticiada pela Lusa, o secretário-geral da federação, Paulo Sucena, disse que a manifestação nacional em frente ao Ministério da Educação «pretende ser um indicador visível da indisponibilidade dos professores para aceitar uma revisão do Estatuto da Carreira Docente que os deixa na mesma».

Em causa, para a Fenprof, estava o facto de o Ministério da Educação ter acordado negociar o Estatuto da Carreira Docente no seu todo (juntando os dois decretos - 409/89 e 139-A/90) e apresentar para assinatura um protocolo sobre os novos índices dos 9º e 10º escalões sem um ponto que garantisse o prosseguimento das negociações do estatuto.

Na altura, o sindicalista deixou claro que a Fenprof não assinaria nada que colocasse em causa o prosseguimento das negociações dos dois decretos do Estatuto da Carreira Docente. Segundo Paulo Sucena, a apresentação de apenas um dos decretos para assinatura em acta, encerrando desta forma as negociações sobre o mesmo, corresponderia a «negociação parcelar», não prevista nos compromissos assumidos por ambas as partes.

A outra parte do ECD, o decreto-lei 409/89, que regula a estrutura da carreira, os vencimentos e a contagem do tempo de serviço, ainda não foi alvo de proposta por parte do Ministério da Educação.

A manifestação nacional de professores, que foi confirmada por unanimidade na reunião de dia 29 do Secretariado Nacional da Fenprof, estava programada no quadro das acções de luta anunciadas no início de Abril.

## Estudantes de enfermagem querem emprego estável

Os alunos do Curso Superior de Enfermagem que, no dia 30, participaram num debate promovido pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, reclamaram do Ministério da Saúde a abertura de negociações sobre as condições de contratação, com entrega de uma proposta do Governo até ao fim de Maio.

No debate foi aprovada, por unanimidade, uma moção intitulada «Emprego estável! Emprego com direitos!», na qual é exigida a criação de uma relação jurídica de emprego que garanta celeridade na admissão, estabilidade no desempenho de funções, direitos e regalias iguais aos dos profissionais no Quadro.

O documento recorda a «inegável» carência de pessoal de enfermagem nas instituições públicas de saúde, com cerca de onze mil vagas libertas nos quadros. A falta de enfermeiros reflecte-se também na média por cada mil habitantes, que é em Portugal (3,2) muito inferior à europeia (5,2). «No entanto, apesar desta situação, a legislação hoje existente para a Administração Pública apenas prevê a contratação de novos profissionais (não conferindo direitos e garantias equivalentes às do pessoal dos quadros das instituições) para situações de substituição e/ou satisfação de necessidades temporárias», protestam os futuros enfermeiros.



## TRABALHADORES

# Concentração hoje na AR pela semana de 40 horas

Dia 15 sobe a plenário o projecto de lei do PCP que pretende clarificar o conceito de horário de trabalho e pôr termo à burla da eliminação das pausas.

A CGTP convocou para hoje à tarde, junto ao Palácio de São Bento, um encontro nacional de activistas sindicais de empresas e sectores onde estão em curso lutas pela redução efectiva dos horários de trabalho. A Federação dos Têxteis, Vestuário e Calçado (que são dos sectores mais atingidos por este problema) marcou uma concentração nacional para o Cais do Sodré, às 14 horas, partindo depois para a Assembleia da República.

A uma semana da discussão e votação do projecto de lei em que o PCP propõe que a AR clarifique que o tempo normal de trabalho inclui as pausas consagradas há mais de 20 anos na prática das empresas e na contratação colectiva, os sindicatos reclamam que os deputados votem a proposta comunista ou apresentem outras soluções. Recorde-se que deputados de todos os partidos afirmaram a delegações sindicais que o objectivo da Lei 21/96 era a redução do tempo de trabalho, mas a eliminação das pausas tem mesmo levado ao aumento de horários.

Para ontem à tarde, a ministra do Emprego convocou uma reunião com a Fese-

te/CGTP, onde esta questão iria ser abordada.

## Greve dos precários

Preocupada com o sucessivo adiamento das medidas legislativas necessárias à regularização dos trabalhadores da Função Pública com vínculos precários, a federação sindical do sector decidiu solicitar audiências ao presidente da AR e aos grupos parlamentares e reafirmou a decisão de realizar uma greve nacional no dia 16 de Maio.

Notando que «ao Governo e ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista competem especiais responsabilidades neste problema», a FNSFP refere que, contrariamente aos compromissos assumidos pelo secretário de Estado da Administração Pública, ainda não foi publicado o diploma que prorroga os prazos estabelecidos inicialmente nem foi agendada a discussão da autorização legislativa para uma solução definitiva.

Há dirigentes de serviços que invocam a existência de um vazio legal para tentarem despedir pessoal, alerta a



Os trabalhadores exigem que o Parlamento tome medidas para que seja cumprida a redução do horário prevista na Lei 21/96 (foto de arquivo)

federação, numa nota distribuída dia 2 à imprensa.

## Transportes

Caso a associação patronal das empresas transportadoras de passageiros não altere as suas posições nas negociações do contrato colectivo do sector, a Festrú/CGTP avançará com a convocação de uma greve de 24 horas no dia 21 de Maio. O plenário de sindicatos que admitiu a paralisação marcou uma jornada de luta e esclarecimento dos trabalhadores e de denúncia pública das «violações e claros roubos» de direitos, acção que está a decorrer.

Um dos principais proble-

mas tem a ver com alterações de horários de trabalho feitas sem consulta aos trabalhadores e sem aprovação do Ministério do Emprego. Segundo a federação sindi-

cal, com o aumento da disponibilidade e da carga horária, as empresas querem «extorquir aos trabalhadores cerca de 40 contos por mês na sua retribuição».

## Autarquias em luta

Os trabalhadores da Administração Local iniciaram segunda-feira uma série de vigílias junto da residência oficial do primeiro-ministro. Durante toda a semana, activistas e dirigentes do STAL e do STML entregam diariamente um ofício, por via protocolar, exigindo do Governo o cumprimento do acordo que subscreveu com os sindicatos em Janeiro do ano passado.

Estas vigílias inserem-se num conjunto de lutas que culminarão com uma greve nacional no dia 19 de Maio (16 de Maio na RA dos Açores), greves sectoriais e recusa de trabalho extraordinário.

Os trabalhadores das autarquias protestam contra a diferença, que não cessa de aumentar, entre o salário mínimo nacional e o índice 100 da Administração Pública. Reclamam segurança e estabilidade de emprego, reestruturação e revalorização das carreiras profissionais, o pagamento do subsídio de insalubridade, penosidade e risco, e a reposição do direito às ajudas de custo (e do subsídio de insularidade, nos Açores). Exigem ainda que páre o processo de privatizações de serviços públicos de água, saneamento e lixos.

## Chiado

Concentrados dia 28 de Abril junto à residência oficial do primeiro-ministro, os trabalhadores da zona incen-

diada do Chiado reclamaram medidas para resolver ou minorar a grave situação social criada pelas entidades patronais, que após o sinistro fugiram às suas responsabilidades para com os funcionários, e pelo Governo, que permitiu as ilegalidades patronais e não acciona mecanismos à sua disposição para acautelar os interesses dos trabalhadores.

Em São Bento, os trabalhadores deixaram propostas concretas. Se não houver uma resposta do Governo, terá lugar uma vigília, no mesmo local, na noite de 16 de Maio.

## Supermercados

Trabalhadores e activistas sindicais vão estar amanhã à tarde na Praça de Londres, enquanto decorre no Ministério do Emprego uma reunião para tratar o processo de revisão da contratação colectiva do sector dos super e hipermercados. A Fepces/CGTP acusou a associação patronal (APED) de boicote e solicitou a passagem à fase de conciliação. Federação e sindicatos têm ainda exigido que a Inspeção do Trabalho fiscalize mais eficazmente as condições laborais nas grandes superfícies, onde prolifera o trabalho clandestino e a mão-de-obra alugada, a par de permanentes violações de direitos legais e contratuais.

## Seca no Alentejo

Apoios para os trabalhadores e pequenos e médios agricultores, mais uma vez atingidos pelos efeitos da seca, que está a afectar sobretudo as culturas de Outono/Inverno, foram exigidos na semana passada pelo Secretariado Inter-Regional do Alentejo da CGTP. Os apoios deverão verificar-se na criação de alternativas de emprego e na compensação dos rendimentos perdidos.

Alertando para o perigo de esta situação ser usada como pretexto para despedimentos e manutenção dos baixos salários praticados na agricultura, a estrutura alentejana da Inter realça a necessidade de acelerar a construção das infra-estruturas hidráulicas necessárias ao armazenamento de água e seu aproveitamento. O secretariado reclama ainda o aumento das quotas de produção das culturas de regadio que requerem mais mão-de-obra (como o tomate, o milho, o tabaco, o girassol).

Na nota de imprensa do SIRA/CGTP, o Governo é acusado de ter esquecido as promessas do Plano de Emergência e do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Alentejo. Reafirmando a actualidade das propostas sindicais, os sindicalistas alentejanos lembram que estão a preparar, para Setembro, uma deslocação a Lisboa, para exigir uma resposta do primeiro-ministro às posições que lhe foram comunicadas e sobre as quais o Governo se mantém inerte.

## Siemens discrimina

Atingir o trabalhador e as organizações de que faz parte é o que pretende a administração da Siemens de Évora, ao não atribuir ao seu funcionário José Emídio aumentos salariais idênticos aos dos restantes trabalhadores com idênticas funções. A acusação foi feita nas vésperas do 1º de Maio pela União dos Sindicatos do Distrito de Évora, de cujo Conselho Fiscalizador é membro aquele delegado do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas. Reconhecendo o interesse que tem para a região a abertura de uma nova unidade fabril da Siemens, que goza de apoios públicos, a USDE/CGTP repudia vivamente «a atitude discricionária» da empresa e exige a reposição da legalidade.

## Debate no Porto com Jerónimo de Sousa Desmembramento da CP não serve as populações

Trabalhadores ferroviários reuniram no passado sábado, no Porto, numa iniciativa das células da CP e da EMEF do PCP, para discutir a situação dos Caminhos-de-Ferro, iniciativa em que participou também o camarada Jerónimo de Sousa, da Comissão Política e que terminou com um almoço-convívio.

O desmembramento da CP, o caminho já traçado para a privatização de sectores rentáveis e as graves consequências que se vêm desenvolvendo quer na perspectiva dos direitos dos trabalhadores quer do interesse nacional e regional, foram alguns dos ângulos mais abordados na análise da situação.

Dirigentes sindicais e das ORTs e trabalhadores de vários sectores trocaram informações, apoiando várias das ideias desenvolvidas no texto base de apoio à reunião.

A questão do «Metro do Porto» foi particularmente citada, como expoente não só do que é feito como matéria propagandística (com objectivos eleitorais imediatos), mas também de decisões antieconómicas que não têm em conta estruturas (como as do Caminho-de-Ferro) já implantadas ou, pura e simplesmente, desactivam linhas da CP para o «Metro».

A proliferação dos chamados metropolita-

nos de superfície é o exemplo vivo de que o encerramento das linhas regionais da CP foi um erro de palatária. Mas a verdade é que os interesses económicos de alguns tiveram mais força que os direitos das populações no processo que contou também com a conivência de algumas autarquias.

Jerónimo de Sousa, na intervenção que encerrou o encontro, enquadró o desmantelamento da CP na política de direita prosseguida há 15 anos, primeiro pelo PSD e agora pelo PS, que usam os prejuízos da CP (72 milhões de contos anuais e 500 de défice acumulado desde 1988) como armas de arremesso contra os trabalhadores, esquecendo os verdadeiros responsáveis de todo o processo.

Depois de referir o encerramento de 900 quilómetros de via (com todos os perigos para o desenvolvimento das regiões mais interiores) e a liquidação de 8.000 postos de trabalho, com a criação de várias empresas e serviços para fazer o trabalho dos ferroviários dispensados, Jerónimo de Sousa sublinhou o interesse político das propostas apresentadas para conter esta ofensiva e defender os interesses do desenvolvimento regional e nacional.



## SADO Espera para consultas é intolerável

É «incompreensível e intolerável» a situação que actualmente se vive no Posto Médico do Faralhão, considera a Comissão de Freguesia do Sado do PCP, que há longo tempo vem reivindicando a criação de Serviços de Saúde que, no mínimo, correspondam às exigências de um aglomerado populacional em constante crescimento.

Se até aqui era preciso integrar desde as 6 da manhã uma longa bicha de espera para um atendimento incerto e que a verificar-se nunca seria antes das 14 horas, agora a espera é de 1 a 2 meses para a mesma consulta.

Foi com satisfação que as populações assistiram ao início das obras para um Centro de Saúde que vinha, pois, ao encontro de uma prolongada reivindicação sua, dos órgãos autárquicos da Freguesia e do empenhamento dos comunistas na Câmara e na Assembleia da República. Mas é também pelo empenhamento que tem tido para a resolução do problema que o PCP não pode deixar de denunciar aquilo que, «sob a capa de vantagem» que resultaria da marcação telefónica, se traduz afinal pela dilatação do tempo de espera por um atendimento médico.

«Um mau prenúncio para o funcionamento futuro do novo Posto Médico», afirmam os comunistas da freguesia do Sado, que defendem que a marcação telefónica da consulta não deve exceder o anterior tempo de espera.

## ALENQUER Cariz eleitoralista marca comemorações

Indignada com a partidarização feita pelo PS das comemorações do 25 de Abril em Alenquer, através de um Programa Municipal de iniciativas que excluía a participação das restantes forças políticas representadas nos Órgãos Municipais, a Comissão Concelhia de Alenquer do PCP, em nota à comunicação social, manifestou publicamente o seu desagrado.

A atitude do PS, no entendimento dos comunistas, é tanto mais estranha quanto se trata de um procedimento jamais verificado em anos anteriores e que leva à interpretação de uma tal decisão «como uma manobra de cariz eleitoralista que em nada dignifica os seus autores e o espírito do 25 de Abril».

## SEIXAL PCP propõe três novas freguesias

Dando cumprimento a um dos compromissos assumidos no Programa Eleitoral da CDU para as Eleições Autárquicas de 1993, o PCP apresentou na Assembleia da República a proposta para a criação de três novas freguesias no concelho do Seixal - Cruz de Pau, Miratejo e Torre da Marinha.

Com esta decisão, o PCP entende que o Poder Local será valorizado e «novos passos serão dados no sentido da melhoria do diálogo com as populações, auscultando-as ainda mais eficazmente sobre os seus anseios, aspirações e necessidades», possibilitando ao mesmo tempo uma resposta mais pronta e adequada à solução dos problemas.

A população do Seixal tem todas as razões para continuar a confiar na CDU, garantem os comunistas. Não só pelo trabalho realizado como pelas propostas que a Coligação tem para o concelho e que são garantia de futuro.

## CONDEIXA População quer ser informada

As novas instalações para o Hospital concelhio, o Parque de Campismo, o novo Tribunal, o Complexo Residencial para Idosos são algumas das questões que o PCP tem levantado com frequência, quer na Assembleia da República, quer na Assembleia Municipal. Inclusive, no PIDDAC para 1997, os deputados do PCP apresentaram uma proposta de inclusão de verbas para a resolução de algumas destas carências da população de Condeixa, contra as quais os deputados do PS, inexplicavelmente, votaram.

A denúncia cabe à Comissão Concelhia de Condeixa do PCP que simultaneamente acusa o Presidente da Câmara, do PS, de desvalorizar estas iniciativas, sempre que as mesmas são levantadas na Assembleia Municipal. «Pegando» na questão do Tribunal como exemplo de uma questão que mereceu a oposição frontal do Presidente, com o argumento de que o Ministério da Justiça já teria verbas para o efeito, os comunistas dizem que afinal, quando do «Governo em Diálogo», o ministro da Justiça, extraprograma, deslocou-se à pressa a Condeixa para tratar das novas instalações do Tribunal, dizendo à imprensa que o problema residia ainda no terreno, mas mostrando à evidência que afinal muito havia que esclarecer sobre a matéria. Por fim, e no que respeita ao Hospital e seu equipamento, o PCP afirma que o povo de Condeixa deseja ver esclarecidas atempadamente questões como cuidados de retaguarda, meios auxiliares de diagnóstico, raio X, ecografia, análises clínicas, apoio domiciliário, morgue, etc., já que as verbas que o PIDDAC refere para o Hospital são completamente irrisórias.

# Novo regime de prestações familiares Expectativas criadas são «um logro»

Face ao anúncio do novo regime de prestações familiares, feito pelo Governo no passado dia 30 de Abril, a Comissão Política do PCP promoveu uma conferência de imprensa no dia 2 de Maio, onde tornou pública a sua posição sobre este «novo e desconhecido regime». Na declaração aos órgãos de comunicação social - a seguir transcrita -, Edgar Correia, membro da Comissão Política, denunciou os métodos do Governo «de sonegação de informações à opinião pública, a par da prevalência de propósitos puramente demagógicos».

O Governo anunciou há dois dias, na sequência da reunião do Conselho de Ministros, o desenvolvimento de um novo regime de prestações familiares no âmbito da Segurança Social.

Um comentário definitivo por parte do PCP nesta matéria carece do conhecimento preciso da legislação agora aprovada e, em particular, dos montantes do novo subsídio familiar a crianças e jovens que entrarão em vigor no próximo dia 1 de Julho.

Como esse elementos não são ainda do domínio público, as observações que adiante se sublinham deverão ser entendidas no contexto dos elementos muito insuficientes divulgados no comunicado do Conselho de Ministros e na nota do Ministério da Solidariedade e Segurança Social, e do conhecimento da 3ª versão do projecto de Decreto-Lei visando a reformulação do regime jurídico das prestações familiares.



O que o Governo pretende é «retirar direitos a quem os adquiriu ou vem formando com base nos descontos que fez para a Segurança Social», afirmou Edgar Correia

## Uma orientação demagógica e populista

A primeira observação é, pois, dirigida ao facto do Governo ter anunciado com grande aparato propagandístico «uma importante reforma no domínio da solidariedade social» sem ter simultaneamente fornecido importantes informações sobre as alterações introduzidas e sobre os montantes das prestações que passam a ser praticados a partir de 1 de Julho, assim inviabilizando um juízo rigoroso sobre o quadro dos efectivos benefícios ou prejuízos que terão os beneficiários deste ou daquele escalão.

O PCP discorda em absoluto destes métodos do Governo de sonegação de informações à opinião pública, a par da prevalência de propósitos puramente demagógicos. Denuncia o duvidoso carácter democrático e o populismo das declarações do primeiro-ministro ao destacar que a política do Governo privilegiava «as crianças mais pequenas das famílias pobres», «os que não podem nem reivindicar, nem organizar manifestações». E reclama a urgente divulgação pública do conjunto da legislação ora aprovada e dos montantes das prestações não divulgados.

## Expectativas logradas

Apesar da adjectivação muito positiva com que os comunicados do Conselho de Ministros e do Ministério da Solidariedade e Segurança Social se referem à nova prestação social - o subsídio familiar a crianças e jovens - importa salientar que ele representa a substituição das prestações de abono de família, subsídio de aleitação e de nascimento e que é acompanhada pela eliminação do subsídio de casamento.

Várias informações concorrem para enraizar a convicção do profundo logro que representam as expectativas criadas em torno da nova prestação social, uma vez que ela resulta tão-só da fusão e praticamente da soma aritmética das dotações actualmente atribuídas às prestações do abono de família, nascimento, aleitação e abono complementar às crianças deficientes.

Além disso, há aspectos em que a nova prestação social significa perda de direitos e um efectivo retrocesso em relação ao regime actualmente vigente.

Estão, neste caso, em particular, a exigência do cumprimento de prazos de garantia ou de vinculação profissional e a introdução de princípios de selectividade de característicos dos regimes não contributivos.

Observe-se que na legislação que vigorou até agora (decreto-lei nº 170/80 de 29 de Maio) a

atribuição de prestações familiares é independente da verificação de prazos de garantia ou de períodos mínimos de prestação de trabalho, o que inteiramente se coaduna com o facto das prestações familiares, nomeadamente do abono de família, ser considerado basicamente uma prestação de infância e juventude de que são titulares nomeadamente os descendentes de toda a população trabalhadora e que por isso não está dependente das vicissitudes da relação de trabalho dos progenitores.

A instituição de prazos de garantia ou de vinculação profissional que terá sido operada agora no novo regime legal, significa o regresso a um princípio de não universalidade da protecção social, o que naturalmente tem um significado negativo.

Quanto à introdução de regras de selectividade, cuja análise concreta só pode ser feita desde que conhecidos os montantes das prestações

atribuídas a cada um dos escalões de rendimentos, é uma medida que só pode ser avaliada a partir de elementos concretos.

Observe-se que o PCP, desde que rigorosamente respeitados os direitos adquiridos ou em formação por parte dos contribuintes da Segurança Social e assegurado um patamar de natureza universal, não discorda da orientação do subsídio familiar às crianças e jovens poder ser tanto maior quanto menores forem os rendimentos das famílias.

O que é preocupante - e há muitos indícios nesse sentido - é que o Governo pretende fazer uma aplicação perversa dessa orientação. E que a pretexto de beneficiar as famílias com menores rendimentos, o que é aceitável, pretende retirar direitos a quem os adquiriu ou vem formando com base nos descontos que fez para a Segurança Social,

situação que é de todo em todo inaceitável.

Além disso a maneira como o Governo pretende aplicar a ideia de diferenciação é geradora da maior perplexidade. Observe-se que se incluem no 1º escalão apenas os agregados familiares com rendimentos mensais inferiores a 85 contos o que significa que abrange exclusivamente camadas completamente desmunidas. E que o 2º escalão de rendimentos, abrangente daquilo que para o Ministério da Solidariedade constituiria a chamada «classe média» portuguesa (Diário Económico de 19/12/96), envolve o conjunto das famílias cujos rendimentos mensais se situam entre valores tão distintos como os 85 contos e os 454 contos. Para esta estranha «classe média» em que uma família pode ter, por exemplo, um rendimento de apenas dois salários mínimos por mês, seria escandaloso que se confirmassem as notícias saídas na comunicação social de que o novo Subsídio Social de Família não ultrapassaria os 2.800 escudos por filho com mais de um ano e por mês - exactamente o valor do actual abono de família.

Acresce que o estabelecimento de escalões com base nos rendimentos familiares relança a questão da determinação rigorosa desses rendimentos, o que verdadeiramente só é possível em relação aos trabalhadores por conta de outrem e com base no IRS. A metodologia aprovada pelo Governo da declaração de rendimentos ser feita sob compromisso de honra pelas próprias famílias, é susceptível de introduzir as maiores desigualdades e injustiças num sistema que simultaneamente é apresentado como sendo mais justo.

## Melhores prestações

O PCP tem repetidamente sublinhado entre os problemas maiores do sistema de Segurança Social o muito baixo nível das respectivas prestações. Sendo isso particularmente sensível no que respeita às prestações sociais familiares - de que depende a possibilidade de muitas famílias verem elevadas as suas condições de vida e melhorados aspectos essenciais da vida de muitas crianças - o PCP considera indispensável proceder à elevação significativa dos montantes que o sistema disponibiliza para a sua concretização.



# Organizações comemoram 76.º aniversário do PCP...

Não terminaram ainda nas organizações do PCP as iniciativas comemorativas do seu 76.º aniversário.

Assim, em Vila Nova de Anços, a Comissão Concelhia de Soure do PCP promoveu um almoço-convívio na Associação de Caça e Pesca, com a participação de cerca de 50 militantes e simpatizantes do Partido e presidida por João Ramos Pereira, do Executivo da Direcção Regional de Coimbra, que teceu umas breves palavras sobre a iniciativa.

António Cruz, da Comissão Concelhia, usando também da palavra, referiu os principais problemas sociais e políticos do concelho, de entre os quais destacou o do desemprego, e a importância das próximas eleições autárquicas.

Carlos Fraião, membro do Comité Central, numa intervenção final, aludiu à efeméride e sublinhou as tarefas futuras do Partido, «para responder aos novos problemas com novas soluções, adequadas às novas realidades».

A organização do concelho de Cantanhede, por sua vez, comemorou o aniversário do

PCP com uma iniciativa num restaurante, em Ançã.

Na iniciativa, em que participaram 45 militantes e amigos do Partido, foi ainda eleita a Comissão Concelhia - composta por nove membros -, tendo cabido a Hermínio Martins, do Executivo da DORC do PCP, a apresentação da lista proposta e dos critérios que presidiram à sua elaboração.

Arnaldo de Carvalho, da Comissão Concelhia, traçou os principais objectivos do Partido para o concelho e referiu algumas questões que podem criar «melhores condições de trabalho», como as obras em curso no Centro de Trabalho de Cantanhede. Jorge Gouveia Monteiro, do Comité Central, numa intervenção de encerramento, referiu particularmente as tarefas relacionadas com as próximas eleições autárquicas e a sua importância para a intervenção democrática dos cidadãos na vida política e local.

José Balocas animou a sessão com a sua guitarra e canções.

## ... e 23.º da Revolução de Abril

Mais de 200 pessoas, entre as quais muitos comunistas portugueses emigrados no Brasil, participaram em São Paulo, no acto comemorativo do 23.º aniversário da Revolução dos Cravos, realizado no dia 25 de Abril na Casa de Portugal.

A iniciativa, promovida pelo Movimento 25 de Abril pela Libertação de Timor, em conjunto com outros movimentos e entidades, teve a presença do Cônsul Geral de Cabo Verde em São Paulo, de deputados estaduais e representantes de partidos e movimentos progressistas.

Na sessão, entrevistaram a actriz Lucélia Santos, o artista plástico Fernando Lemos, o embaixador José Barbosa Ferreira, Cônsul Geral de Portugal em São Paulo, o militante do PCP Alexandre Pereira - que presidiu à sessão - e os representantes das entidades que apoiaram a iniciativa. Aproveitando o evento, foi lançada uma campanha de assinaturas pela libertação dos presos políticos timorenses, a ser enviada ao Secretário-Geral da ONU.

Após as intervenções, actuou a banda «Mundo Livre S/A» e foi projectado o vídeo «Massacre a Sangue Frio», documento dramático que despertou a atenção mundial para o genocídio do povo maubere.

### Arganil

Em Arganil, o PCP realizou um almoço-convívio simultaneamente comemorativo do aniversário do Partido e do Dia da Liberdade.

No final da iniciativa interveio Eduardo Serra, da Comissão Concelhia, que apelou ao trabalho de todos na defesa dos ideais de Abril e leu uma mensagem do Dr. Virgílio Reis Nunes que, não podendo estar presente, quis por esse meio associar-se às comemorações.

Outras mensagens de apoio chegaram também à iniciativa, tendo ainda usado da palavra António Batista e Artur Almeida. A encerrar, falou José Gil, da Distrital, que evocou os 76

anos de vida e luta do PCP e lembrou o papel que cabe aos comunistas na dinamização da luta contra uma política que ameaça as conquistas de Abril e mobilizou os presentes para a batalha das próximas autárquicas.

### Felgueiras

Também no dia 25 de Abril, realizou-se em Pombeiro, Felgueiras, um almoço comemorativo da Revolução de Abril, no qual participaram cerca de 70 pessoas.

Esta iniciativa contou com a presença de Vivaldo Peres, membro da Assembleia Municipal de Felgueiras e cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal, e Sérgio Vinagre, membro da Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, que proferiram intervenções alusivas ao acto.



Mais de 800 pessoas, num jantar em Loures com a participação de Carlos Carvalhas e de Demétrio Alves, marcaram com a sua presença o apoio à equipa da CDU que se propõe governar o concelho nos próximos quatro anos

## Carlos Carvalhas em Sobral e Loures Desigualdades estão a acentuar-se

No passado dia 29 de Abril, o Secretário-Geral do PCP visitou os concelhos de Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras, tendo-se deslocado no dia 30 ao de Loures. No centro destas visitas estiveram aspectos do trabalho e gestão dos comunistas e seus aliados da CDU nas autárquias, bem como questões da política nacional.

Recebido na Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, Carlos Carvalhas teve aí oportunidade de contactar autarcas e cidadãos acerca das realidades do concelho. À noite, após um jantar-convívio promovido na freguesia de Carvoeira, participou na sessão pública de apresentação dos candidatos da CDU em Torres Vedras.

No dia seguinte, 30 de Abril, Carlos Carvalhas participou em Loures, juntamente com Demétrio Alves, presidente da autarquia, num animado jantar concelhio com a presença de mais de 800 apoiantes da CDU. Tendo já sido oficialmente apresentada a recandidatura de Demétrio Alves nas próximas eleições, foi dada a conhecer, durante o jantar, a composição da equipa que com ele se propõe governar o concelho de Loures nos próximos quatro anos.

Dos discursos proferidos pelo Secretário-Geral do PCP, transcrevemos alguns extractos.

(...)

«A União Económica e Monetária e a moeda única assentam em três grandes pilares: o desemprego; os baixos salários; o domínio do capital financeiro e das grandes potências.

Portugal precisa de uma nova política económica e social, precisa de virar à esquerda. O leilão de empresas básicas e estratégicas e a entrega de milhões em benefícios fiscais e em autênticos perdões de dívida aos grandes senhores do dinheiro é uma política inaceitável e intolerável. Mas mostra também a versatilidade de certos actores do 25 de Abril como um João Cravinho e um Augusto Mateus, que depois do esquerdismo estão agora no radicalismo direitista das privatizações que teriam inclusivamente a benção duma sra. Thatcher.

Meia dúzia de famílias está de novo a concentrar um poder que escapa a qualquer controlo democrático, com o crescente

domínio do poder económico sobre o poder político e a acentuação das desigualdades na sociedade portuguesa.

Mas como a experiência destes últimos anos nos mostra também, não há saída da crise nem desenvolvimento sustentado digno desse nome, num quadro democrático, em detrimento do mundo do trabalho. Não há desenvolvimento apoiado no empobrecimento de quem trabalha, de quem cria a riqueza do país. Não há criação de empregos e empregos estáveis sem se aumentar o poder aquisitivo das massas e sem a defesa da produção nacional.

A fuga para a frente no caminho do ultraliberalismo não tem por objectivo o desenvolvimento da nossa indústria, da nossa agricultura, das nossas pescas, mas sim o aumento dos lucros da alta finança!

Por isso, no actual quadro político, a grande dificuldade do PSD em fazer oposição é que não há uma política «guterrista», mas sim a continuação no essencial da política económica cavaquista com outras caras e outros protagonistas. Aliás, ainda agora Manuela Ferreira Leite, ao comentar o debate periódico do Primeiro-Ministro com os deputados na Assembleia da República teve de afirmar que este «só falou em resultados de políticas já conhecidas, que estão em vigor há mais de seis anos...»

E esta é que é a questão central do descontentamento. A continuação no essencial de uma política que a maioria dos portugueses quis ver afastada. De facto a «nova maioria» envelheceu depressa. Por isso, quando o Primeiro-Ministro manifestou o seu arrependimento sobre o totonegocio, ou quando diz agora que o PS e o Governo nos últimos tempos só fizeram asneiras, está a procurar fazer passar duas ideias: a de que o descontentamento se deve a erros pontuais e não à continuação da política económica do cavaquismo e a ideia que agora vão corrigir os erros e levar à prática uma política que fará a vida do país «correr pelo melhor dos mundos!».

Infelizmente não é assim.»

(...)

## Campanha Nacional de Fundos

### Um balanço positivo

Dois meses decorridos sobre o início da Campanha Nacional de Fundos que estabeleceu como meta a obtenção de 200 mil contos, receita com a qual o PCP pretende ajudar a custear as despesas inerentes à campanha para as próximas eleições autárquicas, as organizações do Partido fazem os seus balanços.

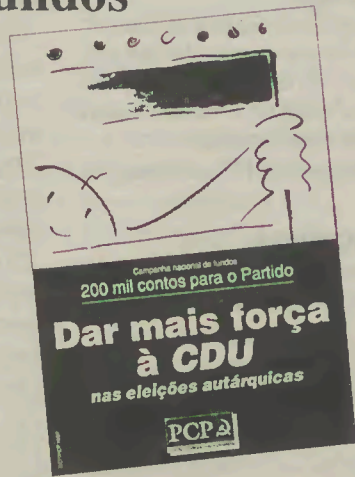
Assim, e apesar da relativa demora que o arranque de campanhas deste tipo sempre implicam, o balanço feito a estes dois meses de trabalho permite concluir, face ao total apurado nas várias organizações, que no final de Abril elas atingiram já 15 por cento da meta nacional estabelecida, ou seja, 30 mil contos.

Esta importância, que se refere naturalmente a recolha de fundos rea-

lizadas apenas no âmbito da campanha, assentou nas mais diversas iniciativas, sendo que várias organizações, como Portalegre, Porto, Setúbal e Emigração, estão já muito próximas de atingir - se não ultrapassaram mesmo - os 20% das suas metas.

Para se alcançarem os objectivos propostos, o desenrolar da campanha revela que é determinante a preocupação dos responsáveis locais em recordar aos militantes e simpatizantes do PCP, nas iniciativas em que participam, que é com a sua ajuda que o Partido conta para alcançar a importância estabelecida - 200 mil contos - e os objectivos definidos - custear as despesas com a campanha para as eleições autárquicas.

Para as organizações tem sido, aliás,



um factor de orgulho e mobilização o facto de saberem que uma campanha deste tipo é um procedimento único na cena política portuguesa, sendo ao mesmo tempo reveladora do modo transparente e responsável como o PCP encara a actividade política e a obtenção dos meios necessários ao seu bom desempenho.



## PCP

## Comício internacional

## Organizações mobilizam-se

Culminando a grande campanha que o PCP tem desenvolvido contra a adesão de Portugal à moeda única e a favor do referendo, realiza-se no próximo dia 24 de Maio, no Campo Pequeno, em Lisboa, um grande comício internacional.

É objectivo fundamental deste comício - que se realiza por iniciativa do PCP - denunciar as desastrosas consequências da aplicação do Tratado de Maastricht e afirmar a convicção da esquerda e das forças progressistas europeias de que existe uma alternativa à moeda única. Com esta iniciativa, o PCP visa juntar à sua outras vozes que na Europa igualmente se batem pelo direito dos povos a decidir do futuro dos seus países e da Europa, contra um directório de grandes potências cujo objectivo é impor aos países mais fracos decisões de que apenas beneficiam os que as tomam - invariavelmente os mais fortes.

Para participar no comício internacional de 24 de Maio - a que também se associou o Partido Ecologista «Os Verdes» de Portugal

-, estão já asseguradas as presenças de representantes do Partido do Socialismo Democrático da Alemanha, do Partido Progressista do Povo Trabalhador de Chipre, da Esquerda Unida de Espanha, da Iniciativa por Catalunha, Espanha, da Aliança de Esquerda da Finlândia, do Partido Comunista Francês, do Partido Comunista da Grécia, da Coligação de Esquerda e do Progresso da Grécia, do Partido da Refundação Comunista de Itália, do Partido da Esquerda da Suécia e ainda de Ken Coates, deputado trabalhista britânico do Parlamento Europeu.

Para assistir a este grande comício, muitas organizações do Partido começam a mobilizar os seus militantes e a tratar dos meios necessários para fazer deslocar os que não querem deixar de participar nesta tão importante iniciativa. São os casos, por exemplo, do Porto, Braga, Guimarães e Famalicão, que já se movimentam para fretar um comboio especial e camionetas para servir as suas organizações.

Por confirmar estão ainda as presenças da Esquerda Democrática da Irlanda, do Movimento dos Comunistas Unitários de Itália e do Partido Socialista de Esquerda da Noruega.



## «Lisboa»

Na passada sexta-feira, delegações do Partido Socialista e do Partido Comunista Português encontraram-se num hotel da capital para ultimar aspectos relacionados com os termos do acordo da Coligação e com o desenvolvimento da campanha com vista às eleições autárquicas no município de Lisboa.

No final do encontro, em que participaram Jorge Coelho e João Soares, pelo PS, e José Casanova e João Amaral, pelo

PCP, foi anunciado que a Coligação concorre com o nome de «Lisboa».

João Soares, actual presidente e candidato à presidência da Câmara, explicou que se trata de uma coligação renovada «numa lógica de reconhecimento e confiança dos dois partidos». Por seu lado, João Amaral, actual presidente e candidato à Assembleia Municipal, salientou o trabalho já feito ao serviço dos lisboetas.

Alentejo  
PS faz demagogia

O Organismo Inter-Regional do Alentejo do PCP, denunciando as manobras de «propaganda e demagogia» do PS, diz que em relação à Regionalização os seus «malabarismos de última hora» devem-se à proximidade das eleições, pois se assim não fosse o PS teria avançado com as medidas necessárias à realização de eleições para as regiões administrativas em Dezembro próximo, não as fazendo depender - como aconteceu - de acordos com o PSD.

Quando ao Plano Integrado de Desenvolvimento do Alentejo, os comunistas consideram significativo que o Governo PS ande a apregoar o seu envio para Bruxelas, quando nem autarquias, nem sindicatos, nem agentes económicos ou culturais do Alentejo têm dele conhecimento

(senão através da comunicação social) ou para ele tenham sido chamados a participar.

No que respeita à situação na agricultura, o PCP, em posição pública, apoia as reivindicações dos agricultores alentejanos, designadamente no que se refere ao seu desendividamento, aos pagamentos em atraso pelo INGA e às medidas urgentes a tomar pelo Ministério da Agricultura para fazer face ao mau ano agrícola em curso.

Condenando energicamente o manobristo da CAP, que, tendo desde a primeira hora apoiado a PAC, tenta agora «sacudir a água do capote», o PCP defende, para fazer face à situação, o rompimento «com a lógica da PAC» e o arranque com o Plano de Rega do Alentejo.



## PCP recebe ADF

Uma delegação do PCP, constituída por Domingos Abrantes, da Comissão Política, Jaime Félix, do Comité Central e Bernardino Soares, deputado do PCP na Assembleia da República, recebeu no passado dia 2 de Maio uma delegação da Associação de Deficientes das Forças Armadas, composta pelo Presidente da sua Direcção Nacional, Humberto Sertório Fonseca Rodrigues e Catarino Salgado.

A delegação da ADF expôs ao PCP os problemas que afectam neste momento a Associação e abordou sobretudo o projecto «Estruturas de Apoio e Legislação Para Deficientes Militares». Projecto que, entregue em Janeiro de 1996, ainda hoje aguarda uma resposta por parte do Governo PS.

Algarve  
PCP recusa participar em «farsas»

A Direcção da Organização Regional do Algarve realizou no passado dia 29 de Abril uma conferência de imprensa para dar a conhecer à população a sua posição sobre a proposta da Federação do PS de realização de uma festa no Algarve, no dia 10 de Junho, a favor da Regionalização.

Trata-se de «uma operação política», afirma a DORAL, lembrando a promessa não cumprida de António Guterres de realizar eleições regionais em 1997, e a situação criada pelos acordos de revisão constitucional entre PS e PSD, nos quais a instituição das regiões em concreto ficou subordinada à execução de dois referendos, cuja validade depende da participação de mais de 50% dos eleitos inscritos. Referendos que fazem depender do resultado nacional obtido a possibilidade das regiões poderem ser criadas, isto é, mesmo que numa dada região tenha havido uma votação expressiva favorável à criação da Região Administrativa, se o resultado nacional do referendo

não for nesse sentido, a vontade manifestada por essa região não vale de nada.

Existe uma maioria política na Assembleia da República, diz o PCP. Se o PS estivesse interessado na Regionalização, teria dado uma resposta favorável aos projectos de lei do PCP sobre a divisão primária das futuras regiões administrativas e sobre Finanças Regionais e Transferências de Atribuições e Competências para as futuras regiões, bem como à proposta de calendário do PCP visando apressar a concretização de todo o processo. Não teria cedido ao PSD.

Neste contexto, a proposta da Federação do PS não tem qualquer credibilidade e aparece como um «acto de inqualificável hipocrisia política». Razão por que a DORAL do PCP decidiu não participar «nesta anunciada farsa», apelando a que atitude idêntica seja tomada pelos eleitos da CDU nos órgãos autárquicos e por todos os que seriamente continuam a manifestar-se pela criação da Região Administrativa do Algarve.



## Santiago do Cacém

Promovido pela CDU de Santiago do Cacém, realizou-se no passado sábado um almoço-convívio que juntou cerca de três centenas de pessoas e contou com a presença de Álvaro Cunhal. Na iniciativa foi divulgado o cabeça de lista à Assembleia Municipal - Sérgio Batista Pereira Bento. Recorde-se que o candidato à Câmara, Ramiro Beja, já tinha sido anteriormente anunciado.



## Alcácer do Sal

No almoço realizado no passado dia 26 de Abril, em Alcácer Sal, já noticiado no «Avante!», foram anunciadas as candidaturas de Rogério de Brito à Câmara Municipal, e de Rui Oliveira à Assembleia Municipal. Rogério de Brito é engenheiro técnico, foi deputado à Assembleia da República desde 1980 e deputado no Parlamento Europeu, onde desenvolveu intensa actividade na Comissão Regional do Ordenamento Territorial e das Relações com o Poder Regional e Local.

Rui Oliveira é licenciado em Medicina, técnico para o Fundo Social Europeu com cursos leccionados nas áreas de Higiene e Segurança no Trabalho e Socorrismo e clínico geral em Alcácer do Sal.

## Maia



Tal como noticiámos na edição anterior, Serafim Nunes (cuja fotografia agora publicamos) é o candidato da CDU à Câmara de Municipal da Maia. Na iniciativa de apresentação, o candidato independente criticou as opções do município gerido há duas décadas pelo PSD e considerou que a CDU é a única força política que apresenta um projecto alternativo.

## CAMARADAS FALECIDOS

## Elisa Barreto

Faleceu no dia 4 de Maio, com 79 anos, a camarada Elisa Barreto. Militante do Partido desde 1975, estava organizada na Freguesia do Prior Velho, onde era muito estimada.

## Maria José Ferrari Santos

Faleceu em Tomar, vítima de doença prolongada, a camarada Maria José Ferrari Santos. Casada com Jerónimo Santos, a organização local do PCP apresentou a toda a família e em especial a este camarada as suas sinceras condolências.

## Manuel Joaquim Sargaço

Com 69 anos, faleceu recentemente, em Nossa Senhora de Machede, Évora, onde residia, o camarada Manuel Joaquim Sargaço. Durante muitos anos funcionário da Junta de Freguesia, era um camarada muito activo, assegurando durante muitos anos a venda do «Avante!» e outra imprensa do Partido, bem como a recolha de quotizações.

O seu funeral, onde se integrou uma delegação do PCP, constituiu uma importante manifestação de pesar.

## José Maria Praia Gonçalves

Faleceu no passado dia 1 de Maio, com 76 anos de idade, o camarada José Maria Praia Gonçalves, empregado de escritório reformado. Foi membro da célula da EDP/Setúbal.

## João António

Com 92 anos de idade, faleceu recentemente o camarada João António. O camarada era muito estimado em Foros de Lagoiços, onde residia.

## Francisco Quitério Lirio

Faleceu no passado dia 27 de Abril, com 61 anos de idade, o camarada Francisco Quitério Lirio, natural de Vale Paraíso. Estava organizado na célula da Câmara Municipal da Azambuja.

## Hélio Alfredo Ferreira Duarte

Com 69 anos de idade, faleceu, em 22 de Abril, o camarada Hélio Duarte, reformado do Arsenal do Alentejo. Membro do Partido desde 1974, militou na célula do Arsenal e, nos últimos anos, colaborou nas tarefas administrativas da Comissão Concelhia de Almada.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



## CDU

## Candidatos da CDU

## ÁGUEDA



Júlio Balreira

A Coordenadora Concelhia de Águeda da CDU divulgou os cabeças de lista Câmara e à Assembleia Municipal, respectivamente **Júlio Balreira Correia** e **Francisco Camossa Simões**. A decisão foi anunciada durante um almoço realizado no passado dia 25 de Abril que congregou cerca de uma centena de apoiantes da Coligação, e contou com a participação de António Salavessa, responsável pela Organização Regional de Aveiro do PCP, e David Valente de Almeida e Paulo Sucena que encabeçaram as listas da CDU nas eleições de 1993.

Júlio Balreira tem 44 anos, é metalúrgico de profissão e membro da Assembleia Municipal Águeda, concelho de que é natural. Membro da DORAV e da comissão concelhia de Águeda do PCP, é igualmente coordenador do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro e Viseu, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN, da Comissão Executiva da Direcção Distrital da União de Sindicatos de Aveiro, pertencendo ainda ao Conselho Consultivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional da Região Centro.

Francisco Simões tem 48 anos, é natural de Águeda, licenciado em engenharia mecânica e industrial. É actualmente eleito na Assembleia de Freguesia de Águeda e membro da DORAV e da comissão concelhia do PCP.

## AVEIRO



Porfirio José de Almeida

«Jantar de Abril» foi como se designou a iniciativa promovida pela CDU quarta-feira da semana passada em Aveiro, para comemorar o aniversário da Revolução e apresentar os cabeças de lista à Câmara e à Assembleia Municipal.

Explicados os critérios e razões da escolha (capacidades humanas e de trabalho, a experiência e as provas dadas de dedicação ao concelho) foram anunciados os nomes de **Porfirio José de Almeida** e **António Manuel Salavessa** para candidatos respectivamente à Câmara e Assembleia Municipal de Aveiro.

O discurso de António Salavessa criticou a política autárquica seguida no concelho pela maioria CDS-PP há mais de 20 anos, responsabilizando-a pela «descharacterização do concelho; a degradação da qualidade de vida e o agravamento injustificado de encargos para os munícipes». Salavessa falou ainda dos atentados ao património natural e cultural, do insuficiente funcionamento democrático e colegial da autarquia, da crescente subserviência a interesses particulares, apelando no final a que a população escolha «vereadores intervenientes e atentos» que trabalhem, estudem e façam propostas fundamentadas para o futuro. Como afirmou «os candidatos da CDU podem e querem desempenhar esse papel».

O candidato à Câmara lançou igualmente um apelo ao voto na CDU «baseado na razão e não nos preconceitos» para que de futuro se possam implementar políticas que permitam o verdadeiro desenvolvimento e progresso do concelho.

## COVILHÃ



Vítor Reis Silva

A CDU do concelho da Covilhã anunciou os nomes de **Vítor Manuel Reis Silva** e de **Luís Pereira Garra** como cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal, respectivamente. O candidato à Câmara, Vítor Silva, tem 39 anos, é professor do Ensino Secundário e pertence à concelhia da Covilhã e à DORCB do PCP, e a diversas direcções de associações e colectividades da região. Em 1989, foi eleito presidente da Freguesia do Paul com maioria relativa, sendo reeleito em 1993 com maioria absoluta.

Luís Pereira Garra tem 40 anos e é operário têxtil. Coordenador da União de Sindicatos de Castelo Branco, é membro da Assembleia Municipal da Covilhã, membro da DORCB e do Comité Central do PCP.

## ÍLHAVO

**Zita da Piedade Leal Costa** é a candidata da CDU à Assembleia Municipal de Ílhavo. A Coligação completa assim a divulgação dos cabeças de lista aos órgãos municipais do concelho, já que o candidato à presidência da Câmara, o médico João de Almeida, tinha sido apresentado em Outubro passado.

Zita Costa tem 58 anos, é professora ligada à formação profissional e à educação de adultos. Integrou durante sete anos os conselhos directivos da Escola Preparatória de Oliveira de Azeméis e da Escola do 2º e 3º Ciclo Preparatório da Gafanha da Nazaré, entre 1994 e 1996.

Pertenceu, enquanto estudante, à Juventude Juvenil Católica, aderindo ao PCP em 1969. Integra actualmente a comissão interconcelhia de Ílhavo/Vagos do PCP.

## MOITA



João Almeida

Em sessão pública realizada no passado dia 18 de Abril, que contou com a presença de Francisco Lopes, membro da Comissão Política do PCP, numerosos eleitos autárquicos e dezenas de activistas e apoiantes da CDU, a Coordenadora Concelhia da Moita apresentou os seus cabeças de lista às próximas eleições autárquicas. O candidato à Câmara é **João Almeida**, actualmente presidente da Assembleia Municipal. Tem 55 anos, é empregado de escritório e membro do PCP desde 1975. Vereador da Câmara da Moita em vários mandatos, é provedor da Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros, membro do conselho geral da Assembleia Nacional de Municípios e da Assembleia Metropolitana de Lisboa.

O cabeça de lista à Assembleia Municipal é **José Luís Lopes Pereira**, actual presidente da Câmara da Moita. Com 56 anos de idade, tem a profissão de bancário e é membro do PCP desde 1975. Fez parte da comissão concelhia da CDE em 1969, integrou a comissão administrativa entre 1974 e 1976, foi presidente da Assembleia Municipal no mandato de 1977/79, vereador entre 1980 e 1985, assumindo a presidência do município em 1986.

Intervindo na sessão, Francisco Lopes enalteceu a obra

realizada pela CDU no concelho da Moita, destacando em especial o contributo de José Luís Pereira, cuja vasta experiência adquirida ao longo de 23 anos de actividade autárquica continuará ao serviço da população.

## SOUSEL



José Coelho da Rosa

**José Coelho da Rosa** é o cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Sousel. O candidato tem 55 anos, é independente, empregado bancário, natural e residente em Sousel, onde já exerceu o mandato de vereador na Câmara entre 1982 e 1985.

Na declaração que dirigiu à população, a CDU afirma que José Rosa «é o presidente que a Câmara de Sousel precisa para uma gestão competente e isenta, que conta com todos, homens, mulheres e jovens trabalhadores, empresários, com as colectividades culturais, recreativas e desportivas e outras entidades, tais como instituições de solidariedade



social. Só desta forma o concelho de Sousel poderá aproveitar todas as suas potencialidades, quer ao nível dos seus recursos naturais e patrimoniais, quer ao nível dos seus recursos humanos.

## T. VEDRAS

Numa iniciativa realizada no passado dia 29 de Abril, que contou com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, e dos candidatos à Câmara e Assembleia Municipal de Torres Vedras, respectivamente Joaquim Dinis e Francisco Fernandes, foram apresentados os candidatos à presidência de quatro juntas de freguesia do concelho. Na **Carvoeira**, é candidato da CDU José Manuel Cristóvão, de 46 anos, presidente da Junta de Freguesia; em **Dois Portos**, o cabeça de lista é José Rasteiro Rodrigues de 43 anos, tesoureiro da Junta; em **A-dos-Cunhados** o candidato é Juvenal Pedro Martins Lucas, com 65 anos, eleito actualmente eleito na Assembleia de Freguesia. Em S. Pedro e S. Tiago, encabeça a lista Venerando António Aspera Matos Póvoa, de 41 anos, actualmente eleito na Assembleia Municipal de Torres Vedras. Na iniciativa foram ainda apresentados os segundos e terceiros candidatos à Câmara e Assembleia Municipal.

## Saúde em Gaia

Na sequência de reuniões com a Administração do Centro Hospitalar de Gaia, Sindicato dos Médicos e Associação S. João de Deus, a CDU/Gaia promoveu uma conferência de imprensa em que participaram Antero Pires, vereador e candidato à Câmara, e ainda os deputados municipais Silvano Teixeira e Manuel Santos.

Na iniciativa, foi chamada a atenção para a falta de pessoal médico, nomeadamente de médicos de família, bem como para o actual congestionamento das urgências.

A CDU considera ser igualmente prioritária a execução do projecto de ampliação da Unidade I do centro hospitalar comprometendo-se a apresentar uma proposta no sentido de a autarquia diligenciar junto do Ministério da Saúde por forma a serem concedidas as verbas necessárias ao arranque das obras que permitirão transformar a unidade num hospital de nível 4.

Mas ainda antes dessa obra é necessário transferir as Urgências para a Unidade I, medidas que exigem a intervenção da JAE na melhoria das acessibilidades, criando nomeadamente os acessos a partir do IP1. Os eleitos da CDU pretendem igualmente que a Câmara de Gaia avance com a rede de vias municipais naquela área, em particular a Via 13, entre a EN1 e o IP1, passando por Vila d'Este e pelo Hospital.

A terminar, Antero Pires acusou a actual maioria socialista de tratar com displicência as questões da saúde, como prova o facto de não ter apresentado qualquer proposta em Câmara sobre esta matéria, apesar do crescimento da população que desde 1994 ultrapassou o quarto de milhão de habitantes.

## Manifesto de Fafe

No passado sábado, a CDU de Fafe realizou um jantar para a apresentação dos candidatos no concelho e lançamento do manifesto eleitoral. Na iniciativa, que contou com a participação de dezenas de activistas das diversas freguesias, interveio o cabeça de lista à Câmara, Joaquim Magalhães, que afirmou que a CDU vai apresentar listas próprias a mais de 50 por cento das freguesias do concelho, tendo sido a primeira força política a anunciar os seus candidatos à Câmara e Assembleia Municipal. Entre os principais objectivos da CDU para o próximo mandato, destaca-se a exigência do alargamento da rede de saneamento básico, que actualmente só serve 25 por cento da população; a construção de novas escolas e ginmódios desportivos. Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP, falou no encerramento do encontro, chamando a atenção para os acordos entre o PS e PSD em matéria de revisão da Constituição e alterações às leis eleitorais. Segundo disse, caso vá por diante a eleição de executivos de um só partido, será posto causa o futuro pluralista dos órgãos do poder local democrático. O dirigente comunista sblinhou a obra realizada pelos eleitos da CDU em situação de maioria, mas também quando estão em minoria através de propostas para a resolução dos mais diversos problemas e das denúncias da má gestão dos executivos camarários.

O manifesto ao povo de Fafe define como objectivo central da CDU eleger um vereador na Câmara Municipal - «uma voz que não se calará perante as prepotências e que defenderá o desenvolvimento e o progresso para todos».

## Propostas contempladas

Embora tardiamente, a Câmara Municipal de Braga tem vindo a dar razão às propostas que a CDU apresentou na Assembleia de Freguesia da Sé. É o caso da piscina das Parretas que, depois das insistentes propostas e moções da CDU, sempre chumbadas pela maioria PS, se encontra finalmente em construção. O mesmo se passou com os parques infantis agora anunciados para a Quinta das Hortas e Parretas, com o polidesportivo das Parretas, para além de pequenas obras, limpeza e arranjo de jardins. Tudo propostas da CDU que acabaram por se realizar: «provou-se a razão, justiça e importância destas obras para a população. Só é pena não haver eleições autárquicas todos os anos», observa a Comissão de Freguesia da Sé da CDU.



## ADRIANO

Espírito de Abril  
antes de ser Abril

Num ambiente de vibrante saudade e evocação combativa realizou-se, no passado dia 2 de Maio, a homenagem a Adriano Correia de Oliveira, promovida pela Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril da Zona Oriental de Lisboa.

O grande salão da Voz do Operário submergiu literalmente com a afluência de público que quis afirmar que "Adriano está vivo", lembrando e cantando as suas canções.

Contribuíram para este clima de solidariedade os artistas que asseguraram o espectáculo, nomeadamente, pela ordem em que actuaram, Luísa Bastos, Manuel Freire, Luísa Amaro, Carlos Santos, Manuel Faria, Paulo Saraiva e Carlos Alberto Moniz.

Este clima foi depois continuado, nas escadarias da Voz



Dois aspectos da homenagem - a exposição e um espectáculo

do Operário, pela serenata monumental de estudantes de Coimbra do "nosso tempo" e do "tempo do Adriano", nomeadamente Luís Goes, Arménio Santos, Augusto Camacho, Carlos Carranca, Artur Mota, os guitarras Carlos Couceiro e Teotónio Xavier e os violas Durval Moreirinhas e António Toscano.

Foi Paulo Sucena que fez

uma comovida e lúcida evocação da voz "pura e alta e lírica" de Adriano, da sua obra de artista e do seu papel de cidadão e militante do PCP.

Começou por recordar: "Durante vinte anos varámos dias e noites, por vezes a fio, em intermináveis diálogos. Das coisas da vida, das coisas belas, surpreendentes, apaixonadas da política, das cantigas



e da poesia, das guitarras, conversávamos."

Mais à frente esclareceu: "O atleta, o ás nas travessias do Douro, o campeão de voleibol, foi passível de um debilitamento precoce, mas o Adriano, o homem de fundas e firmes opções político-ideológicas jamais definiu e jamais confundiu o seu ideal político com atitudes singulares deste ou

daquele." A concluir, Sucena sintetizou: "A audição atenta da obra de Adriano Correia de Oliveira permite-nos detectar nela quatro grandes campos de significação: o do amor, vivifi-

cado pelo companheirismo e pela solidariedade, o da denúncia e resistência ao fascismo, o da luta pela liberdade e o de um olhar ideológico sobre a sociedade portuguesa."

## Lei de Bases em debate

## JCP contra elitização do ensino

A proposta do governo de alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo está hoje, dia 8 de Maio, em debate na Assembleia da República. Uma proposta que se afirmou ao arripio do diálogo e mesmo da simples informação aos mais directamente interessados, e que os jovens comunistas frontalmente contestam, como mais uma tentativa de elitização do Ensino, por parte do governo que, "às Provas Globais, aos Exames Nacionais, às Propinas", quer ainda juntar mais obstáculos.

Em carta dirigida às Associações de Estudantes, a JCP refere, em particular, o artigo 12º, em relação ao Acesso ao Ensino Superior, que vem criar a possibilidade de cada estabelecimento do Ensino Superior seleccionar os estudantes candidatos, segundo os seus próprios critérios.

Esta alteração à Lei teria como consequências - sublinha a Juventude Comunista, em comunicado aos estudantes - uma maior injustiça no acesso ao Ensino Superior, "pois não há qualquer elemento de uniformização do processo de acesso, dois estudantes candidatos ao mesmo curso podem fazer provas diferentes"; métodos de seriação e selecção "cada vez mais contingentes"; os estudantes teriam de "pagar as suas viagens, para vários pontos do país, quando forem prestar provas aos vários estabelecimentos de ensino".

A alteração proposta tenderia ainda a criar escolas de primeira e de segunda, gerando situações de desigual atenção e investimento.

opõe a JCP e o PCP a introdução de um ponto sobre a extinção do *numerus clausus* - "o Estado deve assegurar a eliminação de restrições quantitativas de carácter global no acesso ao Ensino Superior (*numerus clausus*) e criar as condições para que os cursos existentes e a criar correspondam globalmente às necessidades em quadros qualificados, às aspirações individuais e à elevação do nível educativo, cultural e científico do país, para que

seja garantida a qualidade do ensino ministrado".

No que respeita à separação do Ensino Superior em dois subsistemas - o Politécnico e o Universitário - a JCP reafirma as suas críticas "em relação às alterações aos graus académicos e à formação inicial de professores, desligadas de requisitos de financiamento, de estrutura curricular e de duração dos cursos, de qualificação científica e pedagógica do corpo docente".

Críticas são igualmente avançadas pelo fomentor de divisões artificiais entre universidades e politécnicos, "segundo uma política de desvalorização do ensino superior politécnico" e pela criação de "falsas expectativas aos estudantes do politécnico".

Na proposta apresentada hoje à Assembleia da República, a JCP e o PCP defendem que "o ensino superior, constituído por universidades, institutos politécnicos e outras escolas superiores, estrutura-se num sistema único que compreende diferenciadas soluções organizativas, conteúdos científicos, modelos pedagógicos e modalidades de formação, no respeito por regras gerais que assegurem a formação profissional e a comparabilidade académica a nível nacional e internacional".

Uma proposta que se insere na linha da luta - que se tem vindo a desenvolver - por uma educação pública, gratuita e de qualidade.

A esta proposta de alteração, da iniciativa do governo,

## JCP em Breves

## Recenseamento eleitoral

O recenseamento em Maio deste ano (que teve agora início, dia 2) "permite a participação de pleno direito nas eleições autárquicas de Dezembro próximo", lembra a Organização Distrital de Coimbra da JCP, que sublinha "que muitas competências governamentais relacionadas com as políticas juvenis têm sido transferidas para o poder local, nomeadamente na área da educação, movimento associativo juvenil, questões ligadas ao desporto, à cultura e ao ambiente".

A JCP de Coimbra apela, assim, à participação dos jovens nos processos eleitorais e afirma como decisivo "que a juventude como movimento social não abdique dos seus direitos de eleger e de ser eleito".

## Encontro em Santarém

A JCP de Santarém realizou, sábado passado, no C.T. de Alpiarça do PCP, um Encontro Distrital, com o objectivo de discutir a intervenção dos jovens comunistas e eleger a nova Direcção Distrital.

No debate, destacaram-se, como conclusões, a necessidade de aumentar a capacidade de intervenção da JCP no distrito, nomeadamente através de iniciativas de debate e convívio. O trabalho com a juventude trabalhadora foi considerado como prioritário, sublinhando-se também a necessidade de reforçar a acção ao nível do associativismo juvenil e da divulgação das propostas da JCP para o ensino junto dos estudantes do ensino secundário e superior, de par da dinamização das lutas.

Conselho das Comunidades  
Elevada votação  
nas listas  
unitárias

A elevada votação nas listas unitárias é um dado muito positivo nas eleições para o Conselho das Comunidades, que decorreram no passado dia 27 de Abril, em 21 círculos dos cinco continentes.

Em vários círculos eleitorais - da Europa ao continente americano -, as listas unitárias, que reúnem diversas sensibilidades políticas, nomeadamente comunistas, integrando gente ligada ao movimento associativo e à defesa, no quotidiano, dos interesses dos emigrantes, obtiveram alguns excelentes resultados.

O Conselho das Comunidades, agora eleito pela primeira vez, é um novo órgão de consulta do governo, cuja criação foi aprovada por unanimidade e pela Assembleia da República, em Julho de 1996, e que se destina a contribuir para a elaboração e debate de políticas e matérias relativas aos emigrantes portugueses, assim como à promoção de medidas e políticas específicas para reforço dos laços entre as comunidades e com Portugal.

O Conselho deverá reunir pela primeira vez em Setembro, em Portugal. Reunião plenária - que se realiza ordinariamente de quatro em quatro anos - em que serão eleitos os 15 elementos do Conselho Permanente, que reúne uma vez por ano com a Assembleia da República.

O Conselho das Comunidades contará ainda com cinco Conselhos Regionais, respeitantes aos diferentes continentes.

O processo eleitoral foi marcado por uma muito sensível taxa de abstenção e por inúmeras irregularidades. Em vários círculos - da Suíça à Alemanha, do Brasil ao Canadá, muitos eleitores *inscritos* foram impedidos de votar, porque não constavam dos cadernos eleitorais.

A abstenção registada reflecte a insuficiente e pouco responsável preparação deste processo por parte do governo PS, de par de uma muito escassa informação. Mas as suas causas prendem-se com questões políticas de fundo - o desinteresse gerado pela hipocrisia que marca a política de partidos que utilizam o voto dos emigrantes como arma conforme aos seus interesses, mas, uma vez no poder, não promovem políticas de longo prazo, nem reforçam os laços entre as comunidades emigrantes e o país de origem.

Um outro facto a assinalar é a profunda distorção entre número de eleitores e eleitos, pelos diferentes países. E que tem a ver, quer com a inadequação da Lei, quer com estimativas da população desajustadas da realidade.

O caso mais chocante é o de França, o maior círculo eleitoral, com 1 milhão e 200 mil eleitores (cerca de 50% do total), que contribui para apenas 16% dos lugares, enquanto o Brasil, com menos de trezentos mil, elege um quarto dos conselheiros (25 num total de 100). Mas está presente noutras situações, como é o caso da Venezuela e Suíça, que, dispendo de um número equiparável de eleitores, elegem, respectivamente, 8 e 3 conselheiros.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Sector têxtil na Guarda

**Urgem as medidas para vencer a crise**

Salários em atraso, diminuição dos postos de trabalho, dívidas, trabalhadores suspensos, eis, em síntese, os traços mais fortes que caracterizam o panorama em que vive o sector têxtil e de vestuário no distrito da Guarda. Bernardino Soares, deputado comunista que levou o assunto a plenário na semana transacta, atribuiu ao Governo a responsabilidade por este quadro sombrio.

Na sua origem, sublinhou, está uma política subordinada às imposições da União Europeia que "deixou desprotegida" a indústria têxtil e põe em risco milhares de postos de trabalho. Indissociável do actual estado de coisas, no entender do parlamentar do PCP, está igualmente a "prioridade incontornável" assumida pelo Governo PS relativamente à moeda única, a exemplo do que fizera o PSD, política essa que se tem traduzido no abandono dos trabalhadores e das empresas à sua sorte, reservando-lhes um futuro mais que incerto.

Exemplificando, Bernardino Soares citou, entre outros, o caso da **Vodratex**, com 517 trabalhadores, muitos com o trabalho suspenso, com as remunerações reduzidas ao salário mínimo e, mesmo assim, a braços com salários em atraso. Na **Estevão Ubach**, actualmente com 120 trabalhadores, dos quais apenas 60 no activo, depois de muitas rescisões, a dívida eleva-se a 100 mil contos, mantendo-se "a esperança numa reviravolta que tarda". Com 340 trabalhadores, a **Têxtil Lopes da Costa**, por sua vez, tem oito subsídios e quatro meses de salários em atraso, encontrando-se 115 trabajado-



Um futuro incerto para sobre os trabalhadores têxteis da Guarda, confrontados, num grande número de empresas, com salários em atraso e a diminuição dos postos de trabalho

res em auto-suspensão. Não menos dramática é a situação da **Fisel**, com os seus 350 trabalhadores (já foram 1200) sem saberem o que é um salário em dia há dez anos, actualmente a beneficiar de "um balão de oxigénio até ao fim do ano" que não permite antever o que acontecerá a seguir.

Mas a crise no sector têxtil assume no caso da Guarda uma gravidade ainda maior por incidir num distrito onde emergem vá-

rias debilidades estruturais no plano da sua economia, de há muito sujeito aos custos da interioridade e a um processo de desertificação humana resultante de um continuado fluxo migratório das suas gentes que partem em busca de trabalho e de melhores condições de vida.

to social e de criação de emprego". Uma medida que pela sua importância não pode sobretudo estar sujeita às conveniências eleitoralistas do Governo, como observou o parlamentar do PCP, que admitiu não se mostrar surpreendido se "lá mais para o fim do ano, subitamente, o Governo

**Solidariedade com os Sem Terra**

A Assembleia da República expressou a sua solidariedade com os trabalhadores rurais sem terra do Brasil, manifestando simultaneamente o seu repúdio pela violência contra eles exercida. Materializada em voto apresentado pela bancada comunista, aprovado com a abstenção do PSD, esta posição do Parlamento é acompanhada de um pedido as autoridades brasileiras no sentido de que estas adoptem as "medidas adequadas à punição dos verdadeiros responsáveis por esses actos de violência".

Recordado no voto de solidariedade é, designadamente, o massacre de 19 trabalhadores rurais sem terra em Eldorado do Carajás, no Estado do Pará, ocorrido em 17 de Abril de 1996, chacina que se veio juntar a outras anteriormente registadas, como em Corumbiara, onde foram assassinados nove trabalhadores rurais.

Só nos primeiros 45 dias do ano em curso mais de 50 camponeses foram vítimas de violência na luta pela terra, recordam os subscritores do voto, num país onde existem 4,5 milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terra e cerca de 100 milhões de hectares de terras incultas e localizadas em muito grandes propriedades.

Encarregando o Presidente da Assembleia da República de transmitir o seu conteúdo às autoridades brasileiras, o documento chama ainda a atenção para a onda de "solidariedade internacional" que está a suscitar a "acção dos trabalhadores rurais sem terra no Brasil", movimento que envolve milhões de famílias "contra a concentração injusta de terras e pela resolução do problema agrário".

**Protecção às mulheres vítimas de crimes violentos****Por que espera o Governo para regulamentar a Lei?**

Continua a aguardar por regulamentação, seis anos passados sobre a sua aprovação pela Assembleia da República, com base numa iniciativa legislativa do PCP, a Lei referente à protecção das mulheres vítimas de crimes violentos (Lei 61/91). O assunto voltou entretanto a estar na ordem do dia a propósito do Plano para a Igualdade recentemente anunciado pelo Governo, onde se inscreve um conjunto de medidas que mais não são do que a reprodução das acções preconizadas no diploma da bancada comunista que mereceu a aprovação unânime do Parlamento há cerca de seis anos.

Não se compreende assim por que é que o Governo, em vez de ter procedido à regulamentação da lei, como lhe estava cometido (e devia tê-lo feito no prazo de 90 dias, de acordo com o artigo final da lei), vem agora anunciar com muita pompa um Plano para a Igualdade cujo conteúdo corresponde em tudo à regulamentação há muito aguardada, sem contudo esclarecer se formalmente assume ou não essa figura.

A questão motivou já um requerimento da deputada comunista Odete Santos dirigido ao Governo onde procura saber se as medidas constantes do referido Plano surgirão ou não no âmbito da regula-

mentação da Lei 61/91 e, em caso negativo, quais as razões que motivam a decisão.

Odete Santos inquire ainda o Governo relativamente ao que este pensa sobre a eventual desactualização da lei e, na hipótese afirmativa, sobre quais os preceitos que estão nestas condições bem como sobre a respectiva fundamentação que sustenta uma tal conclusão.

Este aspecto tem sem dúvida interesse e assume uma grande importância face às afirmações proferidas recentemente por autoridades responsáveis alegando que a "lei era para cair" e que "estava desactualizada".

Lamentando tais afirmações, Odete Santos não compreende concretamente como é que elas podem ser proferidas e que fins visam quando, afinal de contas, todas as soluções e medidas previstas no Plano para Igualdade anunciado pelo Governo constam da Lei 61/91, nomeadamente as que dizem respeito ao apoio às associações de mulheres que prossigam fins de defesa e protecção das mulheres vítimas de crimes, às campanhas de sensibilização da opinião pública, criação do Guia das Mulheres Vítimas de Violência, criação de centros de atendimento e de um gabinete SOS, e atendimento directo às vítimas.

Daí a estranheza e a indignação manifestadas por Bernardino Soares pelo facto de o Governo não ter ainda incrementado a Operação Integrada de Desenvolvimento por si prometida, antes e depois das eleições, para o distrito. Trata-se, assinalou, de um "importante instrumento" que pode ajudar à resolução de muitos dos problemas que afectam a região e à criação de "uma verdadeira política de desenvolvimen-

se lembresse de lançar alguma operação mediática e demagógica com objectivos bem diversos daqueles que a região necessita".

Foi essa hipótese que Bernardino Soares verberou asperamente deixando claro que não interessam intervenções que não se dirijam para atacar os problemas de fundo, servindo apenas de "engodos com vista à pescaria eleitoral", do mesmo modo que não interessam as que sirvam para "encher bolsos" em vez de se constituírem em "apoios e investimentos" para a resolução dos problemas dos trabalhadores têxteis.

**Empresas públicas municipais**

A Assembleia da República deverá aprovar hoje, na generalidade, três iniciativas legislativas da autoria do PCP, Governo e PP que visam dar um novo enquadramento legal às empresas públicas municipais. A actual Lei das Autarquias Locais prevê, no âmbito das competências da Assembleia Municipal, a criação de empresas públicas municipais, bem como a possibilidade de participação do município em empresas intermunicipais, ou em empresas de âmbito municipal ou regional, que prossigam fins de reconhecido interesse público local. A lei nunca foi, porém, regulamentada nesta matéria, e essa é a base do projecto de lei do PCP, que considera urgente essa medida, respondendo assim a "uma exigência decorrente da lei e a uma necessidade sentida por muitas autarquias".

Ao dotar as autarquias de "instrumentos de gestão" que lhes garantam "maior eficácia, operacionalidade e transparência", como salientou no debate o deputado comunista Luís Sá, trata-se, no fim de contas, de criar condições mais favoráveis para que aquelas "possam realizar automaticamente a gestão de algumas das suas atribuições", em termos que "conduzam não só a uma maior transparência perante os utentes como a uma melhor fundamentação das opções de gestão que incumbem às autarquias".

No seu articulado, o projecto de lei do PCP defende a criação de uma Lei-Quadro para as empresas públicas municipais, cuja acção possa abranger as regiões, os municípios e as Associações de Municípios. As propostas do governo e do PCP são muito

próximas no que se refere à autonomia financeira, administrativa e patrimonial das empresas municipais e quanto ao capital social, que terá de ser totalmente subscrito pela autarquia. O projecto do PP, por seu turno, advoga a criação exclusiva de empresas municipais privadas.

Inovador, no projecto do PCP, é a constituição do Conselho Geral, órgão onde terão assento, entre variadíssimas outras entidades, representantes dos trabalhadores, solução que não é acolhida na proposta governamental.

A proposta governamental pretende "criar condições para que os municípios possam optar pelas formas de gestão que, em obediência a critérios de economia, eficiência e eficácia, melhor possam satisfazer os interesses e as necessidades das populações".



## Al critica Indonésia

A Amnistia Internacional criticou as penas de cadeia a que 13 activistas pró-democracia indonésios foram recentemente condenados a penas que atingem os 13 anos de prisão por terem participado em manifestações «perfeitamente pacíficas». Os julgamentos foram caracterizados por «extrema injustiça». Os advogados de defesa foram impedidos de interrogar testemunhas e apresentar depoimentos sobre torturas infligidas sobre os detidos. Segundo uma porta-voz da organização, Maya Catsalis, as detenções vão inclusivamente «contra o espírito da própria lei indonésia». «A extrema dureza destas penas demonstra claramente até que ponto é que as autoridades admitem ir de modo a tentar impedir que haja qualquer oposição política. Servem apenas como uma ameaça bem clara para qualquer outro jovem que tentione participar em actividades políticas contra o governo», afirmou a activista dos direitos humanos à agência Lusa.

## Brasil condena polícia por massacre...

O ex-polícia militar Paulo Roberto Alvarenga foi condenado na semana passada a 499 anos e oito meses de prisão, sendo considerado culpado de um massacre ocorrido na favela de Vigário Geral, no Rio de Janeiro, em 1993. A acção, levada a cabo por 33 agentes, tinha como intenção vingar quatro colegas mortos num confronto ocorrido dias antes com traficantes de droga. Os polícias dispararam indiscriminadamente numa praça da favela, em algumas casas vizinhas e num bar.

## ... e suspende privatização da Vale do Rio Doce

A privatização da maior produtora mundial de ferro, a Companhia Vale do Rio Doce, foi suspensa no dia 29, depois de terem sido entregues várias petições a 14 juizes. No mesmo dia, centenas de pessoas manifestaram-se junto à Bolsa do Rio de Janeiro contra a venda da companhia. Vinte e oito pessoas ficaram feridas como consequência da intervenção da polícia. Trata-se da maior privatização alguma vez realizada na América do Sul. Só em 1996, a Vale do Rio teve lucros na ordem dos cinco milhões de dólares.

## Greve de transportes em França

Os motoristas dos transportes de passageiros e mercadorias franceses

# Rebeldes zairenses à porta de Mobutu

«Não haverá cessar-fogo enquanto Mobutu não abandonar o poder», afirmou Laurent-Desiré Kabila, líder da Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo Belga, depois do encontro que manteve com o (ainda) presidente zairense, na terça-feira, em Pointe Noire, no Congo.

«Avançamos todos os dias, todas as horas. Dentro de dois a três dias estaremos nos arredores de Kinshasa», acrescentou Kabila, pondo claramente de lado a hipótese de cessar-fogo ou de qualquer governo de união nacional.

Mobutu e Kabila encontraram-se finalmente na segunda-feira, depois de vários adiamentos. Alegando «falta de segurança», o líder rebelde faltou ao encontro com o presidente no navio «Oueniqua» no fim-de-semana.

Na ordem do dia têm estado informações contraditórias sobre o envolvimento das potências ocidentais no conflito zairense. Enquanto o Governo francês fala já abertamente de uma conspiração norte-americana para garantir a sua influência na

região, o New York Times anunciava há dias a chegada ao Zaire de três aviões de combate e de mercenários (franceses, belgas e sérvios) no âmbito de uma «operação secreta» montada para apoiar as forças de Mobutu. Segundo aquele jornal, os serviços secretos franceses teriam usado a empresa Geolink como cobertura para a referida operação, que não seria sequer conhecida de uma parte do executivo francês. Quase em simultâneo, foi reaberta a «guerra dos números» quanto aos refugiados «perdidos», que ninguém parece saber exactamente quantos são e onde estão.

De acordo com a Comissária europeia Emma Bonino, existem mais de 100 mil refugiados perdidos na selva. «Em Dezembro afirmava-se que se tinha



Ninguém parece saber quantos são e onde estão os refugiados fugidos aos confrontos no Zaire

perdido o contacto com mais de 400 mil pessoas, em Janeiro encontraram-se 200 mil perto de Tingi-Tingi e agora encontrou-se o rasto de mais ou menos 60 mil sobreviventes», afirmou Bonino aos jornalistas.

A desorganização no terreno não podia ser maior, como atesta o terrível acidente ocorrido nos últimos dias com um comboio de refugiados, em que perderam a vida dezenas de pessoas mortas por asfixia e esmagamento.

Entretanto, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Quinze lançaram um apelo aos rebeldes para que estes garantam o acesso às organizações humanitárias nas zonas de combate.

## Espanha «Acordo histórico» contestado

Os representantes das centrais sindicais espanholas UGT e Comisiones Obreras (CCOO), e os representantes do patronato, assinaram no último domingo de Abril um «acordo histórico» para a reforma do mercado de trabalho em Espanha. O acordo, saudado pelo Governo, é fortemente criticado à esquerda por socialistas e comunistas.

O texto, designado «acordo para a estabilidade do emprego e a negociação colectiva», é válido por quatro anos e respeita, essencialmente, à problemática do emprego precário e dos encargos com os despedimentos. Pela primeira vez na sua história, tanto a UGT como as CCOO aceitam a tese do patronato segundo a qual os elevados encargos com os despedimentos representam uma ameaça objectiva à estabilidade do emprego. Esta mudança de posição levou ao acordo prevendo a redução da indemnização em caso de despedimento para trinta e três dias por ano (em vez dos anteriores quarenta e cinco) por um período máximo de dois anos (contra os três anos e meio anteriores). O acordo define ainda as razões objectivas para os despedimentos, estipulando que um despedimento não poderá ser considerado abusivo se se estabelecer que o mesmo corresponde a uma realidade técnica, económica ou de concorrência.

Por outro lado, prevê-se a criação de um novo contrato por tempo indeterminado visando combater a precariedade do emprego que afecta um terço dos postos de trabalho em Espanha. A nova modalidade é destinada prioritariamente aos jovens entre os 18 e os 29 anos, aos desempregados de longa duração e aos trabalhadores com mais de 45 anos.

Aplaudido pelos signatários e pelo Governo, o acordo suscita muitas dúvidas à esquerda, sobretudo no que respeita às «razões objectivas» para o despedimento. Segundo Julio Anguita, coordenador da Esquerda Unita e líder do Partido Comunista, é de temer abusos nessa matéria, e não poupa crítica à aceitação sem restrições, pelas centrais sindicais, do «conceito de competitividade». Anguita também não encontra motivos para se acreditar na «boa vontade» do patronato.

Felipe Gonzalez, por seu lado, comentou o acordo de forma lacónica, considerando que se transferiu a problemática dos contratos a prazo para a liberalização dos despedimentos.

A assinatura do acordo foi ainda contestada pelos trabalhadores, que se manifestaram na fase final das conversações, bem como pela terceira central sindical, a CGT, que considera o acordo uma traição.

## ONU quer resolver a questão saharauí

A visita do enviado especial da ONU a Marrocos e às zonas saharauí, durante a semana passada, deu novo alento aos dirigentes da Frente Polisário que, em 1975, proclamou a independência da República Árabe Saharaui Democrática.

A população espera desde 1991 por um referendo sobre o seu território, mas, apesar das diversas resoluções das Nações Unidas e da Organização da Unidade Africana, a sua concretização tem vindo a ser persistentemente adiada.

«Não há solução fora da autodeterminação», lia-se num dos muitos cartazes nas recepções a James Baker nos acampamentos de refugiados do Sahara Ocidental.

O ministro dos Negócios Estrangeiros saharauí, Bachir Mustafa Sayed, afirmou que o referendo ainda é possível com base no

censo de 1974, como foi previsto pela ONU, de forma a que o futuro da nação saharauí seja decidido pela verdadeira população e não pelos muitos colonos marroquinos, cujo número tem vindo a aumentar sucessivamente ao longo dos anos, incentivados pelo governo de Rabat.

Sayed recusou mais uma vez a proposta marroquina de transformar o Sahara Ocidental numa região autónoma integrada no reino e reiterou a posição da Polisário favorável a negociações com o executivo do rei Hassan II sob mediação internacional.

«A bola está agora do lado de Marrocos, que deve dar mostras de boa vontade e responder positivamente às aspirações» saharauí, afirmou numa conferência de imprensa Mohamed el Amine Ahmed, um representante da Frente Polisário.



A nação saharauí continua à espera de um referendo



# Eleições em Itália

## Êxito da Refundação Comunista

No domingo 27 de Abril, quase 10 milhões de italianos foram chamados a votar em eleições autárquicas parciais. Votou-se em centenas de concelhos, 102 dos quais com mais de 15 000 habitantes, incluindo as duas maiores cidades do Norte de Itália (Turim e Milão). Votou-se ainda em seis províncias (uma divisão administrativa intermédia entre os concelhos e as Regiões). Os comunistas foram o único partido a aumentar em votos e percentagem, nestas eleições.

Não é fácil resumir os resultados de eleições autárquicas, onde o peso de factores locais é grande e diversificado. Isso é particularmente verdade em Itália, onde a multiplicidade de partidos e alianças em contínuo movimento há que acrescentar o facto de o quadro político-partidário ser hoje em grande medida diferente do existente aquando das últimas eleições análogas, realizadas há quatro anos. Mas é opinião praticamente unânime dos comentaristas que o Partido da Refundação Comunista (PRC) obteve nestas eleições um grande êxito político e eleitoral, apesar do contexto, à partida difícil, em que teve de as enfrentar.

Utilizando como termo de comparação os dados relativos às eleições provinciais (que, dada a natureza dos órgãos a eleger e ao eleitorado menos homogéneo, são as eleições mais políticas e menos sujeitas à influência de factores locais), o PRC conquistou 12,0% dos votos, um claro aumento em relação aos 9,2% obtidos nas mesmas províncias nas eleições provinciais de 1992 e também em relação aos 9,4% conquistados nas eleições gerais do ano passado, nos mesmos círculos. Os comunistas foram o único partido a aumentar em votos e percentagem, nestas eleições. Nas eleições para os órgãos concelhios, o PRC confirmou a sua força e presen-

ça, tendo obtido votações entre 8 e 15% em numerosas cidades, sobretudo do Centro e Norte (incluindo Milão e Turim). E isto apesar de as votações para os órgãos concelhios serem acompanhadas por eleições directas para as presidências das Câmaras, numa votação de tipo presidencial que favorece a bipolarização e tende a esmagar os partidos que concorram à margem dos dois grandes "pólos" da vida política italiana: a coligação governamental "A Oliveira" e o "Pólo das Liberdades" da direita e extrema-direita italiana.

### Balão de ensaio

Foi precisamente a jogar num eventual "esmagamento" do PRC, em eleições onde a bipolarização é favorecida pela lei eleitoral, que o PDS e restantes componentes da coligação "A Oliveira" recusaram, em muitos concelhos e cidades, fazer alianças e acordos com o PRC, possivelmente num ensaio para uma futura ruptura política mais

geral com esta força incómoda para as políticas anti-sociais tão em voga nesta Europa mastrichtiana. Sem o PRC, a actual coligação governamental não tem a maioria na Câmara dos Representantes.

O PRC não tem dado um apoio acrítico ao Governo, negando os seus votos decisivos sempre que considere estarem em perigo questões centrais no plano social ou dos princípios (como foi o caso do recente envio de tropas italianas para a Albânia, decisão que só passou no Parlamento italiano graças a uma Santa Aliança de toda a direita com o governo). Há algumas semanas houve uma tentativa de alterar novamente a lei eleitoral, eliminando qualquer resquício de proporcionalidade no sistema eleitoral, mas essa tentativa foi derrotada (clamorosamente) em votação secreta no Parlamento, pelo voto conjunto dos pequenos partidos e de numerosos eleitos dos grandes partidos que desafiaram as indicações de voto das respectivas direcções. Nas eleições de 27 de Abril, uma nova tentativa de

"esmagar" o PRC pela sua autonomia em relação ao governo foi claramente derrotada. Não só o PRC (e os seus candidatos à Presidência das Câmaras) obtiveram importantes resultados lá onde concorreram sozinhos, como os resultados eleitorais confirmaram que, tal como no Parlamento, quando a maioria governamental afasta o PRC, tem grandes dificuldades em vencer a direita e triunfar sozinha. É assim que em Milão, Turim e em muitas outras cidades, os candidatos apoiados pela "Oliveira" e que recusaram o apoio do PRC, ficaram atrás dos seus concorrentes de direita na primeira volta das eleições e arriscam-se a perdê-las na segunda volta.

Sem o PRC, não só não há política de progresso, como também não há alternativa à direita de Berlusconi e Fini, que soube capitalizar nestas eleições algum descontentamento em relação a medidas de contenção orçamental do governo e a perda de influência da separatista Liga Norte, que sai claramente enfraquecida destas eleições.

estiveram em greve na segunda-feira, numa acção convocada pela Confederação Geral de Trabalhadores (CGT). Os grevistas reivindicam nomeadamente a reforma aos 55 anos, o aumento de salários e melhores condições de trabalho.

### PCF e PS juntos pelas 35 horas e fim das

#### privatizações

Robert Hue, secretário-geral do Partido Comunista Francês, e Lionel Jospin, líder dos socialistas franceses, adoptaram recentemente uma declaração comum que exige o fim das privatizações e a implantação das 35 horas de trabalho semanais, sem qualquer redução de salários, num texto que visa as eleições legislativas previstas para 1 de Junho. Quanto à União Europeia, ambas as formações defendem que é necessário «ultrapassar o tratado de Maastricht» e «reorientar a construção europeia para uma Europa social».

### Rebeldes curdos abatidos por exército turco

De acordo com fontes oficiais turcas citadas pela Lusa, o exército de Ancara abateu 27 rebeldes curdos no dia 29 nas montanhas do sudeste do país. No dia 26 foram mortos 38 curdos em diversas zonas da Turquia. O exército tem vindo a intensificar os ataques aéreos e terrestres contra os curdos desde Março.

### Israel levanta bloqueio a Gaza e Cisjordânia

No dia 30, Israel levantou o bloqueio aos territórios palestinianos da Cisjordânia e Faixa de Gaza, permitindo a 55 mil palestinianos entrar no Estado Hebraico e regressar às suas actividades profissionais. Na véspera, as autoridades israelitas concederam vistos de entrada a 650 responsáveis da Autoridade Palestiniana e deixaram atravessar as fronteiras cinco mil comerciantes, trabalhadores hoteleiros, líderes religiosos e jornalistas. Os vistos foram concedidos a homens casados com mais de 30 anos.

### Tumultos na Guiné-Bissau

As cidades guineenses de Bissau, Bafatá e Gabú foram palco durante diversos dias de confrontos entre estudantes e forças policiais, tendo-se registado 19 feridos e elevados danos materiais em edifícios do Estado. As manifestações estudantis devem-se à paralisação das escolas públicas devido às greves dos professores que exigem o pagamento dos salários em atraso.

## O mundo do 1.º de Maio

O mundo foi invadido de bandeiras vermelhas na passada quinta-feira. Aproveitando as comemorações do 1º de Maio, milhões de pessoas saíram às ruas lembrando a luta histórica dos trabalhadores e acima de tudo exigindo aumentos salariais, melhores condições de trabalho e a manutenção dos direitos sociais conquistados.

Nas ruas de Paris, em França, 60 mil manifestantes exprimiram as suas reivindicações laborais, aproveitando a ocasião para condenar as ideias de extrema-direita defendidas pela Frente Nacional de Jean-Marie Le Pen.

Contra o neoliberalismo, o desemprego e a exclusão, 15 mil pessoas desfilarão também em Marselha, 12 mil em Toulouse e cinco mil em Bordéus. As reivindicações passaram também pelo fim das discriminações entre sexos e raças.

A algumas semanas das eleições legislativas antecipadas, marcadas para dia 1 de Junho, os trabalhadores franceses manifestaram-se «pelo emprego e a fraternidade». «O liberalismo é a brutalidade. O sindicalismo, a solidariedade», lia-se num cartaz na capital.

Em Espanha, onde segundo as últimas sondagens 22 por cento da população activa está desempregada, o emprego estável e o Estado de bem-estar social foram as reivindicações mais ouvidas. A manutenção da saúde e da educação públicas foram exigidas pelos muitos trabalhadores que desfilarão em Madrid.

O 1º de Maio decorreu uma semana depois da assinatura de um acordo entre alguns sindicatos e as entidades patronais sobre a reforma do mercado de trabalho, que prevê um novo modelo de contrato por tempo indefinido com a contrapartida de uma redução das indemnizações por despe-

dimento. A Esquerda Unida, liderada por Julio Anguita do PCE, afirma-se contra o documento.

Na Alemanha, dezenas de milhares de pessoas manifestaram-se contra o desemprego crescente e o racismo. Oskar Lafontaine, líder do SPD, discursou contra a política liberal do chanceler Helmut Kohl.

Um manifestação seguida de um gigantesco concerto foi a forma de 500 mil italianos assinalarem o Dia do Trabalhador, enquanto na Turquia os trabalhadores foram impedidos de se manifestarem por um conjunto de 12 mil polícias.

Na República Checa, apesar da chuva e do frio, 70 mil pessoas participaram em diversos eventos, manifestando-se contra o coligação governamental de direita e a crise económica que afecta o país, as deficiências nos serviços de saúde e educação e os problemas laborais no sector dos caminhos-de-ferro.

Em Praga, 20 mil checos responderam ao apelo do Partido Comunista da Boémia e Morávia (KSCM), bem como muitos outros milhares em outras zonas do país. No total, o KSCM organizou mais de cem eventos nesse dia.

Na Coreia do Sul, milhares de assalariados invadiram as ruas de Seul para pedir a abolição do novo Código do Trabalho. No Japão, duas mil pessoas exigiram uma real cobertura social.

## Um milhão de pessoas em Havana

■ Miguel Urbano Rodrigues

Um milhão de pessoas, quase metade da população de Havana, desfilou durante três horas pela Praça da Revolução na capital cubana.

Foi, disseram-me, o maior 1º de Maio de sempre.

Para mim, foi um 1º de Maio diferente de todos quantos participei em Portugal, no Brasil, em França e Espanha.

A surpresa não nasceu, entretanto, da densidade da multidão, mas da atmosfera.

Em Cuba, os trabalhadores não estão contra o Poder, como ocorre em Portugal e nos demais países da Europa de Maastrich. Não saem à rua no 1º de Maio para protestar, apresentar reivindicações e dizer o que pensam do neoliberalismo e da globalização.

O 1º de Maio de Havana esteve voltado para a afirmação da soberania, para a defesa da independência. Transmitiu uma resposta clara à Helms-Burton, à política de agressão económica norte-americana, à guerra suja não declarada dos EUA contra o único regime socialista do Oci-

dente. Uma resposta que estava nas canções, na música, nas palavras de ordem, na coragem de um povo que não conhece o medo. As últimas iniciativas de Washington indignaram os cubanos, sobretudo a mensagem de Clinton ao Congresso, arrogando-se o direito de tratar Cuba como se fosse um país recolonizável, indo ao ponto de legislar sobre aquilo a que chama «a transição para a democracia.»

As faixas e o clamor deste 1º de Maio gigantesco repetiam «Não, senhor Clinton, em Cuba não haverá transição para o capitalismo».

Bandeiras comunistas de partidos irmãos, emergindo da floresta de cartazes, faixas e galhardetes cubanos davam a nota da solidariedade internacionalista com a Ilha acossada. Entre elas uma do PCP, empunhada por um casal de militantes de Lisboa.

Foi um 1º de Maio grandioso e emocionante. Um desfile marcado por uma serena confiança a recordar que a transição em Cuba se concretizou com a Revolução e

que o povo não aceitará nunca a volta ao passado.

No Poder, em Cuba, estão um governo do povo e um partido comunista que tudo fazem para levar mais longe o socialismo. Por isso mesmo, embora consciente das tremendas dificuldades e carências do Período Especial, o povo aclamou Fidel e o Socialismo, manifestando-se contra o capitalismo e o imperialismo.

No 30º aniversário da morte do Che e dos seus companheiros, de Nancahuazu, centenas de retratos deles e dos revolucionários caídos em Moncada, na Sierra Maestra, em Girón simbolizavam nas mãos dos trabalhadores de Havana a disponibilidade do povo de Cuba para defender com coerência, firmeza e imaginação, custe o que custar, o Socialismo e a independência nacional.

Em cada capital de Província o espírito da jornada foi o mesmo. A participação de mais de três milhões de pessoas nos desfiles fez deste 1º de Maio, segundo a televisão e a imprensa, o maior de sempre.



# Um grande Maio



**A** manifestação do 1º de Maio, em Lisboa, teve a adesão de muitos milhares de trabalhadores, com algumas fortes expressões de determinação e combatividade. Pelo grande número de pessoas que reuniu e pelo espírito que marcou o desfile desde o Campo Pequeno à Alameda da Cidade Universitária e o comício-festa que aqui teve lugar, este 1º de Maio reafirmou que os trabalhadores e a CGTP não baixam os braços e estão prontos para dar um novo ímpeto às lutas pelo emprego, pelos direitos, pela redução dos horários, por melhores salários, por mais desenvolvimento e mais justiça social.

Abriam o desfile (melhor, abriam caminho ao desfile, por entre as centenas de pessoas que assistiam e aplaudiam ao longo da Avenida da República e do Campo Grande) três ou quatro polícias do Corpo de Intervenção, cujas fardas se misturavam com as dos jovens da fanfara dos Bombeiros Voluntários de Castanheira do Ribatejo.

condenando o negócio do Governo com os Mellos. Ainda antes de chegarem a Entrecampos, os trabalhadores dos estaleiros navais tiveram um precalço: surgiu-lhes no caminho uma faixa do comício internacional que o PCP e outros partidos comunistas e de esquerda da Europa vão levar a cabo dia 24 de

## Das maiores em Guimarães

A manifestação que teve lugar em Guimarães, promovida pela União dos Sindicatos de Braga, foi uma das maiores de sempre no dia 1º de Maio, de acordo com o departamento de informação da USB/CGTP. Milhares de trabalhadores concentraram-se no jardim da Alameda, onde Adão Mendes interveio sobre a actualidade político-sindical, nomeadamente as lutas pelo emprego, pelas 40 horas e pela defesa da Segurança Social.

Após a intervenção do coordenador da USB, foi aprovada

uma moção em que é fortemente criticado o Governo PS/Guterres, por levar a cabo uma política que «é responsável pelos níveis inconcebíveis de desemprego, pela precariedade dos vínculos laborais, os baixos salários e cada vez menos protecção social». O executivo socialista é acusado de dar cobertura ao patronato que recusa reduzir os horários de trabalho e de apoiar, através do Ministério da Economia e do Governo Civil, «o processo de despedimento de 231 trabalhadores no Complexo Grundig e

as vigarices que se desenvolvem à volta das empresas Malhas Dextra, Luzcor e outras».

A moção saúda a decisão da USB de proceder judicialmente contra as câmaras municipais de Braga e Guimarães, por terem mandado retirar e destruir propaganda do 1º de Maio e em defesa das 40 horas.

Contém ainda um apelo à participação nas jornadas de luta de 8 e 28 de Maio e, no dia 10, em Ronfe, junto às empresas do Grupo Somelos e Têxtil Manuel Gonçalves.



## Denúncias em Bragança

«Cento e onze anos depois dos acontecimentos de Chicago, ainda hoje no País e no nosso distrito há quem seja despedido, suspenso ou discriminado só porque exige o cumprimento das leis laborais» - denunciou Nuno Barreira, ao intervir nas comemorações do 1º de Maio em Bragança.

O dirigente da USB/CGTP apontou, concretamente, as dezenas de trabalhadores despedidos numa grande superfície comercial de Mirandela, no final de Fevereiro, os trabalhadores da Grunig, em Bragança, e os trabalhadores da têxtil Mirandum, em Miranda do Douro.

Referiu ainda o «trabalho sem quaisquer direitos no sector da construção civil» e os trabalhadores da Função Pública, que «continuam com questões fundamentais por resolver, como o trabalho precário, os recibos verdes e a reestruturação e revalorização das carreiras».

Nuno Barreira acusou o Governo de frustrar justas expectativas e defraudar promessas eleitorais, colocando-se sistematicamente ao lado do grande patronato. «Prova indelmentável» de tal postura é o acordo de Concertação Estratégica, que «não dá resposta aos problemas dos trabalhadores, antes os agrava»; também «não garante um combate eficaz ao desemprego e aos despedimentos».

Vinha depois a cabeça da manifestação, integrando dirigentes da CGTP e das uniões de sindicatos de Lisboa e Setúbal e os atletas e sindicalistas da CGT francesa, da UIL italiana, da CDT marroquina, da UMT cabo-verdiana, das Comisiones Obreras espanholas e da EKA grega, que se deslocaram a Portugal para participar na corrida internacional do 1º de Maio e para trazer um abraço solidário.

Ruidosa, vistosa, numerosa e agitada, a Interjovem fez o percurso em «etapas», começando a passo de manif, passando de seguida à fase dos sentados no chão e partindo, já descansados, em corrida, para retomar o passo...

Entre as centenas de manifestantes vindos do concelho de Almada sobressaía o pessoal da Lisnave, desde logo por transportarem um grande pano

## Números de Viseu

Nas intervenções de dirigentes sindicais em Mangualde, Lamego e Viseu foram apontados alguns números que realçam o contraste entre aquilo que, após dez anos de governos PSD, os trabalhadores esperavam do executivo de Guterres, e os resultados da política prosseguida depois de Outubro de 1995:

- há no distrito mais de 25 mil desempregados, onde a USV/CGTP inclui os registados nos centros de emprego, os jovens à procura do primeiro emprego, os desempregados de longa duração, os desempregados que frequentam cursos de formação profissional e outras situações que não cabem nos registos oficiais;

- só no sector têxtil, encerraram nos últimos tempos diversas empresas (Flor de Mortágua, LEO e VZ de Viseu, IVD de



## Comemorações em Setúbal

Em Setúbal, à semelhança de anos anteriores, a concentração do 1º de Maio teve lugar no Jardim do Quebedo, onde se juntaram numerosos trabalhadores e sindicalistas, com as suas faixas e cartazes, onde se lia o protesto contra a política governamental, pelo emprego com direitos para todos, contra as privatizações e a destruição da Segurança Social. Ali teve início o desfile, ao sol da tarde, onde se

incorporaram alguns milhares de pessoas e que veio a desaguar em frente ao coreto, na placa central da Avenida Luísa Todi.

No palanque tomaram a palavra Aldina Oliveira, dirigente do STAL e da União dos Sindicatos de Setúbal, e Manuel Pisco Lopes, do Conselho Nacional da CGTP.

Depois, até final da tarde, houve festa, com a participa-

ção do Rancho Folclórico de Rio Frio e as cantigas de Francisco Naia.

Os trabalhadores dos concelhos do Norte do distrito participaram nas comemorações em Lisboa.

Houve ainda convívios, comícios e espectáculos comemorativos do Dia do Trabalhador em Sines/Santo André, Grândola (Céu das Rosas), Casebres e Alcácer do Sal (barragem).

# para duras batalhas

Maio, e tiveram que deitar a pesada estrutura metálica que suportava o pano, o que não foi difícil, porque as mãos eram muitas e os corpos estão habituados a pegar em ferro. Tudo se combinou para o episódio terminar com as vozes a gritarem com mais força «CGTP! Unidade sindical!».

Integrando, entre outros, trabalhadores das autarquias, metalúrgicos, têxteis, pescadores, reformados, da Siderurgia, da Socar, da Quimigal e da CP, da Kansas, do Arsenal do Alfeite e da Fisipe, seguiram-se os concelhos do Seixal, Sesimbra, Montijo e Barreiro.

As delegações sindicais de Vila Franca de Xira marcavam a fronteira para o distrito de Lisboa, onde se notava novamente a forte presença dos trabalhadores da administração local e dos demais sectores da administração pública.

Os sorrisos satisfeitos dos activistas das listas unitárias do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas distinguiam-se entre aduaneiros e pessoal dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas, delegações sindicais concelhias (Oeiras-Cascais, Sintra, Amadora e Loures), trabalhadores do comércio e serviços, da hotelaria, do sector alimentar, químicos, gráficos, das indústrias eléctricas, da Covina e da Sorefame, dos transportes e do Sector Empresarial do Estado, da Tendência Alternativa dos Seguros do Sul.

Foi frequentemente aplaudida ao longo do desfile a delegação de dirigentes comunistas, que integrava o secretário-geral, Carlos Carvalhas, e os camaradas Jerónimo de Sousa, Vitor Dias e Alvaro Cunhal.

■ DM



## Razões em Aveiro

«Os trabalhadores e os sindicatos não lutam por lutar, têm razões de sobra para o fazer», afirmou o coordenador da União dos Sindicatos de Aveiro, ao intervir no comício que teve lugar no Largo do Rossio, depois do desfile iniciado junto à estação da CP onde, segundo o departamento de informação da USA/CGTP, se concentraram milhares de pessoas.

As palavras de ordem mais gritadas na manifestação foram «40 horas, sim! Vigarice, não!», «Mais salário, melhor horário», «É preciso, é urgente, uma política diferente», «Trabalho com direitos para todos».

Na intervenção de Joaquim Almeida foi valorizada a luta pela correcta aplicação da lei 21/96, com a afirmação da confiança em que «a estes traba-

lhadores será feita justiça» e que «a razão, tarde ou cedo, vai triunfar». O dirigente sindical acusou o Governo de usar o diálogo social «apenas para dar cobertura e acolhimento às pretensões patronais» e apelou à participação nas jornadas de 8 e 28 de Maio.

Numa moção apresentada por Fernando Pinho, dirigente da USA/CGTP, exige-se dos deputados, designadamente dos 14 eleitos por Aveiro, que respeitem a vontade expressa pelos trabalhadores em centenas de pareceres enviados à AR e votem favoravelmente, no dia 15, o projecto de lei apresentado pelo PCP para clarificação do conceito de horário de trabalho.

Francisco Ceia e o Rancho Folclórico S. João de Casal Comba animaram a festa que prosseguiu pela tarde fora.





■ Octávio Teixeira  
Membro da  
Comissão Política

# As realidades virtuais do Governo

No passado dia 24 de Abril, o Primeiro-Ministro apareceu na Assembleia da República para fazer um espectáculo de propaganda sobre a alegada evolução muito favorável da conjuntura económica nacional. Espectáculo eufórico que se baseava na divulgação pública de estimativas e previsões de algumas instituições, nomeadamente da Comissão Europeia, do FMI e do Banco de Portugal. Divulgação pública que, certamente por "mera coincidência", se verificou nos quatro ou cinco dias anteriores à data marcada para a presença do eng. António Guterres na Assembleia da República.

Pretendeu o Primeiro-Ministro, com o acenar daquelas previsões, desmentir aquilo que todos sentem e que os vários inquéritos de opinião têm deixado perceber: que os portugueses cada vez mais estão insatisfeitos com a actividade governativa do executivo liderado pelo eng. António Guterres, e que essa insatisfação resulta, talvez fundamentalmente, do facto de os portugueses não verem melhorar as suas condições de vida e confrontarem-se crescentemente com o espectro do desemprego.

Ou seja, o Primeiro-Ministro procurou desmentir a realidade sentida pela generalidade dos portugueses com as previsões de algumas instituições. Procurou transmitir para a opinião pública a ideia (velha de 1993, com Cavaco Silva e Braga de Macedo) de um novo "oásis". Ou, nestes tempos de maior influência dos meios informáticos, de uma situação económica virtual, em que o crescimento económico se não reflectiria nem no aumento dos salários, nem no aumento do emprego, nem no dia-a-dia dos trabalhadores e da população em geral.

Contrariamente à atitude eufórica do Primeiro-Ministro, procuramos ver a questão, pelo menos, com alguma prudência.

Em primeiro lugar, e independentemente do maior ou menor respeito que no âmbito técnico nos possam merecer aquelas instituições, é necessário considerar que previsões são apenas isso e nada mais que isso. Previsões que, aliás, todos os anos são feitas pelas mesmas instituições, e que sempre apresentam desvios sensíveis quando são definitivamente divulgados os dados estatísticos reais.

Por outro lado, não é nada estranho que aquelas instituições apresentem previsões macroeconómicas relativamente próximas, pois a sua base de trabalho é a mesma, é a fornecida pela instituição nacional em questão.

Em terceiro lugar, é importante realçar (e só isso justificaria alguma prudência do Primeiro-Ministro) que em termos de projecções futuras o FMI, por exemplo, prevê um aumento do desemprego, enquanto a CE e o BP admitem o inverso.

Mas vejamos alguns aspectos com um pouco mais de pormenor.

**Comecemos pelo crescimento económico, pela evolução da produção (do PIB).**

Apontam as previsões e estimativas a que nos temos vindo a referir, no ano de 1996, para um crescimento do PIB da ordem dos 3%, e valores da mesma ordem de grandeza para 1997. Para além de Portugal, dado o seu baixo nível de desenvolvimento, necessitar de taxas de crescimento largamente superiores, da ordem dos 5 ou 6% anuais, será que aqueles valores mostram estarmos perante um crescimento sustentado para o futuro? A resposta é, em minha opinião, negativa. Porque a verdade é que, actualmente, o crescimento económico (qualquer que seja o seu valor efectivo) está sustentado não no investimento empresarial mas em três grandes obras públicas: EXPO 98, Ponte 25 de Abril e nova ponte sobre o Tejo. Isto é, um crescimento económico que assenta em obras que é suposto acabarem em 1998. E depois dessa data? Como será? Em que assentará o futuro crescimento económico se, entretanto, o investimento de empresas produtivas continua a vegetar?

Por outro lado, será que em 1996 o crescimento (não sustentado) terá sido, mesmo, da ordem dos 3%? Não me parece haver evidências de que assim tenha sido. Vejamos. É sabido que a evolução do PIB acompanha de perto a evolução do VAB (Valor Acrescentado Bruto, o aumento de riqueza produzida propriamente dito). Como o mostra o quadro.

**Evolução real do VAB e do PIB, em Portugal**  
(%)

	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
VAB	5,3	5,3	5,3	4,5	2,2	2,3	0,4	0,8	2,1
PIB	5,9	5,5	5,3	4,6	2,3	1,9	-0,5	0,8	1,8

fonte: INE

Ora, o que é que o INE nos diz para o ano de 1996? Até agora, só foram tornadas públicas as contas nacionais trimestrais e provisórias, relativas ao 1º semestre. E nessas contas diz-se que, nessa meta-de do ano, o VAB teria crescido ao ritmo de 1%, e o PIB na ordem dos 3,2%!!!

Há algo que não joga! Nem mesmo no ano de 1993, em que o descalabro registado na cobrança dos impostos de importação e IVA explica a diferença entre a evolução do VAB e do PIB, essa diferença foi tão dilatada como a que agora nos é apresentada. No mínimo, há que nos interrogarmos e não, como o faz o eng.

imponderados que o Primeiro-Ministro. É que o INE dá outras informações mais detalhadas. Designadamente: aquele aumento de empregados, de 28.600, resulta de um aumento de 50.300 empregados na Agricultura e de uma diminuição de 21.700 empregados na Indústria e nos Serviços. Esta é boa. Será que o único sector de actividade que em Portugal está em franco desenvolvimento é o da Agricultura? Mas os agricultores queixam-se, dizem que vai de mal a pior, e todos nós (incluindo o Governo e o eng. António Guterres) podemos "ver" isso. Até nos super e hipermercados. E o INE dá-nos outra "dica": é que os trabalhadores "isolados" aumentaram em 38.300.



António Guterres, entrar em euforias precipitadas e injustificáveis. Como é possível, ou compreensível, que o Produto aumente do "lado da oferta", do lado da produção efectiva, cerca de 1% e, do "lado da procura" três vezes mais? Para já, a resposta é-nos dada pelas "discrepâncias" estatísticas... E quando essas discrepâncias forem, pelo INE, reduzidas aos seus valores normais, o que teremos em definitivo: o PIB a aproximar-se do VAB ou inversamente? Estou em crer que o mais natural será a primeira alternativa. Mas se, por mera hipótese académica, encarmos a segunda alternativa, então outra questão se coloca em relação a esta economia virtual: o aumento da riqueza criada é relativamente elevado mas não há o correspondente aumento dos salários nem do emprego. Então, quem se apropria da prática totalidade do aumento da riqueza? O patronato. E então onde está a política redistributiva do Governo do PS? Limita-se ao aumento da exploração do trabalho!

**Vejamos agora a questão do emprego.**

Aqui, o Primeiro-Ministro é ainda mais categórico: o emprego está a aumentar em Portugal, demos a volta à tendência dos últimos anos de aumento do desemprego e diminuição do emprego, diz ele (eng. António Guterres).

Mas esta "realidade virtual" também não parece jogar com a "realidade real", com aquela que parece ser sentida pelos portugueses. Como não podemos ir ouvir todos os portugueses, um por um, para ver quantos de facto, e exactamente, estão desempregados, e quantos conseguiram arranjar um emprego nos últimos doze meses, lá terei de me socorrer, mais uma vez, das estatísticas oficiais, as estatísticas de emprego do INE.

E elas dizem-nos que entre o 1º trimestre de 1996 e o 1º trimestre de 1997, o número de portugueses "empregados" aumentou em 28.600. Raios.

Mas não é essa a informação colhida pelos sindicatos nem é essa a sensibilidade da generalidade dos portugueses. Onde estará o gato?

Regressemos ao INE, e sejamos mais prudentes e menos

## Uma política como a que está a ser conduzida pelo Governo PS em nada se diferencia das políticas liberais e de direita da última década.

Então basta ler todos os números do INE para desvendar o "enigma" do emprego virtual do Governo do PS. O tal aumento estatístico do emprego no último ano foi nos "isolados" agrícolas. Na generalidade dos restantes sectores e categorias, houve diminuição do emprego.

O Governo chama "aumento do emprego" aos muitos milhares de portugueses que, certamente porque não conseguem arranjar qualquer emprego remunerado, são obrigados a regressar às suas aldeias para cultivarem algumas batatas e couves e criarem algumas galinhas para a alimentação própria, para garantirem a sua subsistência! E o Primeiro-Ministro de um Governo PS mostra-se satisfeito e eufórico quando, por acréscimo, as mesmas estatísticas oficiais dizem que nesse mesmo período o número de trabalhadores com contrato permanente diminuiu em 43.300, ao mesmo tempo que os trabalhadores sem contrato permanente, com emprego precário, aumentaram em 55.500! Com que é que, de facto, se mostra o eng. António Guterres satisfeito? Com o aumento da exploração e do poder discricionário (decorrente da precariedade) por parte do patronato, ou com o "regresso" à agricultura de subsistência e à perda de direitos e garantias no emprego por parte dos trabalhadores?

Uma política como a que está a ser conduzida pelo Governo do PS, uma política que no plano social conduz a estes resultados, manifesta e definitivamente em nada se diferencia das políticas liberais e de direita da última década.

Com um Governo do PS ou com um Governo do PSD, uma política de direita é e será sempre uma política de direita.

Como cantava o Chico Buarque... mudar é preciso. De facto, virar à esquerda é preciso.



# Apelos à ordem no Dia da Liberdade

**N**as comemorações do 25 de Abril realizadas na Assembleia da República, o PSD interveio para fazer um apelo à "autoridade do Estado". Esse apelo teve um eco natural no discurso do CDS/PP, que foi o discurso de evocação do império colonial e dos seus méritos, contraposto ao que o PP considerou cedência "por conveniência ou por desgaste" do império aos "ventos da história" soprados pelas "potências americana e soviética". Ordem e império reencontraram-se, pela mão do PSD e do PP, e um certo sujeito, oriundo de Santa Comba Dão, deve ter sorrído, lá na tumba onde habita...



■ João Amaral

Até aqui, está-se no domínio do previsível. Mas, o que será menos previsível é que esse apelo à autoridade tenha encontrado lugar noutros discursos, particularmente no discurso do Presidente da República e no discurso do Presidente da Assembleia da República.

É justo evidenciar que o registo destes dois discursos é substancialmente diferente do discurso que em nome do PSD foi feito pelo Deputado Pacheco Pereira. Mas o efeito público na parte em que confluem no apelo à autoridade pode dar a aparência de uma convergência. Precisamente porque ela não existe, ou não existe nos termos reducionistas de um simples "apelo à ordem", é que se torna importante e útil alguma reflexão sobre a questão.

A parte do discurso de Jorge Sampaio que se refere a esta questão começa pela afirmação de que "é necessário que o Estado exerça a sua autoridade democrática, legitimada pelo votos dos eleitores". A ideia é depois desenvolvida em três planos: "A democracia é o regime da tolerância mas não da permissividade ou do demissionismo; é o regime da liberdade, mas não da insegurança; é o regime da negociação, do diálogo, da concertação e se possível do consenso, mas também da decisão, da iniciativa, das reformas, da autoridade democrática."

Quanto ao discurso do Presidente da Assembleia da República, ele é marcado pelo acentuado pessimismo que vem caracterizando as suas últimas intervenções

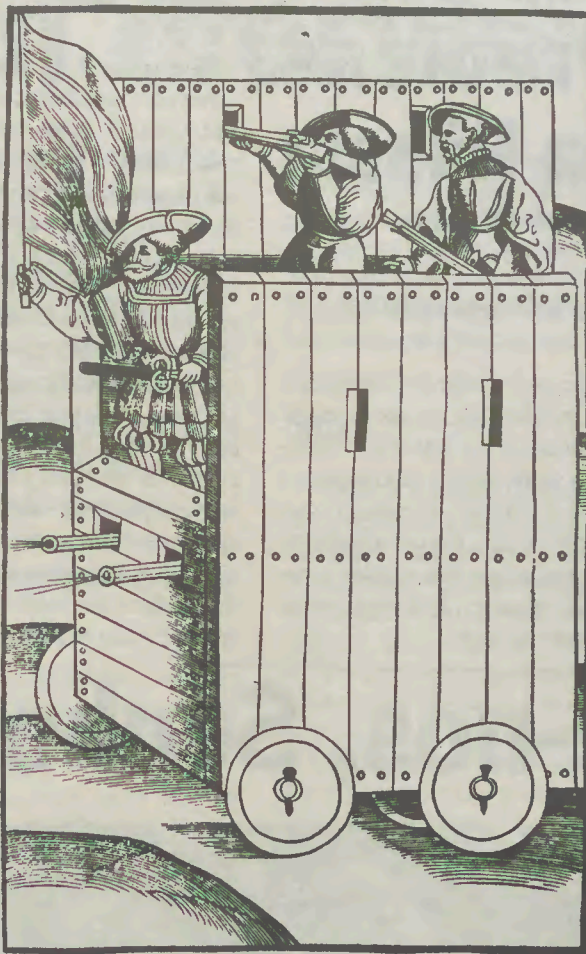
públicas. O discurso faz primeiro uma análise sobre a actual vulnerabilidade da liberdade. Entre as causas apontadas; refere-se o facto de "se ter semeado e exaltado tanto e durante tanto tempo o espírito de desobediência contra o autoritarismo" e ainda o facto de com a sociedade de informação "as mais elementares revelações da autoridade passaram a ficar à mercê da contestação da sociedade civil, cada vez mais reivindicativa e brigona".

A frase-chave do pensamento expresso pelo Presidente Almeida Santos é longa, mas merece ser transcrita: "Destruir sem substituir, é encomendar a prazo o que julgávamos ter destruído; penso concretamente no autoritarismo que destruímos, sem a imediata preocupação de o substituímos pela autoridade; (...) põe-se agora a questão de saber (...) se não deixamos ir até longe de mais a não preservação da autoridade legítima e se, assim procedendo, não soltámos perigosamente os domínios da desobediência e da rebelião civil (...)"

A grande diferença entre, por um lado, os discursos dos Presidentes Jorge Sampaio e Almeida Santos, e por outro lado, o discurso de Pacheco Pereira, é que, quer o Presidente da República quer o Presidente da Assembleia, afirmam que a liberdade é indissociável da democracia social. Almeida Santos diz: "os novos inimigos da liberdade são a pobreza, a exclusão social, a ignorância, o desemprego, a droga, os conflitos étnicos, a desumanização das cidades, a desertificação do mundo rural, a angústia ecológica, o amoralismo comportamental, enfim, a insegurança como ponto de encontro de tudo isto".

Quanto ao Presidente da República afirma: "os direitos sociais não têm (...) lugar num segundo tempo, depois dos direitos políticos; uns e outros condicionam-se reciprocamente".

Já o discurso do PSD é feito sem qualquer cedência ao domínio do social. Pacheco Pereira afirma: "No Estado (...) não há meia ordem: ou há ordem ou não há". Para explicitar por que é que na democracia representativa (ela, que "assenta numa delegação de autoridade a quem nos representa e governa") a autoridade deve ser exercida, Pacheco Pereira é transparente e lapidário: "a autoridade numa democracia é penhor de que a minha casa é protegida (...)". Segue-se uma lista de outras coisas que a autoridade protege: o nome, a palavra, o voto, a parte do destino colectivo segundo o que cada um pensa e deseja. Pacheco Pereira invoca a liberdade para exigir autoridade; na realidade, o que defende é o individualismo e o liberalismo,



garantidos por uma autoridade, que, por não ter limites, resvala naturalmente para o autoritarismo.

## Temer o pior

As diferenças dos discursos não podem fazer esquecer a coincidência no tratamento do tema da autoridade do Estado. Porquê? Há alguma crise efectiva do Estado, que justifique este apelo à ordem?

Pacheco Pereira refere a questão dos polícias e da manifestação que realizaram no Terreiro do Paço. Mas no tempo do cavaquismo, também houve manifestações de polícias. Não só a do Terreiro do Paço, que originou a cena da rega dos manifestantes pelo corpo de intervenção (e onde não houve autoridade do Estado, pelo contrário, a rega tornou-se numa paródia, que ridicularizou os meios de intervenção da polícia e as autoridades que ordenaram a acção, e que mais tarde foram substituídos, ao mesmo tempo que algumas reivindicações dos polícias, como a de terem associações profissionais, eram atendidas). Mas além dessa manifestação, houve outras, onde não houve nenhuma espécie de repressão. Então, que há de novo nesta manifestação, realizada agora com o Governo do PS, mas com os mesmos objectivos e reivindicações que as realizadas contra os Governos PSD?

A prova de que não há crise de "autoridade do Estado" está por exemplo no caso chamado "GOV.PT". É o caso da ligação do Governo à INTERNET. O endereço do Governo na INTERNET, cuja página tem o curioso título de "Governo em diálogo", usava uma denominação de subdomínio que levanta problemas técnicos, pela sua coincidência com a denominação de um domínio. Por isso, desde o início, a FCCN (Fundação para a Computação Científica Nacional) só aceitou aquele endereço provisoriamente. Durante onze meses multiplicaram-se insistências para a alteração do endereço. Até que foi dado ao CEGER (Centro de Gestão da Rede Informática do Governo) um prazo para fazer a alteração. O prazo terminou sem a alteração e o Conselho Executivo da FCCN

mandou desactivar o endereço (não a ligação à INTERNET, mas tão-somente o endereço). Poucos dias depois, o Conselho Executivo da FCCN era demitido e o Governo continuou a usar o "GOV.PT".

Não se discute aqui a questão de saber se Portugal deve aceitar ou não limitações ao uso do "Gov", embora esta seja uma questão técnica, não "patriótica"... O que se discute é a prepotência implícita na acção de exoneração do Conselho Executivo. Há quem diga que essa operação também serve para facilitar a constituição de uma associação para esvaziar a FCCN e permitir a entrada da agora privatizada Portugal Telecom na gestão da rede académica, dando-lhe um papel privilegiado, conforme é descrito em artigo do "Público", assinado pelo ex-Presidente do Conselho Executivo da FCCN. Mas, seja como for, o que é relevante neste caso, para o que agora nos interessa, é o autoritarismo. Afinal, o Governo não tem nenhum défice de autoridade...

E mesmo no caso da manifestação de polícias, o Governo PS não fez a cena de "molhados" que o governo do PSD fez, mas não hesitou em mandar levantar processos disciplinares e em fazer participações criminais, tal como fez o governo PSD...

Não havendo qualquer espécie de crise de autoridade do Estado, só há uma explicação para a existência desta preocupação, generalizada a pessoas tão diferentes como os três oradores atrás referidos, e que os leva a elegerem o tema como um dos temas fulcrais dos respectivos discursos no 25 de Abril.

Essa explicação chama-se futuro. Não são os problemas que hoje existem que leva aquelas personalidades a este tipo de preocupações. São os problemas que vão existir em prazo relativamente curto e que hoje já se adivinham.

Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, com as responsabilidades institucionais que têm, mostram que temem o pior do futuro-próximo. Não é difícil de adivinhar o que temem. Temem o agravamento do desemprego, com uma crise industrial dramática (incluindo nas indústrias tradicionais, como os têxteis, face à concorrência acrescida que vão sofrer). Temem novas bolsas de pobreza. Temem o florescimento de fenómenos de xenofobia e racismo. Temem os protestos populares que vão decorrer forçosamente dessa situação.

Temem o pior e não vislumbram nenhuma solução alternativa. É por isso que centram as suas preocupações na questão da autoridade do Estado.

Temos aqui assim duas conclusões assinaláveis. Primeira: as mais altas instâncias do Estado têm uma forte convicção de que os resultados da aplicação dos critérios de Maastricht e da adesão à moeda única vão ser socialmente graves e vão provocar fortes reacções. Segunda conclusão: a resposta que estão a adivinhar para a situação é o uso da força.

Para o PCP, a defesa das liberdades reassume assim uma dimensão mais forte. O discurso político do PCP vai ter de responder a esta "abertura ao Estado musculado". O item liberdades tem de ser chamado a primeiro plano.

O debate exige um enfrentamento ideológico. Ao contrário do que está implícito em certas componentes daqueles discursos, a resistência e o protesto não ameaçam a liberdade. Pelo contrário: as liberdades existem para serem usadas, em defesa de uma vida melhor, para combater a injustiça, para lutar pela dignidade humana.

No 25 de Abril, Dia da Liberdade, não são os apelos à ordem que são necessários. São sim os apelos à justiça e ao desenvolvimento.





EM FOCO



## Crônicas da Rússia

■ Daniel Rosário

Com as mudanças políticas registadas na Rússia nos últimos anos chegou aquilo que muitos correram a chamar de «liberdade». E, claro, a «liberdade de imprensa», que tem na televisão uma excelente prova de todo o seu esplendor.

Longe de pretender fazer crítica televisiva, género que não está ao alcance de todos, este artigo pretende apenas reflectir, parcamente, a programação da televisão e o conteúdo dos serviços noticiosos. A classificação, avaliação e julgamento ficará ao critério de cada um.

Notar apenas que, à semelhança do

que fez por ocasião das últimas eleições presidenciais, em que a esmagadora maioria dos órgãos de comunicação social assumiu abertamente o apoio a Ieltsine, os media russos tomam partido. Ou por alguém em concreto, ou por uma simples manutenção de um estilo de vida que se vai tentando impor.

# A voz do dono

«Russos nos EUA» - o fascínio pela «Terra das Oportunidades» tem vindo a aumentar de forma inversamente proporcional ao declínio do nível de vida da população. Preocupada com as audiências, e com a manutenção do novo «modus vivendi», a TV esforça-se por levar às pessoas a informação de que necessitam. Nada melhor que um programa dedicado aos concidadãos que, felizes, lá conseguiram partir para os Estados Unidos e aí levam uma vida de sonho, isto é, fora da realidade. Esta edição foi dedicada à visita a uma senhora que casou com um cidadão americano de origem italiana e que vive orgulhosamente na sua casinha de dois andares nos subúrbios de New Jersey. Passeia as câmaras pela casa,

mostra os dois carros, o rapaz da mercearia que vem trazer as compras e com quem se entende num inglês rudimentar, o marido salvador, que não percebe uma palavra de russo, a ver televisão... Uma família feliz. O espectador interroga-se: «o que é que eu ainda faço aqui?...».

**Concurso de beleza** - A vida não podem ser só chatices. Queremos sonhar. Antes, com a vida que não temos, agora, com o corpo que não conseguimos ter. Desfilam as beldades, tudo «by the book».

Numa extraordinária demonstração de consciência cívica e intervenção social, ciente de que o seu papel não deve ser apenas o de embrutecer os espectadores, há que dar uma pitada de realidade. Entrevista-se o júri cujo porta-voz é um conhecido senhor Vladimir, acompanhado pela esposa que diz que quem devia ter ganho «era a menina nº 10, aquela assim...», diz, enquanto descreve com as mãos os contornos de uma guitarra.

Se no ocidente já «mataram» mediaticamente este Vladimir (há quanto tempo é que ele não aparece na tv a anunciar maridos para todas as mulheres e vodka para todos os maridos?), a tv russa tem a preocupação de não deixar que o povo se esqueça do senhor. É que ainda pode vir a ser útil. O seu apelido é Jirinovski.

### Informação.

#### Missão: (de)formar

Os noticiários são pérolas de rigor, isenção e seriedade. Não olham a meios para manter o cidadão actualizado sobre o que se passa no seu país e



siberiana ao lado da qual se encontra «um dos maiores depósitos de armamento do mundo». Depois de falar da falta de condições de segurança, a câmara filma os carris que saem da zona militar e a jornalista comenta: «... foi por aqui que durante muitos anos saíram as armas que sustentaram conflitos armados por todo o mundo: no Afeganistão, em Cuba, na ex-Jugoslávia e, agora, na Albânia».

- O mausoléu de Lenine voltou a abrir ao público depois de estar encerrado para manutenção. «Na reabertura podiam ver-se alguns visitantes, na maioria estrangeiros, que não querem deixar Moscovo sem ver a pitoresca exposição», comenta o pivot. Esqueceu-se de dizer que, na véspera, a Duma tinha rejeitado por apenas 10 votos uma proposta que pretendia interditar legalmente qualquer tentativa de mexida no Mausoléu.

- Em Tula, cidade famosa pela sua indústria militar, realizaram-se eleições intercalares para a eleição do deputado local à Duma Estatal. Ganhou o candidato comunista, que bateu, entre outros, o candidato do general Lebed e a mulher de um mafioso (que procurava assim obter a imunidade parlamentar, mas isso é outra história...). Comentário da televisão: «Tula é uma cidade que sempre sofreu muito e sempre passou muita fome. Passou fome

## «Protege-nos, Senhor»

Quando uma criança perde um brinquedo, alguns pais acham que a melhor maneira de fazer com que o esqueça é oferecer-lhe outro. Vem nos livros (em alguns) e, às vezes, até pode funcionar. Como provavelmente leram esses livros, os novos dirigentes russos chegaram à conclusão de que, para que a sua população se esquecesse o mais depressa possível dos tais 70 anos - em que não passavam fome, recebiam salários e tinham um nível de vida bastante superior ao de hoje-, o melhor seria arranjar outra coisa em que pensar.

Começou assim a busca incessante e até agora infrutífera de criar a «ideia russa». Algo parecido com o «Deus, Pátria e Família» salazarista ou com a «bandeira e tarte de maçã» americanas. Entretanto, enquanto a «ideia» não aparece, vai-se investindo naquilo que será seguramente um dos seus pilares - a religião (até porque, como já houve quem o dissesse, a alienação também é uma «ideia» eficaz).

A afluência às igrejas (que, aliás, sempre estiveram abertas e mantinham a sua «operacionalidade») aumentou, juntamente com o número de baptismos e outras cerimónias religiosas. Em Moscovo, as igrejas são, juntamente com os bancos privados, os edifícios em cuja recuperação e manutenção mais se investe.

É neste contexto, e sob a pressão da procura da «ideia», que surge o «desígnio nacional» do momento - a reconstrução da Igreja do Cristo Salvador, em Moscovo. O templo, uma versão eslava da Catedral de Notre-Dame, mas um bocadinho maior, fora estupidamente demolida nos anos 30 e no seu lugar havia sido construída uma piscina ao ar livre.

A reconstrução do edifício - com todas as características originais - tornou-se num exemplo das contradições que o país atravessa. Uma obra de milhões de rublos (muitos, não se sabe ao certo quanto), num país em que os salários em atraso são a regra e as condições de vida se precarizam a cada dia que passa.

A recolha de fundos, a cargo de um organismo constituído para o efeito, o «Fundo de Apoio Financeiro à Construção do Templo do Cristo Salvador», é um autêntico «vale-tudo»: desde caixas de esmolas nos supermercados, até mendigos a pedirem para a construção do templo, e não para eles, e a terminar nos inqualificáveis spots televisivos.

Subordinados ao mote «Protege-nos Senhor», estes pequenos anúncios exploram diversas situações cujo desenlace



Accionistas de uma companhia de investimentos protestam contra a falta de pagamento de dividendos

passa, inevitavelmente, pela igreja: o jovem casal que decide casar e promete solenemente baptizar os seus filhos na igreja em construção («Protege-nos, Senhor»); a criança que vê passar o cortejo dos recém-casados e diz à mãezinha que, quando se casar, há-de ser ali, na igreja ao lado. A do Cristo Salvador, claro.

Um dos spots explora descarada e vergonhosamente um tema muito delicado e de grande significado para o povo russo - a guerra. Sentado num banco de jardim, um velhote (como todos os idosos, um potencial veterano da Grande Guerra Pátria onde, de 1941 a 1945, até derrotar a máquina nazi, morreram 20 milhões de cidadãos soviéticos) fixa o olhar num boné esquecido por um jovem cadete militar. A imagem vai-se aproximando do emblema que encima o boné - uma estrela vermelha, com a foice e o martelo - ao mesmo tempo que se houve o som de explosões e tiros. O jovem volta a correr e leva o boné, o velhote levanta-se lentamente, meio aterrorizado, ao mesmo tempo que se vira para o edifício que se ergue atrás de si - a Igreja do Cristo Salvador. «Protege-nos da guerra, Senhor», diz a voz off. Sem comentários.

■ DR



Trabalhadores em pausa na carregamento de novos aparelhos de TV para serem usados, na Duma, pelos deputados

no mundo. Claro que também não se inibem de «dar umas pistas» para ajudar à compreensão dos vários fenómenos. 'É que a realidade é tão complicada... Vários flashes:

- Reportagem sobre uma cidade

com Staline, com Krutchov e com Brejnev e votou sempre "onde devia". Como Tula ainda passa fome...».

- Na perspectiva da «Acção Nacional de Protesto» organizada pelos sindicatos com o apoio do Partido Comu-



EM FOCO

■ Rui Paz

# A Alemanha, um vulcão em efervescência

**A** marcha forçada para o euro e a Europa de Maastricht está a revelar-se uma autêntica catástrofe social para a população da Alemanha. O desemprego oficial aproxima-se dos cinco milhões, mas o desemprego real é muito superior, atingindo níveis nunca vistos. Mais de 7 milhões de pessoas, segundo um estudo do semanário «Die Woche», foram lançadas na miséria pela política do chanceler Helmut Kohl, enquanto o número de milionários subiu para cento e cinquenta mil e dez por cento de famílias possuem metade de todo o rendimento nacional. Os bens de 16 milhões de agregados familiares (mais de metade da população) correspondem apenas a 2,1% da riqueza do país. O número de desalojados ultrapassa os 800 000.

Particularmente dramática é a situação na ex-RDA, onde antes da unificação 94% das mulheres tinham uma ocupação profissional perfeitamente conjugada com a vida familiar. Actualmente, segundo um estudo recente do Ministério para os Assuntos Sociais de Brandeburgo, a percentagem de mulheres desempregadas atinge os 60% e a taxa de natalidade baixou de 33% para 13%, apesar de Bona impor leis repressivas contra a interrupção da gravidez. A liquidação de direitos sociais, a já prevista redução das reformas de 70% para 50% do valor dos salários e o alastrar da miséria contrastam com «uma acumulação de riqueza sem precedentes nas mãos de uma minoria, dando orgiem a um poder sem legitimação democrática», como acabam de denunciar os signatários do «Erfurter Erklärung» (Declaração de Erfurt), num documento assinado por dirigentes sindicais, intelectuais e teólogos. O padre jesuíta Friedrich Heugsbacgh, professor de Ética económica no Instituto de Teologia de Frankfurt, afirma, numa entrevista ao diário berlinense «Neues Deutschland» que o programa de austeridade do governo Kohl «é uma declaração de bancarrota da democracia perante o capital».

É neste contexto que mais de 350 000 pessoas participam numa grande manifestação em Bona, em Junho de 1996, surpreendendo grande parte dos dirigentes sindicais social-democratas, cujas intervenções de circunância não estiveram à altura do estado de espírito dos manifestantes. Sintomaticamente, os maiores aplausos foram para a constatação, feita pela representante da associação de estudantes da Universidade de Ruhr (frente às janelas do edifício em que o jovem Karl Marx, há mais de cento e cinquenta anos, assistira aos seminários de Hegel), de que «o capitalismo já tinha demonstrado a sua incapacidade para resolver os problemas da humanidade». A partir desse momento, a manifestação passou a exigir a demissão de Helmut Kohl: «Kohl muß weg! (fora com o Kohl)». Quando contei a dois amigos meus, membros do partido social-democrata, que se haviam deslocado comigo a Bona, ter Mário Soares, após uma recente viagem à Itália, afirmado trazer «boas novas» para o futuro da União Europeia e confiar na dupla Kohl-Chirac, a reacção dos meus amigos foi uma gargalhada bastante sonora. Não só a classe operária, mas outras camadas da população haviam transformado a cidade de Beethoven num mar de gente. Joschka Fischer, dirigente dos verdes, afir-

mou ter sido a primeira vez na história da Alemanha Federal que as camadas médias desceram à rua de uma forma tão impressionante.

Desde então, as lutas e acções de massas têm sido constantes, sendo de realçar as grandes manifestações do Verão de 1996, em dez cidades, com a participação de mais de duzentos e cinquenta mil trabalhadores, as recentes correntes humanas ao longo das estradas e margens do Ruhr com a participação de centenas de milhares de pessoas, assim como a ocupação da capital pelos mineiros. Ao poder desmedido dos bancos, espalhando o medo e a insegurança em milhões de famílias e lares, opõem-se a resistência e determinação dos operários do carvão e do aço. A anunciada fusão da Krup-Hoch AG com a Thyssen AG, apoiada pelo «Deutsche Bank» e pelo «Dresdner Bank», a qual deveria ser acompanhada de despedimentos em massa, foi celebrada por uma subida espectacular das acções na Bolsa. Só as concentrações de milhares de trabalhadores, frente às sedes daquelas instituições bancárias em Frankfurt, conseguiram até agora evitar o pior. Esta política do capitalismo sem máscara e de verdadeiro terrorismo anti-social, que, desde a unificação, vem sendo instigada pela democracia-cristã e aplicada pelo patronato, muitas vezes com a passividade ou cumplicidade do SPD, está a modificar rapidamente as mentalidades e a pôr fim ilusões criadas por aquilo a que em tempos se chamara «economia social de mercado». É assim que o projecto de revisão dos princípios programáticos da Federação dos Sindicatos Alemães, apresentado em Fevereiro de 1996 pela direcção da DGB e que implicava o abandono do papel dos sindicatos como contra poder ao grande capital, foi profundamente alterado em Novembro num congresso extraordinário, por pressão dos delegados, em mais de cinquenta por cento do seu conteúdo, particularmente nos pontos em que a oposição entre o capital e o trabalho se encontrava esbatida ou eliminada. A tónica dos discursos da maior parte dos dirigentes sindicais no

1º de Maio de 1997, em que os ricos são apontados como «os parasitas e sanguessugas» da sociedade, contrasta nitidamente com os apelos conciliadores e de «alianças» com o patronato do 1º de Maio de 1996, já nessa altura fortemente assobiados pelos trabalhadores.

## Sinais

Enquanto o processo da concentração capitalista está a transformar grupos económicos e financeiros em autênticos poderes feudais dos tempos modernos, em «Estados» dentro do Estado e acima do Estado, a democracia-cristã exige a abolição ou a junção de governos e parlamentos federados, como o Brandeburgo, Berlim, Bremen e Hamburgo, onde a oposição e as forças de esquerda têm tradicionalmente fortes representações. A redução do número de deputados do Bundestag, de modo a retirar força e

ra na Europa, caso os povos não se submetam à ditadura de Maastricht e da moeda única, revelam bem até que ponto a actual política da União Europeia está a ser encarada pelo grande capital financeiro, como uma desfora para a derrota sofrida em 1945. Só é lamentável que um dos líderes direitistas da social-democracia, Rudolf Scharping, afastado da presidência do SPD no último congresso em Mannheim, continue a afirmar chauvinisticamente que a moeda única é boa para a Alemanha, identificando-se abertamente com os interesses do poder que oprime os trabalhadores do seu próprio partido. Günter Verheugen, ex-secretário-geral do SPD, confessa a sua incapacidade em convencer a base do partido a aceitar a união monetária (Der Spiegel, 28.4.97).

Há sinais evidentes de que a «locomotiva» de Maastricht está a perder vapor e de que o povo alemão deseja uma outra



possibilidades de intervenção ao principal órgão eleito por sufrágio, constitui outra medida já acordada entre os partidos do poder.

Extremamente preocupantes são as perseguições contra personalidades da ex-RDA e as tentativas por parte de importantes sectores da democracia-cristã de reabilitação dos exércitos de Hitler, como se verificou recentemente em Munique durante uma exposição sobre os crimes da Wehrmacht<sup>(1)</sup>. Aliás, Alfred Dregger, ex-chefe do grupo parlamentar da democracia-cristã no Bundestag e actualmente seu presidente honorário, continua a afirmar que combateu até à última pela Alemanha e que o fim da guerra não constituiu a libertação do seu país. Também Philip Jenning, actual embaixador da Alemanha junto do Vaticano e amigo pessoal do chanceler Helmut Kohl, teve de demitir-se de Presidente do Bundestag por proferir um discurso ofensivo para as vítimas do nazismo. As ameaças, constantemente repetidas por alguns políticos e comentadores, de uma guer-

União Europeia que não acentue ainda mais as desigualdades e que não tenha por finalidade suprema a construção de muros altos e intransponíveis entre ricos e pobres, entre poderosos e fracos. No SPD, de entre as personalidades que vêm reflectindo sobre o processo de adiamento da entrada em vigor da moeda única, destaca-se Gerhard Schröder, chefe do governo da Baixa-Saxónia e um dos mais fortes candidatos à sucessão de Helmut Kohl. O PDS, Partido do Socialismo Democrático, cuja influência não cessa de crescer, defende a realização de um referendo sobre Maastricht e a moeda única, exigência essa já formalizada no Bundestag, uma vez que «o projecto de união monetária, nos termos em que se encontra concebido no acordo de Maastricht, significa, para os Estados da E. U., o prosseguimento da desmontagem do Estado Social com vista à sua mais vasta liquidação».

(1) A exposição encontra-se actualmente na Paulus Kircher em Frankfurt, despertando um extraordinário interesse na população, cuja afluência provoca diariamente longas «bichas» nos locais de acesso.

Operação de limpeza à catedral de S. Basílio

nista da Federação Russa a TV foi incansável na cobertura dos preparativos.

Num dos dias que antecedeu os protestos fala-se com o responsável pela segurança que explica exaustivamente e num tom marcial q.b. as medidas que estão a ser tomadas. A fechar, passa um a pequena peça sobre os treinos da polícia antimotim. Já agora, qual o motivo da acção de protesto?

No outro dia, entrevista-se o substituto do presidente da Câmara de Moscovo que se diz confiante na manutenção da ordem e no pacifismo dos manifestantes. Até porque, acrescenta, se houver algum problema lá estarão as forças da ordem para a manter. Mas afinal, quais eram os motivos dos protestos?

Na véspera mostram-se mapas das ruas cortadas, o responsável da segurança anuncia que estarão destacados 16 mil efectivos, entre polícias e militares, e que recorrerão ao uso de matracas, gás lacrimogéneo e canhões de água «se necessário». Então e...

A peça seguinte vai mostrando alguns polícias de trânsito, rapazes honestos e trabalhadores, enquanto a voz off comenta que «os muitos polícias que estarão destacados para assegurar a ordem e evitar distúrbios durante os protestos passam por uma situação semelhante à dos manifestantes, pois também eles, que estarão lá a cumprir o seu dever, têm muitos meses de salários em atraso». Ah, então deve ser isso, os salários em atraso!

- Actualidade internacional: em França milhares de trabalhadores em greve saem à rua para se manifestarem contra «a política do governo». Explica o correspondente que os franceses se manifestam «tanto» porque «é um dos poucos países da Europa em que os sindicatos são fortes porque os trabalhadores têm muitas regalias sociais e agora não as querem perder». Conclusão: «14 anos de socialismo em França não resolveram nada, antes pelo contrário (sic)». Ao mesmo tempo, em diferentes países europeus decorriam grandes, e em alguns casos violentas, manifestações, mas isso já não importa, pois não entra na definição de (des)informação da *his master voice*.



■ Jorge Messias

**Um auxiliar  
de leitura...**

# O governo da Igreja

Vimos, em número anterior do «Avante!», alguma coisa sobre a forma como se organizam, no Vaticano, as estruturas do poder. Só na parte em que são públicas, naturalmente. O que agora nos vai permitir esboçar a apresentação dos órgãos principais desse poder central e apontar os nomes de alguns dos seus mais importantes protagonistas.

A **Cúria Romana ou Governo do Vaticano** (também chamada Secretaria de Estado do Vaticano) constitui o órgão de cúpula eclesiástico destinado a assistir o Papa nas suas funções de direcção da Igreja universal. Compreende 9 congregações (ou «dicasterios») e 14 comissões e conselhos pontifícios. Compete-lhe manter o Papa permanentemente informado sobre toda a política mundial e acerca dos principais

José Castillo Lara, venezuelano, conservador e Prefeito do Estado da Cidade do Vaticano.

Entre estes homens e o Papa situa-se o **Secretário de Estado**, cargo presentemente desempenhado pelo **cardeal Angelo Sodano**, italiano, conservador e purpurado «próximo» da Opus Dei (esta expressão é muito usada no vocabulário eclesiástico mas só depois de descodificada ganha sentido). O mesmo se

A Congregação para a Doutrina da Fé é actualmente presidida pelo **cardeal Joseph Ratzinger**, uma das mais marcantes personalidades da igreja pós-conciliar. Teólogo com sólida formação fundamentalista, Ratzinger tem constituído um dos mais sólidos obstáculos a qualquer evolução da igreja no sentido progressista. Ligado às riquíssimas dioceses de Munique e de Colónia, o cardeal continua a representar uma sólida referência para o grande capitalismo mundial. Em termos mediáticos, foi representado, nos últimos anos, como feroz opositor à igreja de Êcone, conduzida pelo cardeal Lefebvre. Na realidade, após a morte deste último prelado fundamentalista, foi ele próprio a aceitar a condução, nos mesmos moldes do seu pre-



processos em aberto no interior do mundo católico. Noutro sentido, tem o dever de dirigir as representações diplomáticas da Igreja noutros estados do mundo e de fazer cumprir as decisões do Papa na esfera eclesial (900 milhões de crentes, 2.545 circunscrições eclesiásticas, 212.000 paróquias e 1 milhão e 700 mil sacerdotes, catequistas, religiosos, leigos empenhados, etc.).

A **Cúria** responde directamente perante o Papa e é dirigida por um **Secretário de Estado** com funções de primeiro-ministro, apoiado por quatro outros altos dignitários responsáveis, nomeadamente, pelo **Sínodo dos Bispos**, pelo **Colégio Cardinalício**, pela **Diocese de Roma** e pelo **Estado da Cidade do Vaticano**. Constituem uma espécie de «gabinete restrito» do governo da Igreja e reúnem diariamente com o Papa, em geral nos pequenos-almoços de trabalho que têm feito escola na Santa Sé. Este grupo de cardeais é presentemente formado por **Jan Schoffer**, belga, conservador, responsável pelo **Sínodo dos Bispos**; **Martinez Somalo**, espanhol, conservador, presidente do **Colégio Cardinalício**; **Camillo Ruini**, italiano, conservador, **Vigário-Geral Pontifício** para a **Diocese de Roma**; e

afirma, de resto, em relação aos outros membros deste verdadeiro «quadrado do poder».

Angelo Sodano parece ser mais temido do que amado e respeitado pelos seus pares. Mas goza de um incondicional apoio de João Paulo II que o nomeou cardeal, em 1980. Foi **Núncio Apostólico** no Chile, durante o terror de Pinochet do qual se tornou amigo íntimo. Foi ele, de resto, que esteve na base da decisão pontifícia da bênção papal enviada ao ditador chileno por ocasião da passagem das «boda de prata» do seu casamento. Sodano ocupa, presentemente, o segundo lugar da hierarquia católica, logo a seguir ao Papa.

Organicamente, surgem em seguida os **Ministérios ou Dicasterios** do governo da Igreja:

## 1. A Congregação para a Doutrina da Fé (ex-Santo Ofício)

Tem autoridade para intervir em todos os assuntos da Igreja relacionados com a Fé e a Moral, área que é entendida por João Paulo II numa perspectiva quase que ilimitada.

decessor, deste núcleo central do fundamentalismo católico.

## 2. A Congregação dos Bispos

Tem, formalmente, capacidade de decisão relativamente à nomeação de novos bispos e cardeais, e as relações entre o Vaticano e as conferências episcopais nacionais, embora estes poderes tenham sido progressivamente chamados a si por João Paulo II. Os poderes atribuídos à **Congregação dos Bispos** excluem, entretanto, as áreas que pertencem às congregações das Igrejas Orientais e para a **Evangelização dos Povos**.

A **Congregação dos Bispos** é actualmente da responsabilidade do **cardeal Bernardin Gantin**, da República do Benim, conservador elevado ao cardanilato por Paulo VI, em 1977. Esta congregação constitui, provavelmente, aquela que João Paulo II mais despojou de poderes.

Prosseguiremos, em breve, esta tentativa de esclarecimento das estruturas que representam o poder efectivo da Igreja Católica institucional.

(continua)

## As eleições na Grã-Bretanha

O resultado das eleições britânicas, realizadas no 1º de Maio, foi uma espécie de revolução nas urnas, o fim de uma era, o início de outra, a condenação categórica e total da política thatcherista do governo de John Major, o desejo do povo destas Ilhas de mudar de vida, o massacre mais completo do Partido Conservador, o repúdio de muitas das suas principais figuras.

Foi o grito de um povo que sofreu e continua a sofrer na carne e no espírito as consequências da entrada em cena, em 1979, do capitalismo monetarista da escola de Chicago, o mais feroz, o mais pirata e desumano, o mais mentiroso e mais inimigo do cidadão e da cidadã que trabalha para ganhar a sua vida.

A monótona mas consequente contagem dos votos, a comunicação dos resultados pela televisão a todo um país que sabia o que havia feito e aguardava confirmação de resultados, resultou num extraordinário e empolgante espectáculo.

O primeiro deputado a ser eleito foi o trabalhista Chris Mullin, um homem de esquerda, um parlamentar de confiança que tem impulsionado muitas campanhas a favor de trabalhadores e sindicalistas vitimizados pelos patrões e pelo governo. Mas a circunscrição que elegeu Chris Mullin é, tradicionalmente, e por razão de muitas causas, indefectivelmente trabalhista. Esta eleição não surpreendeu. O que desde logo saltou à vista foi a percentagem de votos perdidos pelos «tories» e o aumento da votação no candidato do Labour. Isto deu o tom para o que se iria passar ao longo de toda a noite. Os trabalhistas continuaram a ver os seus candidatos eleitos em regiões da sua influência. Mas quando surgiu o resultado da circunscrição de Edgebaston, em Birmingham, uma zona habitacional que nunca elegera um deputado trabalhista, começou a ter-se como garantido que aquela noite seria a do primeiro acerto de contas com os piratas a quem Margaret Thatcher inspirou o assalto aos bens das nações britânicas. A emoção indiscutível da nova deputada por Edgebaston, Gisela Stuart, transmitiu-se ao país. O povo tinha votado contra os conservadores «em massa». Todos os lugares tidos como marginais (com pequenas maiorias conservadoras) caíram a favor dos trabalhistas.

E assim foi. A agonia dos «tories» mostrou-se digna de se ver. A Grã-Bretanha uniu-se naquela noite contra os especuladores, os privatizadores, os «yuppies», os corsários, a sociedade do novo-riquismo e do sistema do «eu e só eu», os usurpadores das grandes actividades económicas nacionais, os destruidores do Serviço Nacional de Saúde, os inimigos do socialismo, os divisionistas que assaltaram o Sistema Nacional de Educação para o colocarem ao serviço dos interesses da minoria, os incendiários que marginalizaram os sindicatos no conjunto da vida britânica, puseram na rua milhões de trabalhadores e fecharam milhares de empresas, os que deixaram sempre que sangrasse a ferida na Irlanda do Norte e nada fizeram para que sarasse, os carcereiros que mantêm 70 000 pessoas nas prisões e já planeavam a construção de novas penitenciárias. Este regime tinha de chegar ao fim.

## A derrocada dos ministros

Às cinco horas da manhã, sabia-se que o partido «Tory» tinha apenas conseguido eleger 165 deputados contra os 418 dos trabalhistas e os 46 dos liberais; que seis ministros tinham sido derrotados e afastados da mãe de todos os Parlamentos, o Westminster. A derrota era tão sentida que a desorientação e o desespero, as lágrimas, o mais profundo dos choques tinham invadido e deixado em ruínas, anímicas e psicológicas, a sede do Partido o chamado «Central Office».

Todos os deputados conservadores na Escócia e no País de Gales foram derrotados. Na manhã do dia 2, olhando as proporções do desastre, os «tories» tinham desaparecido do mapa político escocês e galês e apenas mantinham deputados nas suas áreas tradicionais – os chamados «shires» e os «home counties» onde a Inglaterra antiga ainda respira e prospera. Mas na Grande Londres só elegeram 11 deputados contra 62 trabalhistas; em Birmingham, três contra 22; na Grande Manchester e em Liverpool, dois contra 42; em Glasgow e em Edimburgo não elegeram ninguém. O massacre, na verdade, era completo, quase total.

A derrocada dos ministros, às vezes, assumia aspectos que faziam pena. O poderoso e sempre arrogante Michael Portillo, filho de um espanhol refugiado da Guerra Civil, era uma das figuras mais ligadas à sempre patética, dramática, rancorosa Margaret Thatcher e supunha-se que seria um possível sucessor de John Major na chefia do Partido Conservador – foi derrotado numa circunscrição que era tida como segura. O ministro dos Estrangeiros, o advogado escocês Malcolm Rifkind, o ministro dos Assuntos da Escócia, Michael Forsyth, o primeiro-secretário da Tesouraria, William Waldegrave, o ministro do Comércio e da Indústria, Man Lang, o ministro de Estado da Escócia, Sir James Douglas-Hamilton, o presidente do Partido, Sir Marcus Fox, o antigo secretário de Estado de várias pastas, David Mellor, Angela Rumbold, vice-presidente do Partido, tiveram de inclinar-se. E quantos antigos ministros?

## Rua!

De especial significado é o facto de que o povo britânico derrotou os «tories» pró-europeus e antieuropeus sem querer saber dessa divisão que muitos deles haviam adoptado, na ilusão de poderem defender os seus lugares de depu-



# Os conservadores estrondosamente derrotados

■ Manoel de Lencastre

sentou à rainha a demissão do governo. Tudo regulamentar. Tudo programado. Tudo, estranhamente, oficial e matemático. Major não foi capaz de reconhecer o valor do voto dos seus concidadãos – a sua política thatcherista a favor dos impérios financeiros que governam o mundo tinha falhado estrondosamente. O povo britânico, unido como raras vezes acontece, falou alto e bom som: «Rua!»

## Mensagem a Tony Blair

Entram os trabalhistas. Dirigidos por Tony Blair, um advogado ainda jovem cujas proclamações de que «possui uma visão» não enganam ninguém, tinham dito ao país que, se vencessem, tudo continuaria na mesma – só com alguns ajustamentos para reparação das brechas abertas pelos conservadores no Serviço Nacional de Saúde, na Educação, no Emprego, em alguns sectores industriais. Tal como os «tories», também disseram ser a favor das privatizações e que se houvesse mais alguma coisa para ser privatizado não hesitariam. Tony Blair mostrou ser um amigo dos grandes magnatas e conseguiu o apoio do infame jornal tablóide «The Sun», de Rupert Murdoch. Almoçou e jantou com capitalistas de todos os sectores. Confraternizou com alguns dos corsários que operam na City, sempre à espera do próximo grande golpe. Nada disse que faça prever uma enérgica ofensiva contra as leis antilaborais e o desemprego, contra a miséria que afecta muitas regiões do país, contra a marginalização das pessoas que não têm trabalho e vivem em «ghettos» nos bairros pobres no interior das grandes cidades. E Tony Blair confessou que, na sua perspectiva, o ideal seria a conquista do poder com uma maioria de cerca de 50 lugares. Tal situação defendê-lo-ia dos deputados da esquerda trabalhista, que não desejariam derrubar o governo, e permitir-lhe-ia manobrar na aplicação da política prometida – a de que tudo continuaria como dantes, apenas com algumas alterações. Em certos círculos, o «Labour» já era chamado de partido «Tory» nº 3, depois dos conservadores e dos liberais.

Mas o povo britânico decidiu de outra maneira. Não lhe convinha eleger um novo governo com maioria limitada. Não lhe interessava manter os conservadores com posições fortes na Câmara dos Comuns.

Depois de 18 anos de governo Thatcher-Major, este povo ficou a desprezar os que se apropriaram de bens nacionais sem preço

## Nova situação dos partidos na Câmara dos Comuns

Partido Trabalhista: 418 lugares; Partido Conservador: 165; Partido Liberal Democrata: 46; Partido Unionista do Ulster: 10; Partido Nacionalista da Escócia: 6; Partido Cymru (Partido Nacionalista galês): 4; Partido Social Democrático e Liberal (Ulster): 3; Sinn Fein (Ulster): 2; Partido Democrático Unionista: 2; Partido Unionista do Reino Unido (Ulster): 1; Independentes: 1; «Speaker» da Câmara: 1.

Maioria absoluta dos trabalhistas: 179 – Margem percentual de transferência de votos para os trabalhistas: 10% – Percentagem de votantes: 71% – Total de votantes: 31 372 549.

## Principais cargos governamentais

Primeiro-ministro: Tony Blair; vice-primeiro-ministro: John Prescott; «leader» da Câmara dos Comuns: Ann Taylor; ministro dos Estrangeiros (Foreign Office): Robin Cook; chanceler do Tesouro (minis-

tro da Economia e Finanças): Gordon Brown; ministro da Educação e do Emprego: David Blunkett (este político é cego. Trata-se do primeiro invisual que ocupa um cargo no gabinete do governo britânico); ministro da Saúde: Frank Dobson; ministro da Justiça e do Interior (Home Office): Jack Straw; ministro da Defesa: George Robertson; ministro da Agricultura: Jack Cunningham; ministro para os Assuntos da Irlanda do Norte: Mo Mowlam; ministro para os Assuntos da Escócia: Donald Dewar; ministro para os Assuntos do País de Gales: Ron Davies; ministro do Comércio e da Indústria: Margaret Beckett; ministro dos Transportes: Gavin Strang; ministro da Segurança Social: Harriet Harman; ministro do Ambiente, das Artes e da Propriedade Nacional: Chris Smith; ministro para o Desenvolvimento Internacional: Clare Short; 1º secretário da Tesouraria: Alistair Darling; Lorde de Selo Privado: Lord Richard of Ammanford; Lorde Chanceler: Lord Irving of Lairg; Chanceler do Ducado de Lancaster: David Clark.

alegando que o faziam com toda a naturalidade ao abrigo da lei das privatizações – o esquema inventado para seduzir os povos impingindo-lhes a falsa ideia de que as empresas são melhor e mais eficientemente dirigidas pelos tubarões privados de que por organizações estatais. O capitalismo de ouro prometido por Margaret Thatcher, em 1979, foi só para ela e para os amigos. O povo ficou no capitalismo de sangue e de ferro.

Nestas condições, a maioria confiada aos trabalhistas de Blair pelo voto do povo encerra uma importante mensagem. Os ingleses, os escoceses, os galeses, o próprio povo da Irlanda do Norte que elegeram dois deputados do «Sinn Fein», ao enviarem 418 deputados «Labour» à Câmara dos Comuns, deram-lhes um mandato para a renovação imediata do país que é o Reino Unido, para o rompimento com um passado escandaloso de glórias para alguns e de frustrações para a esmagadora maioria – para, numa palavra, se iniciar uma trajectória diferente rumo a uma vida mais florescente, feita de novas esperanças.

## Ponto de partida para um novo destino

Quanto aos conservadores, atordoados pela esmagadora derrota sustentada, esvaziados de ideias credíveis e de projectos aceitáveis, estão a dar ao país o espectáculo de um pugilista levado às cordas pelos golpes do adversário. O funcionário Major disse-lhe adeus. Não existe, neste momento, uma única figura que tenha autoridade suficiente para reorganizar as «tropas». Cada grande senhor do Partido é um império com os seus interesses próprios. A rivalidade mina-os. A guerra civil entre as diversas facções já se esboça. Se o governo de Blair souber trabalhar para corresponder pelos seus actos aos apelos do povo britânico, os «tories» poderão acabar no caixote do lixo da História. No fim de contas, era isso que eles se propunham fazer ao socialismo. São os mesmos que, infamemente, destruíram a gloriosa indústria das minas de carvão e o não menos glorioso sindicato «National Union of Mineworkers».

No exaltante momento desta grande vitória democrática dos povos britânicos, é justo que não fiquem esquecidos os sacrifícios dos milhares de mineiros que perderam o seu trabalho e viram destruída a sua indústria. Quem foram os responsáveis por tão hediondo crime? 1) Margaret Thatcher, sinistra e vingativa primeira-ministra na altura da greve; 2) David Hart, conselheiro da primeira-ministra e de Malcolm Rifkind e Michael Portillo, agora derrotados nas eleições – Hart foi o anticomunista profissional que infiltrou agentes no movimento grevista e assegurou contactos entre os amarelos e o governo, a polícia e elementos de certas unidades militares que reforçaram os serviços policiais disfarçados de agentes da autoridade; 3) Stella Rimington, «leader» dos Serviços Secretos que agiu com todos os recursos ao seu dispor no sentido da derrota dos mineiros; 4) Robert Maxwell, o publicista e fraudulento milionário que pôs fim à vida lançando-se às águas do Atlântico – agiu como intermediário no sentido de conseguir que funcionários do sindicato abandonassem a luta, traíssem Arthur Scargill e desmobilizassem os trabalhadores; 5) Roger Windsor, chefe executivo do sindicato durante e após a greve, que foi acusado, numa moção apresentada aos Comuns, de ser um agente dos serviços secretos feito infiltrar no

sindicato por Stella Rimington para «desestabilizar e sabotar» a greve dos mineiros. Nessa moção parlamentar, os deputados que a subcreveram declararam que a directora-geral dos serviços secretos agira para «subverter as liberdades democráticas» do povo britânico.

Sem dúvida alguma, o voto do 1º de Maio foi um voto que encerra para os mandatados responsabilidades especiais – ponham termo ao vergonhoso capítulo que os «tories» escreveram na História recente das nações britânicas; partamos para um novo destino, para aliciantes e férteis paragens onde se viva com justiça e longe, muito longe, dos piratas e dos tubarões que fizeram sofrer e humilharam os povos das Ilhas britânicas. Tem a palavra, Tony Blair e o seu governo. Tem a palavra, também, o próprio povo que não deixará, certamente, de exigir nas ruas a aplicação de uma política nova.



tados. Um terramoto assolou as estruturas políticas e ideológicas dos conservadores. Desde 1832 (Wellington, 185 lugares) e 1906 (Arthur Balfour, 157 lugares) que não eram tão estrondosamente batidos nas urnas. Quando se verificou a empolgante viragem à esquerda, no fim da guerra, que levou Clement Attlee ao poder, Winston Churchill conseguiu, nessas condições, 213 lugares. Mas os 165 deputados eleitos sob a chefia de John Major vão para a Câmara dos Comuns em condições novas. O povo britânico parece ter ultrapassado as ilusões que o levaram a, entusiasticamente, eleger os trabalhistas de Attlee, em 1945, e de Harold Wilson, em 1964. Agora, a situação é diferente. O povo destas Ilhas exigiu, com a mais completa clareza, o fim do assalto às suas conquistas históricas, a aplicação de uma nova política que defenda as populações em vez de marginalizá-las, o fim da pobreza, do desemprego, das longas listas de espera para ser-se atendido num hospital, a moralização da vida política, a igualdade de todos perante as possibilidades de educação dos filhos – o fim da política-pirata dos homens do dinheiro e o início de um novo rumo.

No dia seguinte, o espectáculo tradicional começou. Caía o pano para John Major, o eterno funcionário do imperialismo que nunca tivera uma palavra para defender as vítimas de todas as injustiças praticadas pelo seu partido, no poder. As suas derradeiras palavras deram à situação um cenário quase irreal. «Agora», disse, «posso ir com a Norma almoçar e ver um jogo de «cricket»». De tudo lavou as mãos. Chegou ao Palácio de Buckingham e, graciosamente, apre-



## 5 Eric Cantona, Cristo e Júlio César

**O** coronel Alan, já reformado, meu vizinho de bairro, bate-me à porta e quase me tomba nos braços de apoplexia. Brande-me, aflito, um jornal. É o *Guardian* de 16 de Abril. Vem aberto na página cinco. Ele insiste, «leia, leia».

Espanto-me com a sua agressividade. E daí talvez não. É que o honestíssimo jornal inglês notícia, a toda a largura da página, que Michael Browne, pintor, acabou um quadro enorme de dois metros e meio de largura e dois de altura, inspirado na *Ressurreição de Cristo* de Piero della Francesca e no *Júlio César no seu Carro Triunfal* de Anáre Mantegna.

E o coronel vai entrando. Se está muito vermelho não é do uísque. Olhamos a reprodução do quadro que no jornal ocupa um palmo de largura por quase outro de altura. Nele se vê Eric Cantona, inimigo número um de todos os guarda-redes do mundo, emergindo quase nu e altivo do seu carro triunfal. À esquerda um cavalo a trote e à direita um trono onde se senta, com a palma do triunfo, o treinador do Manchester United. Num plano inferior, em trajes de guerreiros romanos, o *Guardian* identifica-os como sendo o Butt, o Beckman, o Phil e o Gary. Soldados em êxtase a testemunhar a ressurreição do Cristo.

O quadro, informa o jornal, encontra-se em exibição na Manchester's City Art Gallery. O

semicerrados, na mão direita um pau de bandeira, de oculta insígnia, uma toga romana de pregas bem estudadas.

– Vem realmente a sair triunfante de um túmulo. É mesmo uma reinterpretação do quadro de Piero della Francesca – confirmo. – Lá por ser canalizador, nada me impede de ser um perito na pintura clássica e até moderna que fosse. E por que não o seria?

– Uma autêntica deificação – resmungo o coronel. – E eu que me bati nas Falklands numa idade em que já devia estar na reserva, nem uma medalha de cuproníquel.

– É isso – assevero. – Como diz o sr. coronel, uma verdadeira deificação. Cantona arvorado em Cristo, logo em Deus, e também em Júlio César, logo imperador. Um futebolista a acabar com o mito de Dar a Deus o que é de Deus e a César o que é de César.

– É um espanto – confirmou o coronel. – Tenho vergonha por este país. Como será possível ter-se chegado a este escândalo?

– Não lhe posso dizer, sr. coronel. O povo que proteste. A Igreja que se pronuncie. O Papa João Paulo II que excomungue o pintor desta blasfémia.

O coronel torce os pés nas minhas carpetes. Sinto-me inquieto. Nunca o vi tão exaltado. E grita-me:

– E vocês em Portugal? Também têm de enfrentar escândalos futebolísticos desta dimensão?

Mirei-o dos pés à cabeça.

– O sr. coronel está a brincar?

– Não estou – afirma com arranhão. – Tenho lido que os houve em França, na Itália, na Argentina, eu sei lá.

– Basta, basta, sr. coronel. O se-



### SANDUÍCHES DE AVESTRUZ

■ Alexandre Pinheiro Torres

Clero anglicano já manifestou a sua revolta. Cantona será Cantona. Mas a personificar Cristo ou Júlio César? O bispo de Manchester declara que o quadro contém uma mensagem: a de Cristo como herói absoluto.

Ao reler o texto, o coronel indigna-se.

– Cristo poderá ser e é um símbolo do Herói Absoluto, mas aparece-nos agora com o rosto de Eric Cantona, futebolista francês?

Eu espanto-me:

– Um futebolista francês, no meio de um cavalo que tem focinho de irlandês e um treinador de bola com perfil de inglês?

O coronel teria retorcido as guias do bigode, se o tivesse.

– Você, Sacatrapo, não sabia que este Cantona é francês?

Apavorado pela minha ignorância, minto com alegria:

– Claro que sei. Então não havia de saber? É que não se fala noutra coisa.

– Ao menos sabe isso. Pensei por uns instantes que só percebesse de auto-clismos e canalizações.

– É o que me tem dado muito dinheiro, ora essa! – refilo. – Possivelmente ganho muito mais que o sr. coronel.

– Ganha, não há dúvida. E não se sente ultrajado com este quadro, aqui reproduzido no *Guardian*?

– Mais que ultrajado. É que nunca pensei que um futebolista fosse encenado como Cristo ou Júlio César. É o máximo do fanatismo dos heróis do pontapé na bola.

Contemplamos demoradamente, e de boca aberta, a reprodução. Cantona altivo, olhos

nhor está equivocado. Nós, os portugueses, limitamo-nos a correr. Veja só no domingo passado, na maratona de Londres. Quem é que ganhou?

O heróico militar deixou cair os ombros:

– É verdade. Foi um português. Um tal Pinto. Ali deve ter havido patifaria.

– Não houve, sr. coronel. Corrida limpa, sem escândalos. O que não haverá é pintores a celebrá-lo em quadros como os de Piero della Francesca ou Mantegna.

– Mas em Portugal não há futebol?

Aqui, confesso, atrapei-me.

– É possível que haja. Não sei, sr. coronel. Os jornais portugueses pelo menos não falam nisso. Um silêncio tão completo que penso que não haverá.

– Pode lá ser, sr. Sacatrapo! Tem de haver!

– Eu não disse que não haveria. O que digo é que talvez haja. Ouço a rádio, vejo a RTP Internacional, recebo vários jornais portugueses, nem uma linha sobre o futebol. Na televisão nem uma palavra, a mais ligeira imagem. Juro-lhe que esta é a verdade. Se em Portugal há futebol é algo de clandestino, um segredo bem guardado. Um gigantesco sepulcro como o de qualquer pirâmide egípcia. Sou eu, Sacatrapo, quem lhe dá a certeza que as coisas são assim como digo.

– Portugal, país afortunado, onde não há Cantonas a figurarem como Cristo – exclamou o coronel Alan, com surpresa honesta. – É por isso que todo este bairro, e não só, lhe confia a si, que é português, a saúde e o bom cheiro dos seus canos e auto-clismos.

## Eleições em El Salvador (2)

# Da saga da aos Acordos

**N**a América, alguns povos submeteram-se quase sem luta aos espanhóis, portugueses, ingleses e franceses. Outros resistiram aos invasores europeus. Entre os últimos figuram os antepassados dos actuais salvadoreños.

A uma dezena de quilómetros da capital de El Salvador, as ruínas de Tepcan, em Quetzaltepeque, recordam, numa paisagem de suaves colinas, o povo que ali vivia quando os espanhóis chegaram para destruir uma civilização herdeira das culturas maia e olmeca. Os Pipil resistiram e na primeira investida o Adelantado D. Pedro de Alvarado, vindo da Guatemala, teve de se retirar, derrotado. Numa carta a Hernan Cortés, Alvarado descreve o combate contra o senhor de Cuzcatlán em que foi ferido e ficou «com uma perna mais curta do que a outra quatro dedos».

Visitei o sítio arqueológico em Março. O que resta do Grande Templo e dos edifícios monumentais do Centro Ceremonial é suficiente para despertar um sentimento de admiração pelos construtores da antiga Cuzcatlán (!).

Ir a Tepcan ajuda a compreender o povo de El Salvador. Os combatentes da Frente Farabundo Martí, autores de uma das mais belas sagas revolucionárias da América, apareceram na história contemporânea como continuadores de uma tradição de luta que vem dos defensores da antiga Cuzcatlán. As grandes epopeias não ocorrem por acaso em determinados países. O movimento da história tem uma lógica.

### Uma guerra prolongada

O acontecimento em que se enraíza a luta que durante 22 anos transformou o território de El Salvador em cenário de uma guerra civil diferente de qualquer outra foi a insurreição de 1932.

O relato do que foi esse levantamento popular armado não pode ser feito aqui. Mas considero indispensável recordar que os ensinamentos de Augusto Farabundo Martí permaneceram na memória do povo, que fez desse comunista um herói nacional.

A intervenção dos EUA foi determinante para que a insurreição popular fosse esmagada numa sangrenta orgia repressiva.

É significativo que a luta, ao ser retomada em 1970 por uma Frente muito ampla, a FMLN, assumisse como referência o nome do revolucionário cujo prestígio era já então continental.

Travada inicialmente por comandos urbanos, essa luta desenvolveu-se nos primeiros dez anos sobretudo através de acções combativas das massas, de centenas de milhares de salvadoreños que, em mobilizações maciças, faziam frente, nas cidades, ao aparelho repressivo. No campo, formavam-se, entretanto, clandestinamente, as primeiras unidades guerrilheiras.

A ofensiva da FMLN em 1981 assinalou o começo de uma nova etapa. A resposta do Exército, substituindo a Polícia, ficou assinalada por uma cadeia de massacres de camponeses.

Três eram as componentes fundamentais dessa ofensiva: a insurreição das massas e a greve geral, o exército popular constituído pelos núcleos da guerrilha urbana e rural e pelas milícias, e os militares progressistas que se uniram à FMLN durante o ataque aos quartéis.

A concepção estratégica da guerra popular prolongada exigia uma ofensiva generalizada que combinava a acção propriamente militar com iniciativas insurreccionais das massas.

Os objectivos não foram atingidos, mas o sistema sofreu um abalo profundo. Pela primei-

ra vez, o povo, armado, atacou simultaneamente numerosos quartéis, pondo em causa o poder da oligarquia.

Com armas conquistadas ao inimigo, a FMLN pôde dar início à formação de um autêntico

exército revolucionário e empenhou-se em organizar aquilo a que chamou «a retaguarda da revolução salvadoreña», ou seja, as áreas sob o seu controlo político-militar das quais o governo fora expulso. Nessas zonas instalou as suas tropas, hospitais, escolas, pequenas fábricas de armamento, etc.

A colaboração com os católicos progressistas avançou muito. Os jovens ligados à Teologia da Libertação, os «celebradores de la palabra», desempenharam um papel importante nas comunidades camponesas. A partir da leitura da Bíblia na perspectiva de um povo oprimido conseguiram elevar o nível de consciência das massas.

### O envolvimento dos EUA

Defender posições e defender aldeias contra o exército da ditadura significava



então defender toda a população das zonas atacadas pelas Forças Armadas.

Em 1982, a FMLN retomou a iniciativa militar, empregando grandes unidades, incluindo batalhões e brigadas. Em meados de 1983, o governo foi colocado numa situação de recuo estratégico. O exército da oligarquia estava encerrado e desmoralizado. As deserções aumentavam.

Alarmado, o governo de Reagan (na época obcecado pela sua guerra não declarada contra a Nicarágua Sandinista) decidiu envolver-se mais directamente em El Salvador. Foi então que surgiu a figura ambígua de Napoléon Duarte com o seu partido Democrata Cristão.

Os norte-americanos, actuando através de um grupo de assessores, criaram um novo exército. Conceberam um esquema flexível, baseado em pequenas unidades móveis, poderosamente armadas e treinadas para lutar contra a guerrilha. A partir de 1984, áreas densamente povoadas sob controlo da FMLN começaram a ser alvo de *bombardamentos de saturação*. Foi a política da terra arrasada. Simultaneamente, desenvolvia-se um trabalho de «acção cívica» junto das populações, a



# FMLN de Paz



■ Miguel  
Urbano  
Rodrigues



típica operação de pacificação de modelo vietnamita, complementada com o trabalho da «inteligência».

«O nosso combate – informou anos depois o comandante Leonel Gonzalez – passou a ser um choque com os ianques embora indirecto porque, pois, estes assumiram a condução estratégica da guerra. Abasteciam abundantemente esse exército e dirigiam a política. Duarte e o alto comando apareciam como títeres. O financiamento elevou-se a mais de milhão e meio de dólares por dia e tivemos de fazer frente também à mais alta tecnologia e à escalada da guerra aérea a baixa altitude com o uso de helicópteros.»<sup>(1)</sup>

Para se avaliar a dimensão da intervenção norte-americana é útil informar que os efectivos do exército que não excediam 12 000 homens em 1980 foram elevados para 30 000 nos anos seguintes; em 1985, atingiam 45 000 e quando a guerra findou ultrapassavam 50 000. Em apenas oito anos, os EUA investiram mais de 3000 milhões de dólares no apoio às Forças Armadas da oligarquia salvadorenha.

No início dos anos 90, os generais do Pentágono compreenderam, finalmente, que as receitas tradicionais aplicadas em guerras de

baixa intensidade não estavam a produzir efeito naquela pequena República da América Central contra um movimento frentista que agrupava organizações muito diferentes, mas contava com uma fortíssima implantação popular: a FMLN. O Partido Comunista e a Frente Popular de Libertação sempre mantiveram relações íntimas e límpidas.

A vitoriosa ofensiva da Frente em 1989 avivou a memória dos cérebros do Pentágono. Lembraram-se do Vietnam, não obstante o paralelo ser absurdo. Aconselharam então o governo de El Salvador a iniciar com a FMLN negociações tendentes a acabar com a guerra. A participação da Frente na elaboração da Agenda e do texto final aprovado foi fundamental. Mas a decisão que tornou possíveis os Acordos de Chapultepec foi tomada em Washington.

Nos 12 anos transcorridos desde 1980 o saldo da guerra foi pesadíssimo: mais de 50 000 mortos e 300 000 deslocados, sem contabilizar a emigração maciça para o estrangeiro.

No poder, em San Salvador, a caricatural Democracia Cristã fora substituída por um governo de extrema-direita, imagem fidelíssima da oligarquia, a chamada Aliança Republicana Nacionalista, Arena. Era público que o fundador dessa organização, o major D'Aubuisson, havia sido o autor intelectual do assassinio do arcebispo Arnulfo Romero. Eram igualmente conhecidas as ligações existentes entre a Arena e os Esquadrões da Morte.

## Os Acordos de Chapultepec

A FMLN tirou conclusões correctas da aviação da conjuntura. O país estava semidestruido e a intervenção norte-americana no conflito criara uma situação nova. A FMLN, como organização revolucionária demonstrara ser militarmente invencível. Nos EUA, essa evidência fora assimilada. Mas a FMLN, pelo seu lado, não tinha também condições para alcançar uma vitória militar definitiva sobre as Forças Armadas da oligarquia apoiadas pelo imperialismo. Chegara-se a um beco sem saída.

A guerra provocara um terrível desgaste na consciência popular. A fadiga das massas era transparente. Não havia uma família salvadorenha sem um morto, um desaparecido ou alguém atingido pela repressão. Era generalizado o desejo de uma paz que desse satisfação parcial ao núcleo de reivindicações da FMLN, de modo a abrir um caminho que, por outros meios, permitisse alcançar os objectivos principais de uma prolongada e heróica luta.

A Paz, após difíceis negociações, foi assinada em 1992.

Em Janeiro passado, no 5º aniversário dos Acordos de Chapultepec, a FMLN, dirigindo-se aos representantes das Nações Unidas e ao corpo diplomático acreditado em San Salvador, procedeu a um balanço sumário do quinquénio.

O seu discurso, como partido político, é hoje muito diferente do anterior.

Depois de prestar homenagem aos seus combatentes, caídos na luta em defesa «de ideais puros e de um compromisso ilimitado com o povo pobre e sofrido», a direcção da FMLN pediu «perdão aos familiares de todas as vítimas civis da guerra, mortas ou feridas em acidentes provocados pela acção das nossas forças combatentes».

Na opinião da FMLN, «El Salvador mudou notavelmente a partir dos Acordos de Paz e a mudança principal foi o fim de uma ditadura militar de 60 anos com a consequente abertura às liberdades democráticas».

A FMLN reivindica o mérito de ter obtido pela negociação, com base no seu poder militar e peso político, uma reforma estrutural profunda nas Forças Armadas com a eliminação dos instrumentos e quadros que nelas eram alavancas da ditadura. Foi criada uma Polícia Civil (antes era uma dependência do Ministério da Defesa) na qual a FMLN tem uma participação relevante.

Refutando a tese da direita sobre a Paz, o partido afirma que «a democratização do país» é obra sua e que foi sobretudo a «grande ofensiva de 11 de Novembro de 1989 que trouxe a guerra às portas dos quartéis e residências quem derrotou a vontade belicista da direita e a obrigou a negociar».

Sublinhando que, embora se registre um avanço na democracia política, a democracia

social nem sequer começou, o documento recorda que muitas das metas dos Acordos continuam por cumprir. Nomeadamente: o acordo sobre a Concertação Económica e Social; as recomendações do Grupo Conjunto que investigou a continuidade dos Esquadrões da Morte; a reforma do sistema eleitoral; e a entrega aos camponeses das terras que excedem o limite constitucional de 245 hectares para a propriedade privada.

Só parcialmente foram cumpridos o plano de transferência de terras a ex-combatentes da FMLN e a desmobilizados das Forças Armadas; a reforma judicial; e o pagamento de pensões a familiares de combatentes da FMLN falecidos na guerra.

A FMLN encara o desenvolvimento da história em El Salvador com optimismo. Afirmou essa convicção durante e após a campanha eleitoral. Acredita que nada poderá impedir que o país avance pelo caminho aberto em Chapultepec.

Os resultados das eleições de Março passado reforçaram a tendência para o optimismo. Enquanto a direita saiu delas enfraquecida e dividida e os seus dirigentes começam a responsabilizar-se mutuamente pelo fracasso, a FMLN apresenta-se coesa e confiante. O grupelho dissidente que havia formado o Partido Democrático por iniciativa dos sete deputados que se tinham afastado da bancada da FMLN foi ignorado nas urnas pelo povo.

O novo discurso da FMLN não traz, contudo, nem poderia trazer, resposta a complexos problemas políticos, económicos e sociais que o grande debate travado durante a campanha eleitoral tornou ainda mais presentes na consciência de uma nação profundamente traumatizada. Os desafios do futuro imediato são ciclónicos.

(1) As últimas comunidades índias foram exterminadas durante a repressão que se seguiu à insurreição de 1932. O povo salvadorenho, mestiço, descende dos antigos ameríndios e de espanhóis, mas a classe dominante é formada quase exclusivamente por gente de origem europeia. No país, não há negros porque o clima seco da Costa do Pacífico não permitiu a fixação de escravos africanos na época colonial.

(2) in «Cuadernos de Nuestra America, vol. VI, nº 13, Dezembro de 1989, «La guerra salvadoreña un largo camino a la victoria», entrevista do comandante Leonel Gonzalez a Marta Harnecker. Leonel Gonzalez era o nome de guerra de Salvador Sanchez, actual Coordenador Geral da FMLN.



## PONTOS CARDEAIS

### Delors em Portugal

O senhor Jacques Delors veio a Portugal a convite da Gulbenkian para dar uma conferência, mas como o ex-presidente da Comissão Europeia não joga a feijões, aproveitou a viagem que a fundação portuguesa lhe proporcionou para participar em mais umas iniciativas promovidas pelo Centro Cultural de Belém e pela Universidade Lusíada. Ainda, não se ficou por aqui a grande «mobilidade» do ex-«senhor Europa» à boleia da Gulbenkian. Participou igualmente numa jantarada em Lisboa com Cavaco Silva, Marcelo Rebelo de Sousa e Cardoso e Cunha, entre outras figuras gradas do PSD, repasto organizado com grande excitação por um especialista na matéria do bom viver, o dinâmico João de Deus Pinheiro. Os factos não mereceriam relevo, se os mais distintos convivas não houvessem desatado a perorar. Jacques Delors e Cavaco Silva, perante um reverente

Marcelo Rebelo de Sousa, dividiram entre ambos a paternidade do «sucesso português» na Comunidade, com Cavaco Silva a puxar para si o «bom estado» da economia portuguesa, tanto a passada como a actual, e Jacques Delors a confidenciar como é que «ajudava Portugal», nomeadamente na atribuição dos fundos comunitários: «contornava» os problemas com um telefonema para Helmut Kohl e, hêlê!, o chanceler alemão dava o seu aval a essas cunhas metidas a favor de Portugal! Mas os bitates de Delors sobre o nosso país não se ficaram por aqui. O ilustre cónviva considerou igualmente que, «no passado», Portugal aproveitou melhor os fundos comunitários que a Irlanda, sendo agora a situação «ao contrário», o que foi, obviamente, entendido como um elogio aos Governos chefiados por Cavaco Silva e uma desvalorização das *performances* do Executivo de António Guterres. Para fechar em apoteose, Delors e Cavaco gabaram-se

a si próprios como grandes «constructores da Europa» - o primeiro sem pejo de tratar o nosso País como um protectorado de bons indígenas, e o segundo todo contente por isso. Resta saber quem pagou a jantarada. Palpita-nos que não foi Kohl, quanto mais não seja porque Delors com certeza que não lhe telefonou para isso...

### Manobras perigosas

Estão a realizar-se manobras militares da NATO ao longo das costas de Portugal e Espanha, envolvendo Forças Armadas de 12 países e com o objectivo de treinar exercícios de simulação de acções de manutenção de paz por uma força marítima multinacional, completados por operações aéreas e no solo. Segundo o porta-voz do Exército português, o exercício destina-se a «evitar

alguns erros cometidos na Bósnia». No meio disto, já aconteceram incidentes desagradáveis com a Espanha. Os vasos de guerra deste país entraram na barra do Tejo sem hastear a bandeira portuguesa, gesto que, não sendo obrigatório, é de elementar cortesia. A par disto, o Governo espanhol voltou à carga na pretensão de comandar, no âmbito da NATO, a jurisdição naval militar dum corredor marítimo entre as Canárias e o futuro subcomando da NATO em Madrid, em detrimento de Portugal, pretensão que foi acompanhada de uma campanha generalizada na imprensa espanhola, eivada de indistigável chauvinismo em relação ao papel há muito definido para Portugal nos jogos estratégicos da NATO na Península Ibérica. A coisa foi ao ponto de o general norte-americano John Sheehan, comandante supremo desta organização

para o Atlântico, se ver forçado a pôr água na fervura espanhola afirmando, em Lisboa, a sua recusa à pretensão espanhola. Se ninguém percebia para que serve a NATO, agora que desapareceu o «inimigo vermelho», poderá estar aqui uma pista para a sua actual vocação: reacender chauvinismos que a História parecia já ter enterrado há muito...

### Do Pontal a Celorico

A confusão no interior do PSD é de tal ordem que nem nas festas se entendem. A última foi armada pelo próprio líder, Marcelo Rebelo de Sousa, ao transferir a já tradicional festa do Pontal - criada no Algarve por Cavaco Silva - pela festa de Celorico de Basto, ali enxertada por Marcelo sob o sugestivo argumento de que é a sua terra natal, onde até é candidato. Nada mais justo. Se o anterior líder arranjou uma festa para a terra dele, por

que carga de água o actual não há-de fazer o mesmo e transferi-la para a sua própria terra? Aliás, em terras de PSD que tem a chefia é rei. Todavia, alguns PSD algarvios não gostaram da despromoção. Cabrita Neto disse, mesmo, ao *Diário de Notícias* estar «surpreendido e incomodado», acrescentando que, embora não saiba as razões que «fundamentam a decisão», afirma que «a data de 9 de Agosto (invocada por Marcelo como desfasada no calendário político) não a considero uma justificação, por certo haverá outras razões». E garante que não aceita a alteração «sem uma explicação categórica e plausível». Por outro lado, o deputado-cantor Mendes Bota, embora não se atreva a contestar a decisão do líder, garante que a festa do Pontal «não morreu» e vai realizar-se na doca de Faro, com Marcelo, espectáculo e comes e bebes. Por este andar, o PSD daqui a pouco vai ter de passar o ano em festas - uma para cada terra dos seus líderes...

## PONTOS NATURAIS

Mário Castrinho

### Cravo bem temperado

#### Decoração

— São cravos, Senhor disse a madrugada descobrindo o regaço.

A história agarrou num cravo pô-lo na lapela e assim ficar na História.

#### Lição

Francisco desenha um cravo no caderno da escola. A mancha vermelha alastra pela folha arde no gesto que esvoaça crinas ao vento da planície.

Voa, voa Francisco, voa.

#### Aqui mora um cravo

De cravo ao peito fui a passear dava-me mais jeito tinha falta de ar.

Cravo é mais seguro na conjugação do tempo futuro deste verbo irmão.

Aqui mora um cravo aqui está mais quente aqui vai uma ave aqui é ser gente.

#### Actualidade

No dia 25 de Abril vimos algumas pessoas com o cravo ao peito pelo lado de fora.

«Que bom se o trouxesses pelo lado de dentro» penso eu.

#### Naturalmente

Pelo meio destes versos como por entre o mato um cravo está nascendo.

E tão naturalmente que já nem as palavras dão por ele.

#### Flor do tempo

Cravo se queres que ele seja teu pinta-o da cor do teu desejo.

Cravo se queres que ele seja forte pinta-o com as mãos do Primeiro de Maio.

Cravo se queres que ele seja alto pinta-o com o sangue que trazes nas veias.





**JCP/Porto**

Assembleia da Organização do Ensino Superior do Porto da JCP

Dia 10 a partir das 15h30  
no CT da Boavista

**JCP/Seixal**

Colóquio com **Álvaro Cunhal**  
sob o tema  
*A Liberdade de Ontem, de Hoje  
e de Amanhã*

Dia 16 às 21h no Clube Recreativo  
da Cruz de Pau

**Comboios especiais**

Várias organizações do PCP estão a organizar comboios especiais no dia 24 para a estações de Entrecampos/15 de Outubro.

Nomeadamente do concelho de Sintra, com paragem em todas as estações, e do Porto, com paragem em Gaia, Aveiro, Espinho, Coimbra, Entroncamento, Santarém.  
Vê aqui na próxima semana os respectivos horários ou informa-te junto das organizações regionais do PCP.

**AGENDA****Encontro Distrital de Aveiro da CDU**

Sábado, 10, às 14h30 - Salão Cultural da CM de Aveiro,  
com a participação de **Carlos Carvalhas**

**Encontro Concelhio de Setúbal da CDU**

Domingo, 11, das 10 às 18h  
*Albergaria Laitau*  
(Av. Gen. Daniel de Sousa, 89)  
Com a participação de **Jorge Pires**  
e de **Ruben de Carvalho**,  
candidato à CM de Setúbal

**Encontro Distrital de Coimbra da CDU**

Sábado, 10, às 15h  
*Escola Superior de Educação*  
Com a participação  
de **Sérgio Teixeira**

**LISBOA**

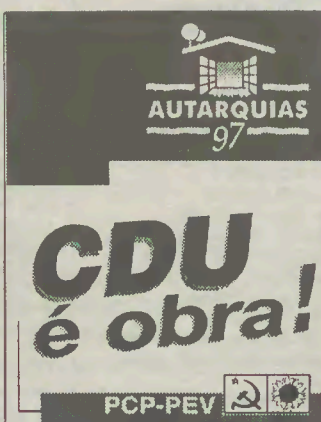
Sexta-feira, 9 de Maio, 20h  
Restaurante Montes Claros

**Jantar promovido pela Coordenadora Nacional da CDU**

com a participação de destacados Independentes, dirigentes da ID, Os Verdes e PCP, designadamente o seu Secretário-geral, **Carlos Carvalhas**

No decurso do jantar será divulgado  
o **Manifesto Nacional da CDU**

Informações e inscrições: CT Vitória (Isaura) e CT da R. Soeiro Pereira Gomes (Mónica)

**Encontro Nacional do PCP sobre Educação e Ensino**

Lisboa - Hotel Continental

Dia 10 a partir das 9h30

Estará presente e intervirá no decurso do Encontro  
**Carlos Carvalhas**

**Região do Porto**

UM OLHAR SOBRE  
O FUTURO

Seminário promovido pela  
CDU/Porto

10 Maio, das 14h às 19h  
Reitoria da Universidade  
do Porto

**Debate do PCP**

“No virar do Século,  
Toxicod dependência  
e Sociedade”

Sábado, 10, das 11 às 13h e  
das 15 às 17h30  
Hotel da Costa - Costa da  
Caparica

**Encontro do PCP sobre**

**OS BAIROS  
MUNICIPAIS  
DA CIDADE  
DE LISBOA**

Dia 10 às 15h  
no salão  
da JF de S. João

**CAMPANHA sobre MOEDA ÚNICA E REFERENDO promovida pela DORL do PCP**

Pavilhão na Praça da Figueira  
de 8 a 24 de Maio

Exposição sobre o tema

Recolha de assinaturas pelo Referendo  
Inauguração: dia 8 às 18h30,  
com a participação de **António Abreu**

**Samora Correia**

Debate  
com a participação  
de **Octávio Teixeira**  
Dia 9 às 21h30, no Salão da JF

**Bragança**

Dia 8 às 21h30, no Auditório Municipal  
Paulo Quintela

Debate  
com a participação  
de **Honório Novo**  
(que no dia 9 terá encontros com  
organizações da lavoura  
do distrito na área da Olivicultura)

**Vila Nova de Gaia**

Debate  
com a participação  
de **Honório Novo**  
Dia 9 às 21h30, no Salão de  
Conferências  
(R. Pádua Correia, 379)

Lisboa  
Reunião de naturais dos  
concelhos de MAÇÃO e  
SARDOAL  
com a participação da  
camarada **Jorge Ferreira**:  
dia 10 às 15h no CT Vitória

Guarda  
As novas leis laborais  
e os direitos dos  
trabalhadores  
- debate com a participação de  
**Jerónimo de Sousa**:  
Dia 9 às 21h na Esc. Augusto Gil

Almada  
Almoço-convívio no  
Restaurante Maracanã, a  
propósito do 25 Abril/1º de  
Maio: dia 11 às 13h.  
Debate sobre Segurança das  
Populações: no Portão Verde  
Futebol Clube, dia 15 às 21h,  
com a participação de **José Neto**

Barreiro  
Plenário geral de militantes da  
freguesia de **Verderena** sobre  
a situação política e as eleições  
autárquicas: dia 10 às 15h30,  
no CT concelhio.

Cantanhede  
Reunião da Comissão  
Concelhia, na casa do cam.  
Francisco Taraio, em Ançã,  
hoje, dia 8, às 21h30.

Condeixa  
Reunião da Comissão Concelhia,  
na Sede da Campanha da CDU,  
R. dos Combatentes da Grande  
Guerra, à Serrada (Condeixa),  
dia 9 às 21h30.

Lisboa  
Reunião de membros do  
Partido integrados ligados ou  
ligados às comunidades  
imigrantes, com a participação  
de deputados e de dirigentes da  
DORL e DORS e outras  
estruturas de direcção do PCP:  
dia 11 às 15h, no CT Vitória.  
Alcântara - plenário de  
militantes da freguesia: dia 10  
às 15h no CT de Alcântara

Setúbal  
Plenário da freguesia de **Santa  
Maria**, sexta, 9, às 21h30, no  
CT do PCP no Edifício Arrábida

Sintra  
Plenário mensal de militantes  
das freguesias de **S. Martinho e  
Sta. Maria/S. Miguel**: dia 10 às  
16h, no CT de Sintra.  
Plenário da célula da Coop.  
Novo Rumo: dia 10 às 15h no  
CT do Cacém.

Torres Vedras  
Almoço convívio da célula dos  
**Trabalhadores da CM**, com a  
participação de **Jerónimo de  
Sousa**: dia 11 às 13h, no Karting  
em Santa Cruz

**SEIXAL  
20 anos de Poder Local  
Democrático**

- Debate -

Com a participação de **Jorge Pires**  
e de **Alfredo Monteiro**  
e **Eufázio Filipe**,  
candidatos, respectivamente,  
à presidência da CM e da AM  
10 de Maio às 15h  
Clube Recreativo da Cruz de Pau

**LISBOA**

Debate com a população de  
**Alcântara** - na Academia de Sto.  
Amaro, hoje, dia 8, às 21h, com  
a participação de **José Godinho**  
e **António Abreu**

**LOURES**

Forum Loures - Na Esc. Sec.  
de Odivelas, com a participação  
de **Demétrio Alves** e **Luís Sá**:  
dia 10 a partir das 10h

A actualidade política em  
debate - Na sala da Assembleia  
de Freguesia de **Ramada**, com a  
participação de **Joaquim Miran-  
da**: dia 9 às 21h30

**MATOSINHOS**

Noite de Fado com fadistas  
regionais - na Esc. Sec. do  
Padrão da Légua, dia 10 às 22h,  
com a presença de **José Cava-  
lheiro**, candidato CDU à CM de  
Matosinhos

**MIRA**

Almoço-convívio da CDU na  
Videira Sul (“Chacra” do cam.  
**Joaquim Martins**, perto do antigo

FAOJ): dia 18 (Inscrições: Heitor  
Saborano - (031) 472185)

**MONTIJO**

“Desenvolvimento e ambien-  
te, binómio de modernidade  
para o séc. XXI” - encon-  
tro/debate com a participação de  
eleitos e dirigentes locais da  
CDU e de agentes económicos,  
sociais, culturais e desportivos:  
dia 10 às 15h no Antigo Café  
Montijense, na Pç. da República

**SINTRA**

Juventude CDU - Iniciativa  
pública com a candidata da  
Juventude CDU à CM, **Paula  
Borges**: dia 10 às 11h em **Queluz**  
(junto aos Arcos)

**TORTOSENDO**

Transformações urbanas e  
perspectivas futuras - debate  
com a participação de eleitos  
autárquicos e especialistas neste  
domínio: dia 10 às 21h30, na Esc.  
E,B 2/3.

**VILA FRANCA DE XIRA**

Forum CDU - Sessão de  
encerramento desta série de  
debates, com a presença de **Dani-  
el Branco** e **Luís Sá**: no IMAX,  
dia 11 às 16. Projecção dos fil-  
mes **Viagem Cósmica** e **Efeitos  
Especiais**;

Forum sobre Educação e Ensi-  
no na **Castanheira**: dia 8 às  
21h30;

Sobre Juventude: dia 10 às  
16h na Casa da Juventude das  
**Cachoeiras**.

**Apresentação de candidatos****BEJA**

Apresentação pública  
do candidato CDU à CM:  
dia 12, às 21h, na Coop.  
“Lar para Todos”,  
com a participação  
de **Carlos Carvalhas**

**RIBA D'AVE**

Apresentação pública  
do candidato CDU à Junta  
de Freguesia: dia 8, às 21h30,  
na sede da JF,  
com a participação  
de **Álvaro Cunhal**

Viana do Alentejo - Jantar CDU  
com apresentação do cabeça de  
lista à CM: dia 9 às 20h, no res-  
taurante “As Três Bicas”, com a  
participação de **Abílio Fernandes**.

Algueirão Mem-Martins -  
Almoço-convívio para apresen-  
tação pública da candidatura de  
**Jacinto Domingos** à AF: dia 11 às  
13h, nos Bombeiros Voluntários.

Montijo - Apresentações pú-  
blicas de candidatos CDU às  
Juntas de Freguesia de **Afonsoeiro**  
(na sede da Comissão de Festas da

freguesia, hoje, dia 8, às 21h30; no  
final, espectáculo com **Carla  
Alexandra**), de **Santo Isidro de  
Pegões** (dia 9 às 21h30, na Soc.  
Recreativa de Pegões Velhos), de  
**Alto Estanqueiro/Jardia** (sábado,  
dia 10, às 21h30, no União Futebol  
Clube Jardense e domingo, dia 11,  
às 21h30, no Águias Negras F.  
Clube, Alto Estanqueiro)

Vila Franca de Xira - Apre-  
sentação pública do cabeça de lista  
à freguesia de **Forte da Casa**: dia  
9 às 19h, no Pavilhão Municipal de  
Forte da Casa.



TELEVISÃO



Katharine Hepburn por si própria no «Foyer» desta semana

Quinta, 8

RTP 1

- 09.00 Notícias
- 09.10 Infantil
- 10.05 António Alves, Taxista
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Alondra
- 14.40 Selecção RTP
- 15.40 Nós, os Ricos
- 16.15 Carmen
- 17.10 Canal Aberto
- 18.25 100% Natural
- 19.00 Pais Pais
- 19.40 Pais Regiões
- 20.00 Telegiornal
- 20.50 Enviado Especial
- 21.35 Lelé e Zequinha
- 22.00 Filhos do Vento
- 22.55 Mississippi em Chamas (de Alan Parker, EUA/1958, com Gene Hackman, Willem Dafoe, Frances McDormand, Brad Dourif. Ver Destaque.)
- 01.15 24 Horas
- 01.45 RTP/Financial Times
- 02.00 Bom Bordo

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.45 Falatório
- 16.40 86-60-86
- 17.30 Infantil
- 17.55 Um, Dó, Li, Tá
- 19.30 Encontros Imediatos
- 20.00 Reviver o Passado em Brideshead
- 21.00 Acontece
- 21.15 Remate
- 21.25 «Life With Roger»
- 22.00 Jornal 2
- 22.30 Eva (de Joseph Losey, Fr./It./1962, com Jeanne Moreau, Stanley Baker, Véra Eilén, Giorgio Albertazzi, James Villiers. Ver Destaque)
- 00.35 Falatório

SIC

- 10.10 Buéréré
- 11.40 As Receitas do Dia
- 12.10 Tocaia Grande
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.10 Walker
- 15.00 Os Imortais
- 16.00 Buéréré
- 18.00 De Corpo e Alma
- 19.00 Anjo de Mim
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.55 As Aventuras de Camilo
- 21.25 A Indomada
- 22.25 Casos de Polícia
- 23.30 Viva a Liberdade
- 00.35 Último Jornal
- 00.55 Primeiros Anos
- 01.55 Portugal Radical
- 02.15 Vibrações

TVI

- 11.10 Animação
- 12.30 Cassandra
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Laços de Amor
- 14.50 Dama de Rosa
- 15.55 Éramos Seis
- 16.30 O Barco do Amor
- 17.20 Doido por Ti
- 18.00 Adultos à Força
- 19.00 Melrose Place
- 20.00 Xica da Silva
- 21.00 TVI Jornal
- 21.05 Melrose Place
- 22.00 Futebol: Nápoles-Vicenza
- 23.50 Uma Explosão de Mulher (de Duncan Gibbins, EUA/1989, com Gregory Hine, René Soutendijk, Michael Greene. «Thriller» / Ficção Científica)
- 01.50 Fora de Jogo
- 02.05 TVI Jornal
- 02.35 7 Ponto 15
- 03.05 A Balada de Hill Street

Sexta, 9

RTP 1

- 09.00 Notícias
- 09.10 Infantil
- 10.05 António Alves, Taxista
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Alondra
- 14.20 O Rei dos Ursos Pardos (de Ron Kelly, EUA/1969, com John Yesso, Chris Wiggins, Hugh Webster. Aventuras)
- 16.00 Os Principais
- 17.00 Notícias
- 17.10 Canal Aberto
- 18.25 100% Natural
- 19.00 Pais Pais
- 19.40 Pais Regiões
- 20.00 Telegiornal
- 20.50 Lufões do Teneças
- 21.25 Futebol: Boavista-Leiria
- 23.30 Filhos do Vento
- 00.30 24 Horas
- 01.15 Visita Explosiva (de Fritz Kiersch, EUA/1995, com Kathy Long, Eric Pierpoint, Robin Lynn Heath. «Thriller»)

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.45 Falatório
- 16.40 Anúncios de Graça
- 17.05 Euronews
- 17.30 Infantil
- 19.10 Caderno Diário
- 19.30 Encontros Imediatos
- 19.55 Os Vingadores
- 21.00 Acontece
- 21.15 Remate
- 21.25 Carolina na Cidade
- 21.50 RTP/Financial Times
- 22.00 Jornal 2
- 22.30 O Feitiço da Lua (de Norman Jewison, EUA/1987, com Cher, Nicholas Cage, Vincent Gardenia, Olympia Dukakis, Danny Aiello. Ver Destaque)
- 00.15 Falatório
- 01.10 Rumo ao Sul

SIC

- 10.10 Buéréré
- 11.20 As Receitas do Dia
- 11.50 Tocaia Grande
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.10 Walker
- 15.00 Os Imortais
- 16.00 Buéréré
- 18.00 De Corpo e Alma
- 18.50 Anjo de Mim
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 Malucos do Riso
- 21.15 A Indomada
- 22.15 Confissões
- 23.15 Os Donos da Bola
- 01.30 Último Jornal
- 01.50 Um Homem de Sorte
- 03.00 Vibrações

TVI

- 11.10 Animação
- 12.30 Cassandra
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Laços de Amor
- 14.50 Dama de Rosa
- 15.55 Éramos Seis
- 16.30 O Barco do Amor
- 17.20 Doido por Ti
- 18.00 Adultos à Força
- 19.00 Melrose Place
- 20.00 Xica da Silva
- 21.00 TVI Jornal
- 22.00 Ficheiros Secretos
- 24.00 Brainscan: Viagem para o Inferno (de John Flynn, EUA/1994, com Edward Furlong, Frank Langella, Amy Hargreaves. Terror / Ficção Científica)
- 01.55 Fora de Jogo
- 02.10 TVI Jornal
- 02.40 7 Ponto 15
- 03.10 A Balada de Hill Street

Sábado, 10

RTP 1

- 08.00 Sempre a Abrir
- 11.30 Companhia dos Animais
- 12.10 Fórmula 1 - GP de Mônaco
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Top+
- 14.40 Jornal Jovem
- 15.10 2001
- 15.40 Amores e Rebelia
- 16.40 As Aventuras de Tarzan
- 17.35 Emoções Fortes
- 18.15 Super Bebés
- 18.55 Há Horas Felizes
- 20.00 Telegiornal
- 20.45 Meu Querido Avô
- 21.25 Futebol: Marítimo-Benfica
- 23.00 Segredos da Escuridão
- 24.00 24 Horas
- 00.35 Pesadelo em Elm Street - V (de Stephen Hopkins, EUA/1989, com Robert Englund, Lisa Wilcox, Kelly Jo Minter. Terror)
- 02.15 Amor sem Palavras (de Luca Verdone, It./1990, com Tahnee Welch, Rodney Harvey, Alida Vali, Claudine Auger. Melodrama)

RTP 2

- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Sem Fronteiras
- 12.30 Vida por Vida
- 12.40 Prazer de Criar
- 13.05 Mundo Natural do Japão
- 14.00 Parlamento
- 14.55 Desporto 2
- 17.55 Sinais do Tempo
- 18.45 O Ladrão de Sábado à Noite (Curia-Metragem de Jorge Sánchez, Co-Prod., com Blanca Guerra, Damian Alcázar. Ver Destaque)
- 19.15 Dinheiro Vivo
- 20.05 Foyer - «O Século do Cinema» - «Katharine Hepburn: All About Me»
- 21.00 Semana ao Sábado
- 22.00 O Lugar da História
- 22.55 A Regra do Jogo (de Jean Renoir, Fr./1939, com Marcel Dalio, Nora Gregor, Roland Toutain, Jean Renoir. Ver Destaque)
- 02.05 Mahler - Sinfonia Nº 8

SIC

- 08.30 Buéréré
- 12.00 O Nosso Mundo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 Tostões e Milhões
- 14.10 Jogar em Casa
- 15.00 Hércules
- 16.00 A Sentinela
- 16.50 Walker
- 18.00 Power Rangers - O Filme (de Brian Spicer, EUA/1995, com Karan Ashley, Johnny Yong Bosch, Steve Cardenas. Aventuras / Fantástico)
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 Clube VIP
- 21.20 Salsa e Merengue
- 22.20 Big Show Sic
- 01.45 Último Jornal
- 02.05 O Grande Ataque ao Comboio do Ouro (de Michael Crichton, EUA/1979, com Sean Connery, Donald Sutherland, Lesley-Anne Down, Alan Webb, Robert Lang. Ver Destaque)
- 04.45 Portugal Radical

TVI

- 09.30 Animação
- 12.00 Novos Ventos
- 12.30 Notícias
- 12.50 Contas à Vida
- 13.25 Contra-Ataque
- 15.00 De Amor e de Sombra (de Betty Kaplan, Esp./1994, com Antonio Banderas, Jennifer Connelly, Stefania Sandrelli. Drama)
- 16.50 Lar Louco Lar
- 17.20 Competente e Descarada
- 17.50 O 3º Calhau a Contar do Sol
- 18.15 Estrelas da Acção - Bruce Willis
- 19.00 Lanterna Mágica
- 19.25 Futebol: Barcelona-Real Madrid
- 21.25 Telegiornal
- 22.00 Encruzilhada de Traições (de James Kaufman, EUA/1990, com James Brolin, Dorothee Berryman, Meg Foster. Drama)
- 23.50 Jogo Violento (de James Merendino, EUA/1994, com Matt McCoy, Edward Albert Jr., Leo Damian. «Thriller»)
- 01.30 Fiorile (de Paolo e Vittorio Taviani, It./1993, com Claudio Bigagli, Galatea Ranzi, Michael Vartan, Lino Capolicchio. Ver Destaque)

Domingo, 11

RTP 1

- 08.00 Sempre a Abrir
- 12.30 Sem Limites
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.15 Fórmula 1 - GP de Mônaco
- 15.30 Made in Portugal
- 16.35 Alta Voltagem
- 17.10 86-60-86
- 17.45 Ilusões
- 18.50 Casa Cheia
- 19.20 Jet 7
- 20.00 Telegiornal
- 20.45 Contra-Informação (Compacto)
- 21.00 Casa de Artistas
- 22.15 Filhos do Vento
- 23.15 Domingo Desportivo
- 01.15 24 Horas
- 01.50 L.A., Polícia em Acção

RTP 2

- 09.00 Caminhos
- 09.30 Novos Horizontes
- 10.00 70 x 7
- 10.30 Missa
- 11.20 Km Zero
- 12.40 Máquinas
- 12.50 Jornal d'África
- 13.05 Dor e Sacrifício
- 14.30 Jack, o Camponês
- 15.30 Desporto 2
- 18.00 O Convento (de Manoel de Oliveira, Port./Fr./1995, com John Malkovich, Catherine Deneuve, Luis Miguel Cintra, Leonor Silveira. Ver Destaque)
- 19.30 Bom Bordo
- 20.05 Artes e Letras - «Grandes Escritores do Séc. XX - James Joyce»
- 21.00 Alta Roda
- 22.00 Horizontes da Memória
- 22.30 Bailado: «Evidentia», de Sylvie Guillem
- 00.30 Vidas do Século: «Enver Hodja»

SIC

- 08.30 Buéréré
- 12.00 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 Internacional SIC
- 15.15 Assuntos de Família
- 15.45 Xena, a Princesa Guerreira
- 16.10 A Balada de Nova Iorque
- 17.00 Os Imortais
- 18.10 Perry Mason: Crime no Talk-Show (de Christian Nyby II, EUA/1993, com Raymond Burr, Barbara Hale. Telefilme Policial)
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 Trapalhões
- 21.50 Salsa e Merengue
- 22.50 Sherlock Holmes em NY (de Boris Sagal, EUA/1976, com Roger Moore, John Huston, Patrick MacNee, Charlotte Rampling. Telefilme)
- 01.05 Último Jornal
- 01.25 Jô Soares
- 02.25 Portugal Radical

TVI

- 09.30 Animação
- 11.10 Missa
- 12.30 O 8º Dia
- 13.00 Notícias
- 13.20 Portugal Português
- 14.30 É Urgente Salvar o Planeta
- 15.20 Pela Medida Grande (de Italo Zingarelli, It./1979, com Joe Bugner, May Dlamini, Dawn Jurgens, Ben Masinga. Comédia)
- 17.20 O Céu Como Horizonte
- 18.20 Os Mistérios de Bill Cosby
- 19.05 Desafios
- 19.25 Futebol (Liga Espanhola)
- 21.20 Telegiornal
- 22.00 Futebol (Liga Italiana)
- 23.50 Notícia Escaldante



A nova série de Murphy Brown, que teve início há dois anos, está finalmente a ser transmitida



Falatórios: de vez em quando...

Segunda, 12

RTP 1

- 09.00 Notícias
- 09.10 Infantil
- 10.05 António Alves, Taxista
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Alondra
- 14.40 Selecção RTP
- 15.45 Carmen
- 17.10 Canal Aberto
- 18.25 100% Natural
- 19.00 Pais Pais
- 19.40 Pais Regiões
- 20.00 Telegiornal
- 21.00 Nós, os Ricos
- 21.50 Filhos do Vento
- 22.30 Gala Expo 98
- 00.30 24 Horas
- 01.00 Horizontes da Memória

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.50 Falatório
- 16.50 Sem Limites
- 17.15 Infantil
- 19.00 Universidade Aberta
- 19.30 Encontros Imediatos
- 20.00 O Agente Secreto
- 21.00 Acontece
- 21.15 Remate
- 21.35 Murphy Brown
- 22.00 Jornal 2
- 22.30 Escola de Sereias (de George Sidney, EUA/1944, com Red Skelton, Esther Williams, Basil Rathbone, Bill Goodwin. Musical)
- 00.10 Procriação das Velas

SIC

- 10.10 Buéréré
- 11.50 As Receitas do Dia
- 12.15 Tocaia Grande
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.10 Walker
- 15.00 Os Imortais
- 16.00 Buéréré
- 18.00 Mulheres de Areia
- 19.00 Anjo de Mim
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 A Indomada
- 21.50 Ponto de Encontro
- 22.50 Morte em Telaviv (de Rick Avery, EUA/1995, com Jeff Speakman, Ron Silver, Rochelle Swanson. Acção)
- 00.50 Último Jornal
- 01.15 Conversas Secretas
- 02.35 Vibrações

TVI

- 11.10 Animação
- 12.30 Cassandra
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Laços de Amor
- 14.50 Dama de Rosa
- 15.55 Éramos Seis
- 16.30 O Barco do Amor
- 17.20 Doido por Ti
- 18.00 Adultos à Força
- 19.00 Melrose Place
- 20.00 Xica da Silva
- 21.00 TVI Jornal
- 22.30 Profiler
- 23.30 PSI Factor
- 00.25 Fora de Jogo
- 01.00 TVI Jornal
- 02.00 A Balada de Hill Street

Terça, 13

RTP 1

- 09.00 Notícias
- 09.10 Infantil
- 10.05 António Alves, Taxista
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Alondra
- 14.40 Selecção RTP
- 15.40 Jet 7
- 16.15 Carmen
- 17.10 Canal Aberto
- 18.25 100% Natural
- 19.00 Pais Pais
- 19.40 Pais Regiões
- 20.00 Telegiornal
- 20.50 Isto Só Video
- 21.50 Filhos do Vento
- 22.35 Herman Enciclopédia
- 23.35 Anúncios de Graça
- 00.05 24 Horas
- 00.50 Grandes Nomes

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.50 Falatório
- 16.50 Sem Limites
- 17.15 Infantil
- 19.00 Universidade Aberta
- 19.35 Encontros Imediatos
- 20.05 O Santo
- 21.00 Acontece
- 21.15 Remate
- 21.25 Crimes Verdadeiros
- 22.00 Jornal 2
- 22.30 O Feitiço de Oz (de Victor Fleming e King Vidor, EUA/1939, com Judy Garland, Ray Bolger, Bert Lahr, Jack Haley. Ver Destaque)
- 00.15 Falatório

SIC

- 10.10 Buéréré
- 11.20 As Receitas do Dia
- 11.50 Tocaia Grande
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.10 Walker
- 15.00 Os Imortais
- 16.00 Buéréré
- 18.00 Mulheres de Areia
- 19.00 Anjo de Mim
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 Era Uma Vez
- 21.50 A Indomada
- 23.15 Esta Semana
- 00.20 Último Jornal
- 00.45 Escrita em Dia
- 01.55 Vibrações

TVI

- 09.50 Cerimónias Religiosas
- 13.00 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Laços de Amor
- 14.50 Dama de Rosa
- 15.55 Éramos Seis
- 16.30 O Barco do Amor
- 17.20 Doido por Ti
- 18.00 Adultos à Força
- 19.00 Melrose Place
- 20.00 Xica da Silva
- 21.00 TVI Jornal
- 22.00 Um Filho ao Entardecer (de Bill Bixby, EUA/1991, com Rue McClanahan, Ted Shackelford, Kristy McNichol. Drama)
- 23.50 Pontos nos Iis
- 01.00 Fora de Jogo
- 01.10 TVI Jornal
- 02.10 A Balada de Hill Street

Quarta, 14

RTP 1

- 09.00 Notícias
- 09.10 Infantil
- 10.00 António Alves, Taxista
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Olho Clínico
- 14.25 Alondra
- 15.15 Selecção RTP
- 16.20 Carmen
- 17.00 Notícias
- 17.15 Canal Aberto
- 18.20 Pais Pais
- 19.00 Pais Regiões
- 19.20 Futebol
- 21.20 Telegiornal
- 22.15 Filhos do Vento
- 23.45 Concurso 1, 2, 3
- 01.50 24 Horas

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.50 Falatório
- 16.50 Alta Voltagem
- 17.15 Infantil
- 19.30 Encontros Imediatos
- 20.00 Bâton no Colarinho
- 21.00 Acontece
- 21.15 Remate
- 21.35 Os Simpsons
- 22.00 Jornal 2
- 22.30 Isto É Espectáculo (de Jack Haley, Jr., EUA/1974, com Frank Sinatra, Fred Astaire, Gene Kelly, Mickey Rooney, Elizabeth Taylor, James Stewart. Ver Destaque)
- 00.55 Falatório

SIC

- 10.10 Buéréré
- 11.20 As Receitas do Dia
- 11.50 Tocaia Grande
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.10 Walker
- 15.00 Os Imortais
- 16.00 Buéréré
- 18.00 De Corpo e Alma
- 19.00 Anjo de Mim
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 A Indomada
- 22.30 Cadeira do Poder
- 23.40 A Noite da Má-Língua
- 00.50 Último Jornal
- 01.15 Toda a Verdade
- 02.30 Vibrações

TVI

- 11.10 Animação
- 12.30 Cassandra
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Laços de Amor
- 14.50 Dama de Rosa
- 15.55 Éramos Seis
- 16.30 O Barco do Amor
- 17.20 Doido por Ti
- 18.00 Adultos à Força
- 19.00 Melrose Place
- 20.00 Xica da Silva
- 21.00 TVI Jornal
- 22.00 Uma Vida (de Bruce Joel Rubin, EUA/1993, com Michael Keaton, Nicole Kidman, Bradley Whitford, Queen Latifah. Drama)
- 00.15 Desporto
- 01.05 TVI Jornal
- 02.05 A Balada de Hill Street

Notícia Escaldante: em comum com Murphy Brown... só o cenário



Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



## Por isto e por aquilo...

### Eva

(Quinta, 22.30, RTP2)

A incompetência militante da RTP - a qual se mantém apesar de todas as mudanças e que continua a significar, ao mesmo tempo, um profundo desprezo pelo espectador - faz com que sistematicamente haja alterações não previstas com tempo suficiente em relação à programação mensal distribuída aos órgãos de informação e relativa aos filmes a emitir semanalmente. Assim, o ciclo que começou na semana passada foi completa e arbitrariamente alterado, agora na ordem de transmissão dos filmes (!), e por isso aqui tem

o leitor novamente as mesmas notas que publicámos na nossa última edição sobre este filme inicialmente previsto para a passada terça-feira. Realizado pelo cineasta norte-americano **Joseph Losey** (cuja carreira cinematográfica se desenrolou em grande parte na Europa) *Eva* é considerado hoje, em definitivo, um dos filmes menos interessantes da sua rica filmografia. Nele aborda o realizador a história de um escritor de enganosa reputação (já que publicara um livro cuja autoria pertencia a um seu irmão) que se deixa enredar por *Eva*, uma cortesã que o transforma num joguete às suas mãos, mas que até ao último momento recusa corresponder à sua paixão. Não fossem certos aspectos meritórios da encenação de **Losey** e mesmo assim demonstrativos das suas qualidades de cineasta de talento - e os clichés do género tornar-se-iam ainda mais insuportáveis.



**Cher e Nicolas Cage, intérpretes principais de «Feitiço da Lua», filme de Norman Jewison**



**Uma cena célebre de «A Regra do Jogo», a obra-prima de Jean Renoir**

RTP 2 está a transmitir aos sábados, a sua história conta-nos as aventuras de «um simpático assaltante de fim-de-semana e de uma mulher rica e solitária que um dia se apaixonam graças a um irónico golpe do Destino quando ele assalta a casa dela».

### A Regra do Jogo

(Sábado, 22.50, RTP2)

Também ela repetida até à exaustão, esta obra-prima é, sem sombra de dúvida, o filme da semana: uma *fantasia dramática* à maneira dos libretos de ópera de **Beaumarchais**, em que **Renoir** faz um estudo fortemente irónico da burguesia nas vésperas da guerra, imaginado mais como um divertimento do que como um manifesto de crítica social - embora não deixe de funcionar como tal. E é o enfrentamento de dois mundos - o dos grandes senhores e o dos seus servos - que vemos retratado e encenado com a genialidade de um grande cineasta, numa obra ao seu tempo incompreendida e maldita e que, depois de ter sofrido inúmeras mutilações e proibições (primeiro, julgada como «desmoralizadora» pelo Governo de Vichy, depois, proibida pelo ocupante nazi), constitui hoje, depois de restaurada em 1952, um filme de culto.

### Fiorile

(Sábado, 00.10, TVI)

Durante uma viagem para Itália - a fim de que os dois membros mais novos da família **Benedetti** conheçam o seu avô - chegam a estes rumores de que a família está amaldiçoada e tentam averiguar da verdade junto

do pai. E é então que este conta o trajecto de maldições que impendem sobre a família já desde a época das guerras napoleónicas. Um filme extremamente belo, realizado com o extremo bom gosto habitual pelos irmãos **Paolo e Vittorio Taviani**.

### O Grande Ataque ao Comboio do Ouro

(Sábado, 02.05, SIC)

Na Inglaterra victoriana - admiravelmente recriada nesta produção inglesa - um vigarista e ladrão (**Sean Connery**), disfarçado de um poderoso homem das finanças, planeia e executa o roubo de um carregamento de ouro que vai ser transportado por comboio para as tropas inglesas na Crimeia. A realização, a partir de um argumento da sua própria autoria, é assinada pelo escritor e cineasta **Michael Crichton** e é marcada pela sumptuosidade de uma época.

### O Convento

(Domingo, 18.00, RTP2)

Um cientista americano pretende levar a cabo uma série de investigações num convento da Arrábida em busca de documentação que comprove uma sua teoria: a de que Shakespeare seria espanhol. A partir daqui, **Manoel de Oliveira** encena uma série de encontros e desencontros entre as várias personagens que se cruzam pelo interior do

velho convento, num filme carregado de simbolismo e que tem nos principais papeis duas vedetas internacionais (**Catherine Deneuve** e **John Malkovich**), sem contar com as nacionais **Leonor Silveira** ou **Luís Miguel Cintra**, dois intérpretes-chave na obra do cineasta português.

### O Feiticeiro de Oz

(Terça, 22.30, RTP2)

Porventura parecendo aos espectadores de hoje um espectáculo algo datado e previsível, o certo é que, nos anos 30/40, quando foi produzido e estreado, veio a revelar-se um dos grandes êxitos da **MGM**, lançando no estrelato - e nada menos do que arrancando, na oportunidade, um **Oscar** - uma excelente cantora e atriz, **Judy Garland**. Não é a primeira, nem a segunda, nem a terceira vez que a RTP o transmite, pelo que não cabe aqui elaborarmos longamente sobre o já mais que conhecido enredo desta história de **Frank L. Baum**. De entre as canções do filme, destaque para *Over The Rainbow*, precisamente o arco-íris para além do qual **Dorothy** e os seus três companheiros - o cão, o leão e o homem de ferro - encontram **Oz**, o país onde vive o mágico feiticeiro...

### Isto é Espectáculo!

(Quarta, 22.30, RTP2)

Primeiro de uma série de três filmes (datados respectivamente de 1974, 1976 e 1994) e dedicados ao grande cinema de entretenimento,



**Um fotograma de «Fiorile», dos Irmãos Paolo e Vittorio Taviani**

### Mississippi em Chamas

(Quinta, 22.40, RTP2)

Vindo do mundo da publicidade, **Alan Parker**, o realizador do filme, sempre soube gerir o êxito e tecer as linhas com que tem tecido a sua carreira, sejam elas as que o levaram ao «achado» de *Bugsy Malone* ou ao filão de *Fame*, passando por *The Wall*, com os **Pink Floyd**, até chegar a esta denúncia do racismo no Sul dos EUA. Debruçando-se inicialmente sobre o caso real do desaparecimento (durante o Verão de 64) de três activistas militantes do movimento pelos Direitos Cívicos no Sul dos EUA, o filme acaba por parecer comprazer-se mais com os métodos brutais e violentos utilizados pelos agentes do FBI encarregados da investigação - os quais, ao pé dos métodos da *Klu-Klux-Klan*, não deixam nada a desejar... Cinematograficamente eficaz e espectacular - mas moralmente repugnante - o filme vale, sobretudo, pela fabulosa interpretação de **Gene Hackman**.

### O Feitiço da Lua

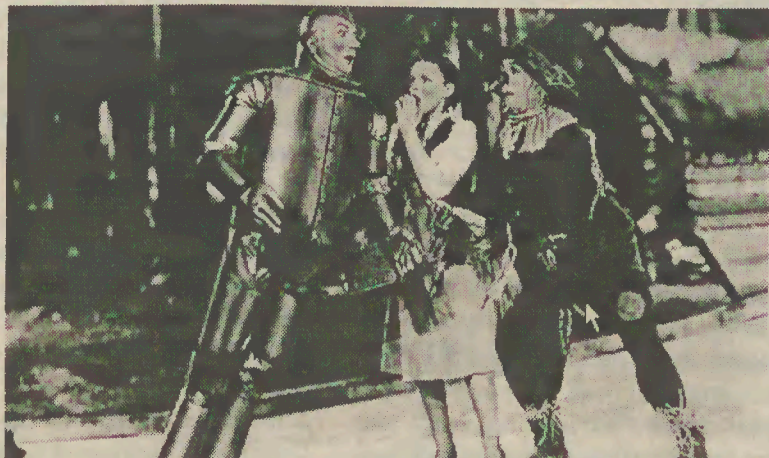
(Sexta, 22.30, RTP2)

**Loretta**, uma notável viúva que vai nos seus 40 anos, aceita casar com um homem mais velho que lhe permita assegurar o seu devir. Mas, quando o futuro marido parte para a Sicília para assistir ao funeral da mãe, **Loretta** cruza-se com o irmão daquele... e apaixona-se irremediavelmente. Retrato extremamente interessante das famílias americanas de origem italiana, este filme (repetido pela enésima vez) não deixa por isso de continuar a ser um pequeno espectáculo de representação por parte de **Cher** e, sobretudo, dessa fabulosa atriz que é **Olympia Dukakis**, ambas alcançando os **Oscars** da especialidade. Mas não só. É sobretudo o argumento, da pena de **Patrick Shanley** (também ele contemplado), desenvolvendo-se como se fosse uma peça de teatro mas permitindo a **Norman Jewison** uma encenação nada estática, cuidadosa e envolvente, que faz demonstrar à evidência quão decisivo é, em cinema, o saber da escrita para os diálogos e para as imagens.

### O Ladrão de Sábado à Noite

(Sábado, 18.45, RTP2)

Segunda curta-metragem da série de três com argumento de **Gabriel Garcia Marquez** que a



**Um ballado de «O Feiticeiro de Oz», de Victor Fleming e King Vidor**



**Sean Connery (à direita), o ladrão de «O Grande Assalto ao Comboio de Ouro», de Michael Crichton**

*Isto é Espectáculo!* foi realizado por **Jack Haley, Jr.** com base numa montagem dinâmica e verdadeiramente criativa (mais do que pura compilação) de cenas célebres escolhidas de filmes musicais. Nesta primeira parte (que, em princípio, terá seguimento na noite de amanhã, com *Hollywood, Hollywood*, segundo filme da série) brilham a grande altura nomes como os de **Fred Astaire**, **Bing Crosby**, **Gene Kelly**, **Peter Lawford**, **Liza Minnelli**, **Donald O'Connor**, **Debbie Reynolds**, **Mickey Rooney**, **Frank Sinatra**, **James Stewart** e **Elizabeth Taylor**, entre tantos outros, em sequências extraídas das mais inesquecíveis obras deste género cinematográfico produzidas pela **MGM** - e de que apenas aqui se destacam, a título de exemplo, *Um Americano em Paris*, *Serenata à Chuva*, *Show Boat*, *Rose Marie* ou *Sete Noivas Para Sete Irmãos*. A gravar, evidentemente!



**«Brigaddon» é um dos «musicais» presentes em «Isto é Espectáculo!» (Parte I)**



# Ir ou não ir em cantigas

■ Correia da Fonseca

**D**esta vez, a representação portuguesa não trouxe um único ponto do Eurofestival, desaire total que aliás é injusto para a canção, bem melhor que outras que em anos anteriores de lá voltaram com um punhadinho de pontos que, embora magro, dava para ajudar a resignação. De qualquer modo, o caso não é dramático, e é-o tanto menos quanto desde há muito se sabe que a ida de canções portuguesas aos eurofestivals só serve, se é que serve, para ensinar a alguns que a Espanha é a Espanha e Portugal é um outro país. Quanto a pontos, temos andado muitas vezes amparados na boa vontade de uns países que retribuem os pontos que lhes damos, o que aliás é um bonito caso de solidariedade na pobreza. Pouco mais. Nem admira que seja assim: nunca fomos uma grande ou sequer média potência na área do cançonetismo comercial, nem temos condições para isso. Já mandámos ao festival, é certo, canções muito bonitas; mas aquilo, muito antes de ser um confronto de méritos, é a montra de um mercado transnacional. O que é como quem diz que a música é outra.

peçoal com as roupas, tem um ódio entranhado às pessoas (...)» Está visto: nenhum daqueles bem-vestidinhos que estiveram em «A canção é uma arma» é comunista. E ainda bem para Fernando Neves e Viriato Teles, autores do programa, porque assim, nos tempos que correm, sempre é mais seguro.

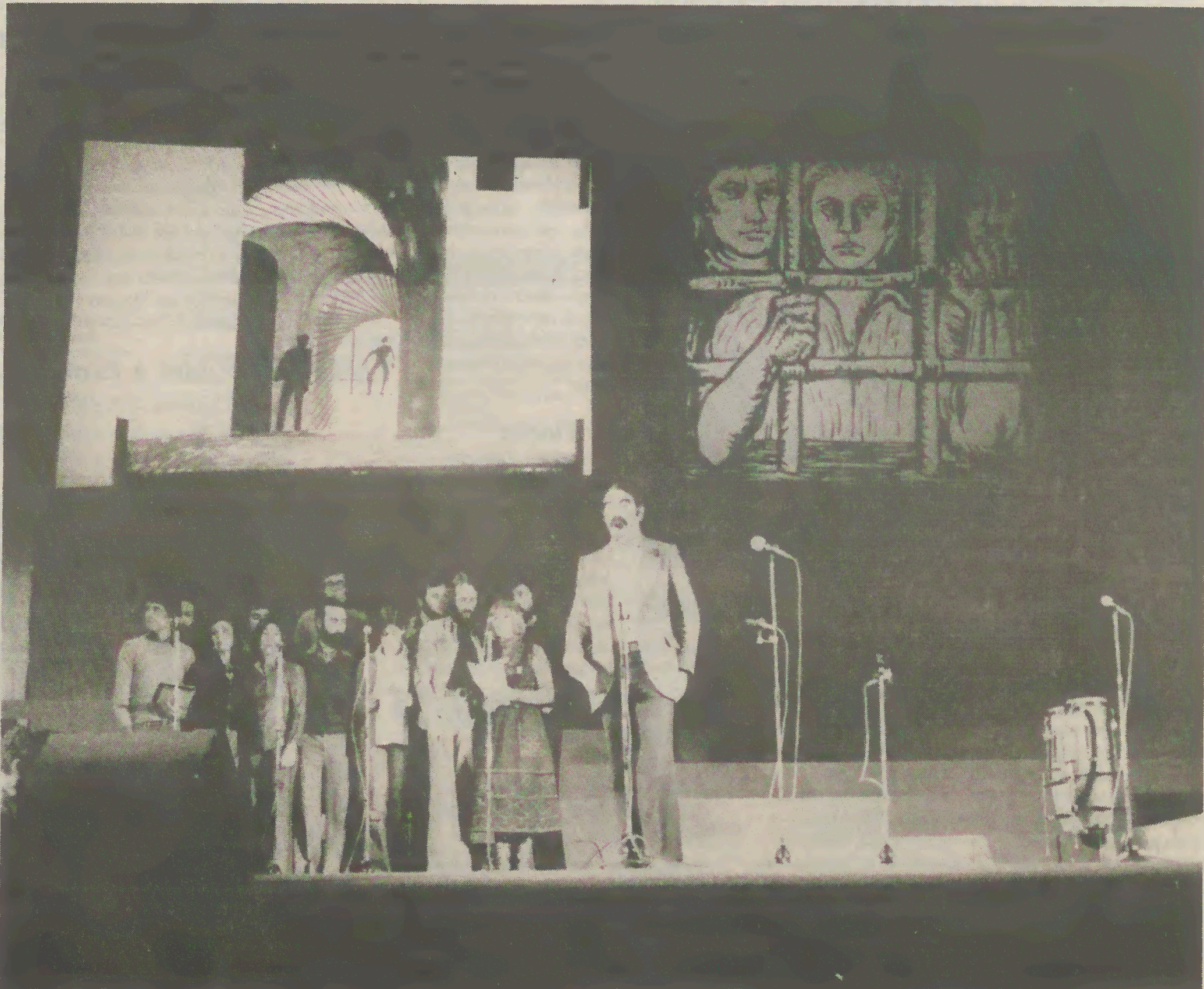
Sempre é mais seguro porque ali, sob o olhar de Salgueiro Maia por alguns minu-

Gomes dos Santos escreveu. Mas não me lembro de nenhum momento que tenha sido para, de todo em todo, deitar fora, mesmo quando os depoimentos recolhidos vieram de quem menos eu podia esperar uma contribuição muito interessante. Em contrapartida, apetece anotar momento quase de pormenor mas que, por uma razão ou por outra, não merecem o esquecimento imediato. A maneira diferente, mas notável como Miguel Ângelo cantou «Os vampiros». A informação, prestada por José Manuel Nunes, de que a música dos clássicos e agora indiscutíveis Beatles não passava na Rádio Renascença de antes de Abril, o que talvez faça entender aos jovens de hoje até onde ia a censura fascista. A injustiça de, quando se falou da hegemonia do som anglo-saxónico na Rádio actual, não ter sido aberta uma explícita excepção para o trabalho da Antena

Contudo, em matéria de canções temos um património invejável mesmo à escala internacional, mas não de canções estorolas ou apenas convencionais que correspondam ao modelo em trânsito nestes festivais. Por acaso, falou-se delas na RTP 1, numa destas madrugadas mas não de 25 do mês passado, como, madrugada por madrugada, seria mais adequado. São as canções que tiveram, e é claro que continuam a ter, vínculos directos com luta, com coragem, com libertação. Foi um programa um pouco inesperado que trouxe o título de «A canção é uma arma». Não direi que foi um programa notável como construção, como consecução, mas parece-me justo dizer que foi um programa quase precioso, talvez porque raro. Na verdade, tornou-se praticamente obrigatório menosprezar as canções de luta que ajudaram a preparar Abril ou que depois de Abril deram som à liberdade: contra elas foi decretado um global juízo condenatório por não terem qualidade. É uma sentença injusta e de má-fé: para chegar a ela é preciso excluir José Afonso e Adriano, José Mário e Manuel Freire, Ary e Manuel Alegre, José Niza e Tordo. Quando, no decurso do programa, Ruben de Carvalho salientou que o cancionero de luta contou com melodistas de grande qualidade não esteve a falar da revolução, mas de música. Quando se fala de Alegre e de Gedeão não se fala de palavras de ordem, mas de poesia.

## Falar contra a maré

Apesar disto, porém, a emissão foi anunciada num grande jornal diário com um pequeno artigo portador do título escarinhado e um pouco pejorativo de «Quando a Revolução ia em cantigas». Pareceu-me haver ali um leve toque de infâmia, sem dúvida involuntário, nascido apenas do conúbio entre um trocadilho fácil e preconceitos velhos, mas é claro que não me surpreendi quando, dois dias depois, deparei no mesmo lugar com um artigo do mesmo autor atestando a má qualidade do programa. Estava ele, o autor, por sinal muito mal impressionado com a circunstância de os participantes estarem muito bem vestidos, o que citou por duas vezes em pouco espaço e claramente veio provar não estarmos perante a opinião de um comunista. Foi Miguel Sousa Tavares que, um dia, o ensinou ao país, e passo a citar para que não se perca a lição: «Um PC tem mais de 50 anos, veste-se como se estivesse em conflito



tos regressado ao Carmo onde ganhou um lugar na História e arruinou a carreira, a canção de luta que precedeu e continuou Abril foi louvada em vez de arrasada, o que só por si é extremamente perigoso. Chegou-se ao ponto de ouvirmos Carlos Alberto Moniz fazer, com impressionante tranquilidade, o elogio de Vasco Gonçalves, o mais caluniado dos militares portugueses, e afirmar, sorridente, que ainda hoje teria muito gosto em voltar a cantar o hino da Intersindical e até o «Avante, camarada!». Dir-se-a que coisas destas não têm nada com o mérito ou o demérito de um programa. Mas olhem que têm, olhem que têm: os sinais de coragem de um homem que fala contra a maré têm uma carga estética a que, por mim, não posso ser indiferente mesmo que queira. E acontece que não quero.

## As canções e as «cantigas»

Ao longo das quase duas horas de «A canção é uma arma», horas decerto que com auditório escasso porque a RTP, usando de cautela, programou a emissão para aquele horário naturalmente pouco frequentado, aconteceu no programa o bom e o menos bom, poucas vezes o excelente, nunca o sublime que, contudo, com outros cuidados e outros meios, poderia estar «ao alcance da mão», para usar as palavras que foram título de uma outra canção muito bela, afinal também de luta, que Nuno

1 da RDP, que faz prova quotidiana de que a música portuguesa de qualidade existe também em quantidade. A carga simbólica trazida pelo coral de Grândola.

Não só por estes instantes aqui apressadamente arrolados, mas também por eles, «A cantiga é uma arma» foi um programa importante, ainda que ferido por um simplismo que podemos, sem dúvida, lamentar, mas não sem esquecer que mesmo tal como foi, quase reduzido ao mínimo, o programa há-de ter caído mal em muitos paladares delicados e talvez não tenha reunido muitos apoios entusiásticos. A questão é que, bem ao contrário do que afirmava o tal título de jornal, a Revolução não ia em cantigas: foi anunciada por elas, viu reforçada por elas a felicidade da libertação que, como é natural, só não agradou aos carcereiros e seus próximos. Mais tarde, é certo, a contra-revolução utilizou outras cantigas, mas aqui já a palavra não deve ser entendida em sentido liberal: essas são as «cantigas» que continuam, muito na moda, a circular, subjacentes, na generalidade dos grandes *media*.

Seria excessivo e injusto, acentue-se, sustentar que esse cantiguismo mistificador é uma segregação dos descendentes directos dos antigos carcereiros, senão deles próprios, mas não podemos ser tão tontos que não entendamos que subsiste por aí fora um ódio à Revolução que se estende às suas canções. Como disse o Presidente da República: sejamos tolerantes mas não sejamos parvos.







## ÚLTIMAS

## ATALHE DE FOICE Porto inglês

A RTP-2 dedicou a semana passada uma surpreendente atenção ao Vinho do Porto através de um programa - aliás, de origem estrangeira - transmitido com a solenidade de um produto cultural.

Pegando em algumas das famílias que há séculos se instalaram no Vale do Douro para dominar a produção e a comercialização do vinho do Porto, o programa visitou demoradamente as mansões, as vidas e os hábitos desses clãs ingleses, enxertou no alinhamento diversos planos do Vale e do Rio e fez uma história do Vinho do Porto.

Uma história que começa por apresentar o Vale do Douro como um desconhecido paraíso vinícola que os ingleses descobriram há três séculos, quando ao Porto se deslocaram para comerciar bacalhau.

Com os sentidos talvez mais apurados pelo intimidade que mantinham com o peixe salgado, esses geniais ingleses de há três séculos cheiraram logo o que os brancos autóctones não topavam em séculos de vinhaça: a finíssima qualidade do Vinho do Porto.

Obviamente que se afigurou dispiciendo à reportagem o facto de, por alturas da chegada dos ingleses do bacalhau, o precioso néctar andar há já séculos embarcado pelas rotas da Índia - caminhos, aliás, que levaram ao seu apuramento, quando ao mosto do Vale do Douro se lhe cortou a fermentação com aguardente vinícola para lhe garantir a longevidade nas longas viagens marítimas.

Não. Quem descobriu o Vinho do Porto foram os ingleses - fazendo, aliás, jus aos seus conhecidos talentos vitícolas exercitados na soalheira Inglaterra. Prova-o o facto de terem sido eles que lhe deram o nome, se apropriaram da produção, o exportaram aos tonéis, o beberam às pipas, o espalharam por todo o mundo onde houvesse um inglês.

Com dinheiro para o comprar, evidentemente. Feito o enquadramento, o programa mostrou os obreiros concretos do grande milagre.

Lá os vinhos nas suas mansões à beira-rio - que eles próprios classificam de «estilo colonial» -, recebendo visitas ilustres, decorando interiores com as suas fantasias, almoçando às quartas-feiras nos seus clubes privados, convivendo uns com os outros nas suas festas restritas, saindo dos clubes do Porto quando há indígenas a mais, apesar de ricos como eles.

Lá lhes vimos os filhos, nascidos em Portugal, educados em Inglaterra e aprendendo pelo meio o português com a criadagem, com quem almoçam na cozinha durante a infância até chegar a idade de ascenderem à civilização da mesa paterna e dos estudos na velha Albion.

Lá os vimos a mostrar retratos de avoengos comerciantes como quem expõe dinastias, a considerarem-se portugueses pelos prazeres que o dinheiro aqui lhes dá. Todo este trajecto, todas estas mordomias, todo este consentido elitismo condu-los, com extraordinária sinceridade, à convicção de serem os inventores do Vinho do Porto.

Outra coisa não seria de esperar de uma reportagem que destila mais propaganda que vinho.

O que se estranha é que a RTP, canal público de televisão, o transmita sem enquadramento nem comentários, transformando-o na última palavra sobre o tema e com chancela de informação de qualidade.

Deixando na sombra das caves «à inglesa», não apenas a verdade histórica como os graves problemas que há anos assolam o Vinho do Porto, fale-se das dificuldades dos pequenos vinicultores (que garantem o grosso da produção), fale-se do controlo crescente que nele têm as multinacionais de bebidas, a quem os Governos de Cavaco Silva, com a convicção do PS e do PP, procuraram escancarar as portas em detrimento dos interesses nacionais.

Quem seriamente faz e defende o Vinho do Porto continua a não ser este punhado de abencerragens coloniais que, aliás, não movimentam hoje mais de 10% da produção. Mas, pelos vistos, ainda conseguem movimentar um canal público de televisão.

■ HC

## Reuniu o Comité Central PCP protagoniza a luta por uma viragem à esquerda

— declarações de Carlos Carvalhas ao «Avante!»

Ontem, à hora do fecho do nosso jornal, decorria no Centro de Trabalho do PCP, na Rua Soeiro Pereira Gomes, uma reunião do Comité Central que se prolongou por todo o dia. Em breve conversa com o «Avante!», num intervalo da reunião, o Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, falou-nos sobre alguns dos pontos que estavam a ser abordados pelo Comité Central e reafirmou posições do PCP sobre diversas matérias.

A reunião, disse-nos, teve por objectivo analisar e debater aspectos fundamentais da situação política nacional e as tarefas e intervenção do PCP. Como traços mais significativos da situação actual, Carlos Carvalhas afirmou existir hoje na sociedade portuguesa «uma consciência muito ampla de que o PS, nas questões fundamentais, prossegue e em muitos aspectos agrava, as linhas da política de direita, antes concretizada pelo PSD». E, como consequência, «cresce o desencanto, a frustração e o descontentamento popular e, com ele, o movimento de protesto e de luta dos trabalhado-

res e de vários sectores sociais».

Neste contexto, o PCP aparece como a «principal força de efectiva e verdadeira oposição à política do Governo», como a força que apresenta propostas alternativas e que «destacadamente protagoniza a luta por uma outra política, por uma viragem à esquerda», num quadro político em que se multiplicam as convergências entre o PS, PSD e PP nas questões mais decisivas e estruturantes.

Quem analisar a situação política «com verdade e rigor», necessariamente chegará a esta conclusão, o que se tem vindo a

traduzir pelo crescimento de um «movimento de atenção, interesse e apreço político pelas posições, iniciativas e intervenções do PCP», afirmou o dirigente comunista.

Entretanto, para o PCP, o Governo, em vez de responder aos problemas do país, «intensifica a propaganda e a publicidade enganosa» para tentar iludir a opinião pública e mascarar as suas responsabilidades. «Aqui e ali cede perante as pressões» mas «o seu estilo dominante é o da arrogância». Outra das preocupações do Governo, considerou Carlos Carvalhas, tem sido procurar defender a imagem do Primeiro-Ministro e «passar as culpas» para as críticas (e «asneiras») que as bases e membros do PS têm feito, como se estas não fossem de facto o resultado já de uma política. «Uma «nova maioria» que envelheceu depressa», ironizou Carlos Carvalhas. E a «bandeira da regionalização» que o PS agora acena não passa de uma

bandeira de «conveniência», para acenar até às eleições autárquicas.

Aliás, na questão da regionalização, o PCP já afirmou que não acompanharia o PS nas suas convergências com o PSD, já que nesta matéria o único compromisso que os comunistas têm com o País é o da criação e instituição em concreto das regiões administrativas, pelas formas previstas e normas constitucionais actualmente em vigor. O PS «que assumia as suas responsabilidades!»

Outros assuntos em discussão no Comité Central, adiantou ainda o Secretário-geral do PCP ao nosso jornal, foram a revisão constitucional, a moeda única e a revisão do Tratado de Maastricht, a luta contra a política de direita do Governo e as privatizações, o reforço do PCP, a preparação das eleições autárquicas, a intervenção institucional e as tarefas e prioridades que os comunistas têm pela frente.

## Carvalhas visita Autoeuropa

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, visitou na passada terça-feira a fábrica da Ford/VW em Palmela, onde manteve um encontro com a administração e ouviu as preocupações dos trabalhadores em relação à flexibilização do horário de trabalho.

Acompanhado por Jorge Pires, membro da Comissão Política, e por Ruben de Carvalho, deputado na Assembleia da República e candidato da CDU à Câmara de Setúbal, Carlos Carvalhas referiu-se à Autoeuropa, como uma unidade industrial de grande impacto na economia portuguesa que emprega cerca de 10 mil trabalhadores e é responsável por quase 10 por cento das exportações portuguesas. Por outro lado, sublinhando que o País «não tem qualquer domínio sobre a produção e as vendas» dos automóveis ali produzidos, alertou para as graves consequências

sociais que teria a deslocação desta multinacional para qualquer outra região do globo.



## Hoje, no Parlamento Alteração à Lei de Bases da Educação

A Lei de Bases do Sistema Educativo vai estar hoje no centro do debate parlamentar. Trata-se, mais exactamente, da apreciação em plenário de propostas de alteração à Lei vigente materializadas em iniciativas legislativas do Governo, PCP e PP.

Contrariamente ao sucedido há dez anos, em que ocorreu um amplo e participado debate que envolveu todos os agentes que intervêm no processo educativo, a partir do qual foi possível obter um largo consenso, desta feita, o Governo não promoveu qualquer debate prévio, nem procedeu a «qualquer avaliação séria e de conjunto» da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Esta é, aliás, uma das primeiras críticas que a bancada comunista faz à proposta de lei do Governo, a quem acusa de pretender «precipitar alterações muito pontuais, embora com profundas implicações».

Particularmente graves, no entender dos deputados comunistas, são as alterações relativas ao acesso ao ensino superior, que consideram «propiciadoras de uma agravada elitização» deste grau de ensino, do mesmo modo que consideram graves as respeitantes ao sistema de graus académicos e da formação inicial dos professores, em sua

opinião «desligadas dos requisitos de financiamento, de estrutura curricular e de duração de cursos, de qualificação científica e pedagógica do corpo docente».

No decorrer do debate de hoje, os deputados comunistas não deixarão igualmente de acusar o Governo de fomentar «divisões artificiais entre universidades e politécnicos», verberando simultaneamente na sua acção o facto de «persistir numa linha de separação rígida do ensino superior em duas «classes», dotadas de recursos humanos e materiais de níveis muito diferenciados».

Quanto às propostas do PCP, dada a ausência de prévia discussão pública na preparação do debate de hoje, conformam-se, no essencial, ao âmbito da iniciativa governamental, privilegiando, designadamente, a educação pré-escolar, o ensino superior (defendendo a evolução para um sistema único nesse nível de ensino) e a formação inicial de educadores e professores.

